

Mensagem nº 374

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor FERNANDO ESTELLITA LINS DE SALVO COIMBRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Quênia e, cumulativamente, junto à República de Ruanda, à República de Uganda, à República Federal da Somália e à República do Burundi, desde que obtidos os agrémentos dos governos daqueles países.

Os méritos do Senhor Fernando Estellita Lins de Salvo Coimbra que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 4 de outubro de 2017.

EM nº 00217/2017 MRE

Brasília, 5 de Setembro de 2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **FERNANDO ESTELLITA LINS DE SALVO COIMBRA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Quênia e, cumulativamente, junto à República de Ruanda, à República de Uganda, à República Federal da Somália e à República do Burundi, desde que obtidos os agrémentos dos governos daqueles países.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **FERNANDO ESTELLITA LINS DE SALVO COIMBRA** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Bezerra Abbott Galvão

Aviso nº 445 - C. Civil.

Em 4 de outubro de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor FERNANDO ESTELLITA LINS DE SALVO COIMBRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Quênia e, cumulativamente, junto à República de Ruanda, à República de Uganda, à República Federal da Somália e à República do Burundi, desde que obtidos os agréments dos governos daqueles países.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE **FERNANDO ESTELLITA LINS DE SALVO COIMBRA**
CPF.: 264.539.596 -15

1960 Filho de Marco Antonio de Salvo Coimbra e Martha Estellita Lins de Salvo Coimbra, nasce em 1º de junho, em Havana, Cuba (brasileiro de acordo com o artigo 129, inciso II, da Constituição Federal de 1946).

Dados Acadêmicos:

1984 Bacharel em Ciências Sociais, Antropologia, pela Universidade de Brasília/DF
1986 Curso de Preparação à Carreira Diplomática, no Instituto Rio Branco
1995 Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas - IBr
2008 Conclusão do Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, com defesa da tese "A Política Externa da Índia para os Países em Desenvolvimento e o Relacionamento Brasil-Índia",

Cargos:

1987 Terceiro-Secretário
1993 Segundo-Secretário
1999 Primeiro-Secretário, por merecimento
2004 Conselheiro, por merecimento
2008 Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2015 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

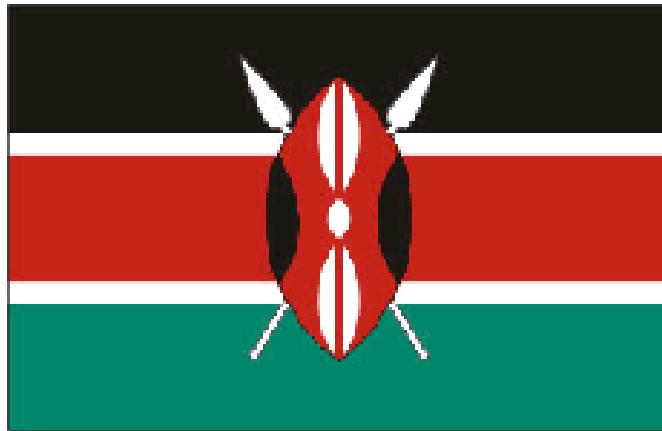
Funções:

1988-89 Divisão da Organização dos Estados Americanos, assistente
1989-90 Divisão de Assuntos Humanitários e do Meio Ambiente,
1990-91 Divisão do Meio Ambiente, assistente
1991-94 Embaixada em Washington, Terceiro e Segundo Secretário
1994-98 Embaixada em Quito, Segundo Secretário
1998-99 Assessoria de Comunicação Social, de 12/1/1998 a 29/6/1999 - Chefe do Setor de Divulgação (1998), Chefe do Setor de Imprensa (1998-1999)
2000-04 Missão junto à ONU, Nova York, Primeiro Secretário, de 22/8/2000 a 8/2/2004, Direitos Humanos e Temas Sociais - acompanhamento dos trabalhos da Terceira Comissão
2004-07 Embaixada em Nova Delhi, Primeiro Secretário e Conselheiro, de 9/2/2004 a 11/2/2007 - Chefe dos Setores Comercial e Consular (2004), Chefe do Setor Político (2005-2007)
2007 Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais, assistente
2007-10 Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, Conselheiro Titular, Representante do MRE
2007-10 Divisão do Meio Ambiente, Chefe
2007-10 Comissão Nacional de Biodiversidade, Conselheiro Titular, Representante do MRE
2008-10 Conselho Nacional de Recursos Hídricos, Conselheiro Titular, Representante do MRE
2009-10 Câmara Técnica de Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços, Presidente
2010-11 Embaixada em Lisboa, Ministro-Conselheiro
2011 Chefe da Assessoria de Assuntos Internacionais, Ministério do Meio Ambiente

ALEXANDRE JOSÉ VIDAL PORTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DO QUÊNIA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Junho de 2017

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-QUÊNIA (US\$ milhões F.O.B) -Fonte: MDIC									
Brasil → Quênia	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Intercâmbio	84	91	122	252	290	244	58	62	59
Exportações	79	89	121	251	289	242	56	60	59
Importações	5	2	1	1	1	1	2	2	0,5
Saldo	73	87	120	250	288	241	54	59	58
CAPITAL	Nairobi								
ÁREA	582.650 km ² (equivalente à área do Estado de MG)								
POPULAÇÃO (2016, estimativa)	46 milhões								
LÍNGUAS OFICIAIS	Inglês e Suáíli								
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Cristãos 83% (Católicos 23,5%, Protestantes 47,7%), Muçulmanos 11,2%, Animistas 1,7%								
SISTEMA DE GOVERNO	República Presidencialista (Deixou de adotar o sistema presidencialista misto com a aprovação da nova Constituição Federal, em 2010. O cargo de primeiro-ministro foi oficialmente extinto em 2013)								
PODER LEGISLATIVO	Bicameral (Assembleia Nacional e Senado)								
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Presidente Uhuru Kenyatta (desde 2013)								
CHANCELER	Amina Chawahir Mohamed Jibril (desde 2013)								
PIB nominal (BM, 2016)	US\$ 69,17 bilhões (Brasil US\$ 1,79 trilhões/FMI, 2016)								
PIB PPP (BM, 2016)	US\$ 152,73 bilhões (Brasil: US\$ 3,14 trilhões/FMI, 2016)								
PIB nominal <i>per capita</i> (BM, 2016)	US\$ 1.521,86 (Brasil: US\$ 8.726,9/FMI, 2016)								
PIB PPP <i>per capita</i> (BM, 2016)	US\$ 3.360,42 (Brasil: US\$ 15.241,73/FMI, 2016)								
VARIAÇÃO DO PIB	5,98% (2016); 5,64% (2015); 5,33% (2014).								
IDH (Pnud, 2015)	0,555								
EXPECTATIVA DE VIDA (BM, 2015)	61,6 anos								
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (BM, 2015)	78%								
ÍNDICE DE DESEMPREGO (OIT, 2016)	11%								
UNIDADE MONETÁRIA	Xelim queniano								
EMBAIXADORA EM NAIRÓBI	Marcela Maria Nicodemos								
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	A ser designado. Encarregado de Negócios Embaixador Isaac John Ochieng								

APRESENTAÇÃO

República do Quênia, é um país da África Oriental, limitado ao norte pelo

Sudão do Sul e pela Etiópia, ao leste pela Somália e pelo oceano Índico, ao sul pela Tanzânia e ao oeste por Uganda. Ex-colônia do Império Britânico, o país obteve a independência em 1963, quando tornou-se membro da *Commonwealth*. No ano seguinte, foi constituída a República. A população queniana é estimada em 46 milhões.

País estável politicamente, o Quênia registrou importantes conquistas democráticas nos últimos anos, como a aprovação de nova Constituição, em 2010, e a realização de eleições gerais, em 2013. O país possui, também, a maior economia da África Oriental, região que tem figurado, nos últimos 10 anos, como a de maior dinamismo econômico no continente africano. Além disso, o Quênia concentra, em seu território, as principais infraestruturas de transportes da região, essenciais ao escoamento da produção de países menores, sobretudo Burundi, Ruanda e Uganda, por não terem acesso ao mar.

No plano político, o Quênia constitui ator importante para a promoção da paz e da segurança regionais, com atuação na Somália e no Sudão do Sul e participação ativa nas mediações da Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD). No plano multilateral, Nairóbi projeta-se, ao lado de Adis Abeba, como importante polo diplomático no continente africano. O país é sede do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-HABITAT), além de abrigar importantes escritórios regionais das agências ligadas ao sistema das Nações Unidas. Em dezembro de 2015, o Quênia sediou a X conferência ministerial da OMC, primeira reunião ministerial daquela organização no continente africano. O Quênia desempenha, ainda, importante papel na União Africana (UA).

Perfis biográficos

UHURU MUGAI KENYATTA

Presidente da República



Uhuru Mugai Kenyatta nasceu em 26 de outubro de 1961. É filho de Jomo Kenyatta, o primeiro presidente da República do Quênia, e de sua quarta esposa, Ngina Kenyatta. Estudou Economia, Ciências Políticas e Estudos Governamentais na faculdade Amherst, nos Estados Unidos. Depois de formar-se, retornou ao Quênia, onde fundou a empresa agrícola Wilham Kenya Limited. Em 2001, foi nomeado pelo então presidente Daniel Arap Moi para ocupar assento no Parlamento, e exerceu, posteriormente, cargo de ministro de governos Locais, durante o mandato do ex-presidente Daniel Arap Moi. Com o apoio de Moi, candidatou-se à Presidência em 2002. Foi derrotado por Mwai Kibaki e tornou-se líder da oposição no Parlamento.

Em 2007, apoiou Kibaki em sua reeleição, e tornou-se vice-primeiro-ministro e ministro do Comércio, em 2008. Exerceu o cargo de ministro das Finanças entre 2009 e 2012, mas entregou o cargo após ser acusado pelo Tribunal Penal Internacional (TPI) de cometer crimes contra a humanidade, em 2007. Foi eleito presidente da República do Quênia nas eleições de 2013.

Relações bilaterais

O Quênia é parceiro-chave para a consolidação da presença diplomática brasileira na região dos Grandes Lagos, uma das últimas fronteiras da política externa brasileira no continente africano. Os dois países estabeleceram relações diplomáticas em 1964, meses após a independência do Quênia, em dezembro de 1963. Em 1967, foi aberta missão diplomática brasileira em Nairóbi, elevada à categoria de Embaixada em 1974. A partir da década de 2000, as relações com o Quênia tomaram impulso renovado. Em 2005, o então ministro Celso Amorim realizou a primeira visita de um chanceler brasileiro a Nairóbi em mais de 30 anos.

Naquele mesmo ano, realizou-se a I Comissão Mista Brasil-Quênia, em Brasília, e, no ano seguinte, o Quênia abriu Embaixada residente no País. Em agosto de 2008, foi realizada a II Comissão Mista Brasil-Quênia, em Nairóbi.

A visita do então presidente Lula a Nairóbi, em julho de 2010, a primeira de um chefe de Estado brasileiro ao Quênia, imprimiu dinamismo inédito ao relacionamento bilateral. Como resultados da visita, observaram-se o aumento e a diversificação do intercâmbio comercial, que passou a incluir bens de alto valor agregado (máquinas agrícolas e aeronaves). A cooperação entre os dois países igualmente diversificou-se, abrangendo domínios importantes para o desenvolvimento queniano, como agricultura, educação, saúde e meio ambiente.

Apesar do bom momento por que tem passado o relacionamento nos últimos dez anos, há espaço para a ampliação da presença brasileira no Quênia. Desde que assumiu a Presidência, em abril de 2013, o presidente Uhuru Kenyatta tem concedido especial atenção ao relacionamento com grandes países emergentes, vistos como parceiros importantes para o desenvolvimento do país africano.

Há especial interesse queniano em contar com crescente presença brasileira nas áreas agrícola e de infraestrutura. Por sua vez, o setor empresarial brasileiro tem manifestado interesse por setores do mercado queniano como o de equipamentos agrícolas e o de informática (montagem e fornecimento de "laptops" para o ensino público).

A agenda bilateral deverá ganhar impulso com a realização de novo ciclo de visitas bilaterais de alto nível. Em maio de 2013, em encontro mantido à margem das celebrações do Jubileu de Ouro da UA, em Adis Abeba, a então presidente Dilma Rousseff formulou convite para a visita do presidente Uhuru Kenyatta ao Brasil. Dificuldades de agenda impediram que a visita se realizasse até o momento. Por outro lado, a chanceler Amina Mohammed já manifestou interesse em visitar o Brasil em oportunidade próxima. Além disso, em agosto de 2016, o vice-presidente do Quênia William Ruto visitou o Brasil por ocasião dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro.

Cooperação bilateral

O histórico programa de cooperação com o Quênia remonta à assinatura do Acordo de Cooperação Técnica bilateral, em 1973. Nos últimos anos, os projetos bilaterais têm-se centrado na promoção do desenvolvimento em bases inclusivas e duradouras, com foco nas áreas de saúde, políticas sociais, educação, meio ambiente e, sobretudo, agricultura.

A pauta de projetos de cooperação técnica em execução conta, atualmente, com o projeto de apoio ao aumento da produção familiar e do consumo doméstico de mandioca, com vistas à segurança alimentar e à geração de renda, por meio de realização de visitas técnicas nos dois países e capacitação de técnicos quenianos. No âmbito do projeto, em setembro de 2015, realizou-se capacitação de quatro especialistas do Instituto de Pesquisa Agrícola do Quênia (KARI) e de pequenos agricultores no Instituto Agronômico do Paraná (IAPAR), ocasião em que também ocorreram encontros de trabalho em diversas cidades da Bahia e do Paraná.

No âmbito da cooperação regional, o Quênia integra um grande projeto com o Brasil na área da cotonicultura. Trata-se do "Cotton Victoria", para o fortalecimento da cadeia produtiva do algodão na África Oriental. Concebido nos moldes do Projeto "Cotton 4", o projeto beneficia, além do Quênia, a Tanzânia e o Burundi. Realizado em parceria com a Universidade Federal de Lavras (UFLA), o "Cotton Victoria" integra esforço do governo brasileiro para a aplicação dos recursos alocados pelo Instituto Brasileiro do Algodão no financiamento de iniciativas de capacitação e de transferência de tecnologias brasileiras no cultivo do algodão a países da África tradicionalmente produtores dessa cultura. As missões de diagnóstico e de elaboração do projeto ocorreram entre 2013 a 2015 e, em outubro de 2016, o projeto foi assinado pelos Embaixadores do Burundi, Quênia e Tanzânia em Brasília, juntamente com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e a UFLA. Em dezembro de 2016 foi realizada a primeira missão no âmbito do projeto aos três países beneficiados e, em julho de 2017, ocorrerá, em Nairóbi, a primeira reunião do comitê gestor, que deverá aprovar o plano de trabalho anual do programa.

No que tange à cooperação educacional, o Quênia está entre os principais beneficiados no continente africano do Programa de Estudantes- Convênio de Graduação (PEC-G), o qual visa a oferecer oportunidades de formação superior no Brasil a cidadãos de países em desenvolvimento. Mais de oitenta estudantes quenianos já participaram do programa.

Além disso, vale mencionar que o Quênia aderiu, em março de 2012, ao "Programa Mais Alimentos - Internacional", iniciativa que prevê a oferta de linhas de crédito concessionário para o financiamento de exportações brasileiras de máquinas e equipamentos agrícolas destinados ao fortalecimento da agricultura familiar em terceiros países, em especial africanos. Em outubro de 2013, foi aprovado financiamento de US\$ 80 milhões ao país para a compra de maquinário e implementos agrícolas no âmbito do Programa. O lado queniano, contudo, manifestou seu interesse em renegociar as condições de financiamento previstas pelo Memorando de Entendimento assinado em 2014, de modo que a primeira parcela aprovada pelo COFIG, em 2015, no âmbito do programa, não foi desembolsada.

Comércio e investimentos

O intercâmbio comercial entre o Brasil e o Quênia apresentou crescimento exponencial nos últimos anos, tendo passado de US\$ 9 milhões, em 2000, para o recorde de US\$ 290 milhões, em 2012. A pauta de exportações brasileiras ao país tem sido caracterizada pela presença significativa de produtos de alto valor agregado, como aeronaves, motores e máquinas agrícolas. Em 2011, a Kenyan Airways tornou-se uma das principais clientes da Embraer na África, ao adquirir 15 aeronaves E-Jet. Desde 2014, contudo, vem-se registrando expressiva queda no intercâmbio comercial (US\$ 59,5 milhões, em 2016). O país africano, que tem apresentado elevados índices de crescimento (entre 5% e 8%, nos últimos cinco anos), oferece oportunidades para a redinamização do comércio e dos investimentos

bilaterais. O grupo Positivo BHG tem fornecido laptops a escolas públicas quenianas e poderá instalar fábrica no país no futuro. Desde 2015, o grupo opera unidade de produção em Ruanda, de onde realiza suas exportações para o Quênia. Há também a perspectiva de participação de empresas brasileiras na área de infraestrutura em obras viárias e de saneamento em Nairóbi. Ainda não há registros de investimentos diretos entre Brasil e Quênia.

Assuntos consulares

A Embaixada em Nairóbi é a única representação brasileira no país. Além do território do Quênia, a jurisdição da embaixada inclui a República do Burundi, a República de Ruanda, a República de Uganda e a República Federal da Somália. O setor consular do Posto presta o apoio necessário à comunidade brasileira no país. Estima-se em cerca de 900 o número de brasileiros na jurisdição da Embaixada.

Empréstimos e financiamentos oficiais

O Quênia foi beneficiado com a aprovação, em agosto de 2012, de crédito oficial às exportações brasileiras no âmbito do BNDES, Proex Equalização e FGE, no valor de US\$ 173 milhões, para a construção de três viadutos em Nairóbi. As condições da operação encontram-se, contudo, em renegociação, a pedido queniano.

POLÍTICA INTERNA

Desde sua independência, em 1963, o Quênia tem-se distinguido por sua estabilidade em entorno regional conturbado. Até o início da década de 2000, esteve no poder coalizão de governo liderada por Jomo Kenyatta, presidente do país entre 1964 e 1978, e Daniel Arap Moi, presidente entre 1978 e 2002.

Primeiro candidato da oposição a triunfar em um pleito presidencial desde a independência queniana, Mwai Kibaki expressou em sua campanha eleitoral, em 2002, compromisso com a realização de reforma constitucional, pela qual, entre outras mudanças, ficaria assegurada a nomeação de representantes de todos os grupos étnicos para cargos públicos. O descumprimento parcial dessas promessas gerou focos de tensão na sociedade, que acabaram por determinar a dissolução da coalizão no poder e a derrota do governo no referendo constitucional de novembro de 2005.

As campanhas para as eleições presidenciais de 2007 desenvolveram-se em ambiente de intensa contestação política e polarização étnica. Os seguidos atrasos na divulgação dos resultados oficiais, que indicaram a reeleição do então presidente Mwai Kibaki, e a contestação do resultado pelo candidato derrotado Raila Odinga, que acusou seu oponente de fraude eleitoral, levaram à eclosão de confrontos étnicos que resultaram em cerca de 1.200 mortos e 300 mil deslocados internos.

Solução definitiva para a crise foi alcançada apenas em fevereiro de 2008, quando foi assinado acordo de conciliação entre Kibaki e Odinga, facilitado por painel de lideranças africanas chefiado pelo ex-secretário-geral da ONU Kofi Anan.

O acordo determinou a criação de governo de coalizão que teve Kibaki como chefe de Estado e Odinga como primeiro-ministro, cargo que havia sido extinto em 1964. O processo de pacificação do país culminou na adoção de nova Constituição, aprovada em referendo popular em 2010, que trouxe mudanças importantes na configuração político-administrativa do país (parlamento bicameral, descentralização administrativa, entre outros), bem como consolidou a independência do Judiciário, inclusive por meio da criação de uma Corte Suprema. O cargo de primeiro-ministro foi novamente extinto, em 2013, com a realização de eleições no Quênia.

Ainda em 2010, o então promotor-chefe do Tribunal Penal Internacional (TPI), Luis Moreno Ocampo, identificou seis quenianos suspeitos de incitar os conflitos étnicos ocorridos após a eleição presidencial de 2007, entre os quais dois importantes políticos e pré-candidatos à Presidência nas eleições gerais de 2013: Uhuru Kenyatta, aliado do então presidente Kibaki, e William Ruto, aliado do PM Odinga.

Os casos contra Kenyatta e Ruto, arquivados em dezembro de 2014 e abril de 2016, respectivamente, em razão de falta de provas, tiveram grande repercussão sobre a política interna queniana. A acusação pelo TPI precipitou a formação de aliança eleitoral entre os dois acusados, encabeçada por Kenyatta como candidato a presidente e tendo Ruto como candidato à Vice-Presidência. O maciço apoio da etnia de Ruto (kalejin), que, em 2007, apoiara Odinga, foi considerado fundamental para a vitória de Kenyatta ainda no primeiro turno das eleições gerais de 2013. Transcorridas de modo pacífico e com amplo comparecimento popular, as eleições de 2013 são consideradas um marco no processo de consolidação da democracia queniana.

O governo Kenyatta tem sido marcado pelo recrudescimento da questão securitária. Em retaliação pelo envolvimento de tropas quenianas na Missão da União Africana na Somália –AMISOM, o grupo extremista somali "Al-Shabaab" realizou atentados terroristas de grandes proporções no Quênia. Em setembro de 2013, ataque ao centro comercial "Westgate", em Nairóbi, vitimou 67 pessoas. Nos meses seguintes, foram realizados novos ataques em Nairóbi, na cidade costeira de Lamu, em Mombaça e em Mandera, perto da fronteira com a Somália. Em março de 2015, ataque à Universidade de Garissa, no nordeste do país, resultou na morte de 147 pessoas. Tratou-se do pior atentado ocorrido no país desde o ataque à embaixada norte-americana em Nairóbi, em 1998.

Tema prioritário do atual governo, a promoção de uma "agenda de desenvolvimento" resultou, nos últimos anos, na construção de estradas e de escolas, bem como na expansão da rede elétrica pelo território, além da construção, em estágio avançado, do primeiro trecho da nova ferrovia de bitola padrão, entre Mombaça e Nairóbi. Os gastos com esses projetos têm provocado um aumento da dívida, que se encontra no patamar de 50% do PIB, e são objeto de crítica pela oposição. O combate à corrupção, outro tema comumente suscitado pela oposição e que ensejou reforma ministerial em novembro de 2015, também tem dominado a

agenda da atual gestão.

Em agosto de 2015, esgotou-se o prazo de cinco anos para implementação de todos os dispositivos da nova Constituição queniana, cujo objetivo principal era a descentralização política, com a criação de 47 condados e respectivas estruturas políticas. Apesar das críticas de que a nova organização política teria reduzido a autonomia de minorias étnicas locais e conduzido a ineficiência na administração dos recursos e na prestação de serviços básicos, o processo contou com amplo apoio popular e obteve êxito em promover seus objetivos fundamentais, como o de elevar a transparência no setor público, a descentralização administrativa e a independência do judiciário.

Eleições gerais de 2017

Em 8 de agosto de 2017 serão realizadas eleições gerais no país. Trata-se do segundo pleito sob a égide da constituição de 2010. Ao longo de 2016, a oposição aventou temores sobre a imparcialidade da Comissão Eleitoral (IEBC, na sigla em inglês), que motivaram protestos e conduziram à reconfiguração dos integrantes da Comissão. A inclusão étnica, a corrupção, a segurança, o desenvolvimento (infraestrutura, indústria, energia), o acesso a serviços básicos e a geração de empregos estão entre os temas dominantes na agenda eleitoral.

No pleito, a chapa Kenyatta/Ruto concorrerá à reeleição pelo partido "Jubilee", fundado em 2016 a partir da fusão dos partidos que compunham a coalizão governista eleita em 2013. Em seu favor, o governo Kenyatta tem buscado ressaltar a melhora na situação de segurança após o ataque à Universidade de Garissa, em 2015, bem como os esforços empreendidos na implementação do processo de descentralização, os investimentos em infraestrutura e a manutenção da taxa de crescimento relativamente alta, a uma média de cerca de 6% ao ano.

Em abril de 2017, Raila Odinga foi escolhido, nas primárias, para ser o candidato à Presidência pela coalizão oposicionista "National Super-Alliance" (NASA). Acusações de corrupção e de favorecimento das etnias a que pertencem os principais líderes do governo têm sido uma constante no discurso oposicionista. Além disso, a oposição avalia que o combate ao terrorismo tem sido feito em detrimento do policiamento civil e acusa o governo de conferir prioridade excessiva a grandes projetos de infraestrutura, em detrimento da geração de empregos e da inserção no mercado de trabalho da população jovem.

Política externa

A política externa queniana tem sido tradicionalmente voltada para a estabilidade de seu conturbado entorno regional, para a atração de investimentos e para a integração regional.

No âmbito regional, a estabilização da fronteira com a Somália é prioritária, em função do intenso fluxo de refugiados somalianos (o país abriga o

maior campo de refugiados do mundo em Dadaab, com cerca de 400 mil pessoas). Ataques terroristas no Quênia, em 2011, levaram o país a finalmente intervir militarmente na Somália para combater o Al-Shabaab. No ano seguinte, as tropas quenianas na Somália foram integradas à Missão da União Africana na Somália (AMISOM).

Em 2012, sob liderança queniana, tropas da AMISOM e do Exército somaliano tomaram a cidade portuária de Kismayo, uma das principais bases do grupo extremista somaliano Al-Shabaab. Em represália, o grupo intensificou os ataques terroristas em território queniano a partir de 2013, com destaque para o atentado ao centro comercial Westgate, em Nairóbi, em setembro de 2013, que vitimou 67 pessoas, e o ataque à Universidade de Garissa, em março de 2015, que vitimou 157 pessoas. Diante do recrudescimento da insegurança no país, desde 2013, por meio de acordo com a Somália e o ACNUR, o governo do Quênia tem buscado realizar a repatriação voluntária de refugiados somalianos.

O Quênia também teve envolvimento ativo na mediação do conflito civil no Sudão do Sul, por meio da IGAD (Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento), organização regional que congrega, além do Quênia, Djibuti, Eritreia, Etiópia, Somália, Sudão, Sudão do Sul e Uganda. O engajamento queniano na região remonta ainda ao período da II Guerra Civil Sudanesa. Nairóbi, juntamente com outros parceiros da IGAD, mediou o Acordo Abrangente de Paz (AAP), que pôs fim ao conflito entre o norte e o sul do Sudão e abriu caminho para a secessão do Sudão do Sul, em 2011.

O Quênia chegou a deter o comando da Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (UNMISS), mas retirou completamente sua participação em novembro de 2016, após o general queniano Johnson Mogoa Kimani Ondieki ter sido destituído de suas funções pela ONU, na sequência da publicação de relatório apontando falhas na reação da UNMISS à violência ocorrida em Juba, em 2015. O episódio marcou o distanciamento do Quênia do processo de paz no Sudão do Sul. Apesar dos esforços do atual secretário-geral da ONU António Guterres de reengajar o país na UNMISS, o governo queniano não reviu sua decisão até o momento.

No que tange à integração regional, o Quênia participa, juntamente com Tanzânia, Uganda, Ruanda e Burundi, da Comunidade da África Oriental (EAC). O aprofundamento da integração no seio da EAC é de vital importância para o Quênia, uma vez que cerca de 23% das exportações quenianas são destinadas aos países do bloco. Com população estimada em mais de 150 milhões de pessoas e PIB de cerca de US\$ 146 bilhões em 2016, a EAC constitui uma União Aduaneira desde 2005 e um Mercado Comum desde 2010. Em dezembro de 2013, os países membros da organização assinaram um protocolo para o estabelecimento de uma União Monetária até o ano de 2024.

Ainda no plano regional, os desafios mais recentes enfrentados pelo Quênia, além do recuo de sua participação no processo de paz no Sudão do Sul, incluem a derrota da candidatura da chanceler Amina Mohamed à Presidência da

União Africana, durante a cúpula de janeiro de 2017, bem como a decisão de Uganda de revogar acordo para a construção de oleoduto passando pelo Quênia.

Para além de sua atuação regional, o Quênia mantém, tradicionalmente, boas relações com as principais potências ocidentais. O combate ao terrorismo tem sido importante vertente do relacionamento com os Estados Unidos, importante parceiro no treinamento de militares quenianos e no fornecimento de equipamentos de defesa ao país. Em julho de 2015, o Presidente Barack Obama, filho de queniano, realizou histórica visita ao Quênia. Tratou-se da primeira visita de um Chefe de Estado norte-americano ao país. Além das boas relações com os EUA, destaca-se, ademais, o relacionamento com o Reino Unido, antiga potência colonial, que ainda exerce forte influência cultural e política sobre o Quênia, além de representar a principal origem de turistas para o país.

Desde o início da década de 2000, o Quênia tem buscado ampliar suas parcerias com grandes países emergentes, em especial China e Índia. Os dois países constituem, atualmente, os principais parceiros comerciais quenianos. A China projeta-se, ademais, como a principal origem de investimento estrangeiro no Quênia. Empresas chinesas têm tido atuação destacada no país africano, em especial em grandes projetos de infraestrutura, como o da ferrovia de bitola padrão.

Mais recentemente, o Quênia tem procurado se posicionar como plataforma para atração de investimentos para o continente e logrou sediar grandes conferências internacionais, como a 10^a Ministerial da OMC, a 14^a UNCTAD e a VI Conferência Internacional de Tóquio sobre o Desenvolvimento Africano (VI TICAD). Desde 2015, o país também recebeu sequência significativa de visitas de alto nível, entre as quais a do Papa Francisco e de chefes de Estado e de governo dos EUA, Índia, Turquia, Israel, África do Sul, Coreia do Sul e Japão (este, à margem da VI TICAD).

Economia

O Quênia possui a maior e mais diversificada economia da África Oriental, região que tem figurado, nos últimos 10 anos, como a de maior dinamismo econômico no continente africano. Outros países menores da região dos Grandes Lagos (sobretudo Burundi, Ruanda e Uganda), têm suas principais infraestruturas de transportes ligadas ao Quênia e, por não terem acesso ao mar, escoam a maior parte de suas exportações por portos quenianos.

A economia queniana tem apresentado rápida expansão. A despeito da conjuntura econômica desfavorável no plano internacional, o Quênia apresentou média anual de crescimento do PIB de cerca de 5%, os últimos 8 anos. Em 2016, o crescimento do PIB foi de 5,8%. As projeções para 2017 e para os próximos anos apontam para a sustentação de taxas de crescimento próximas de 6%.

Nos últimos anos, o Quênia tem passado por acelerado processo de urbanização. O setor agrícola, embora represente 32,7% do PIB, emprega ainda

cerca de 70% da mão de obra. Há, contudo, uma crescente classe média urbana atuando no setor industrial (18% do PIB), bem como no de serviços (49,3% do PIB). O setor de serviços tem puxado o crescimento econômico do país. As áreas de atividade econômica que têm apresentado maior dinamismo são: turismo, informação e comunicação, e administração pública.

O governo queniano tem adotado política fiscal expansionista, aumentando cargos no serviço público e ampliando investimentos na infraestrutura de energia e transportes. O déficit público manteve-se ao redor de 9% entre 2010 e 2015, o que vinha resultando em uma taxa de inflação significativa, da ordem de 8%. A partir de 2015, contudo, tanto o déficit público quanto a inflação iniciaram tendência de queda. Em 2016, o déficit caiu para 8%, ao passo que a inflação caiu para menos de 6%.

No setor externo, em 2016, o intercâmbio comercial total do Quênia, somou US\$ 22,4 bilhões. As exportações somaram US\$ 6,4 bilhões, e as importações, US\$ 16 bilhões. O déficit em transações correntes, de quase US\$ 10 bilhões, representa cerca de 13% do PIB.

Em 2016, os principais mercados de destino para as exportações quenianas foram: Zâmbia (15%); Uganda (11,4%); Estados Unidos (11,2%); Países Baixos (10,7%); e Reino Unido (7,8%). As principais origens das importações do Quênia foram: China (25,7%); Índia (23%); Estados Unidos (8,3%); Japão (5%); Malásia (3,8%).

Com vistas a fazer frente aos déficits fiscal e em transações correntes, o governo queniano tem aumentado seu endividamento doméstico e externo. Em março de 2016, o país obteve US\$ 1,5 bilhão em promessa de financiamento por parte do FMI (*stand-by arrangement*), que aliviou pressões mais imediatas por mudanças na política macroeconômica.

O Quênia tem, ademais, atraído importante fluxo de investimentos privados, principalmente oriundos da China. Segundo relatórios do Banco Mundial, o Quênia possui um dos 5 melhores ambientes de negócios na África Subsaariana, resultado de reformas governamentais para facilitação da entrada e saída de capitais.

Cronologia histórica

1963	Quênia torna-se independente, tendo como Primeiro-Ministro Jomo Kenyatta, do partido "União Africana Queniana" (KANU).
1964	É formada a República do Quênia. Kenyatta torna-se Presidente, tendo como Primeiro-Ministro Oginga Odinga
1966	Odinga deixa o KANU após desentendimentos ideológicos e forma a União Popular do Quênia (KPU).

1969	Assassinato do Ministro Tom Mboya inicia distúrbios étnicos. A KPU é banida e Odinga é preso. KANU é o único partido que disputa as eleições
1974	Kenyatta é reeleito.
1978	Kenyatta morre em exercício e é sucedido por seu Vice-Presidente, Daniel Arap Moi.
Jun/1982	A Assembleia Nacional do Quênia oficializa o sistema de partido único.
Ago/1982	Exército debela tentativa de golpe liderada pela Força Aérea.
1987	Grupos de oposição são suprimidos. País sofre críticas internacionais por conta das prisões políticas e abusos de direitos humanos.
1990	Morte do Ministro do Exterior, Robert Ouko, em circunstâncias suspeitas aumenta o descontentamento com o governo.
Ago/1991	É formado o Fórum para a Restauração da Democracia (FORD), composto por 6 líderes de oposição, entre os quais Oginga Odinga. O Partido é proscrito e seus membros são presos. Em meio a severas condenações internacionais, credores suspendem o auxílio ao Quênia.
Dez/1991	Conferência especial do KANU consente com a introdução de um sistema político multipartidário.
Ago/1992	FORD divide-se em duas facções: Ford-Asili (liderada pelo ex-Ministro da situação Kenneth Matiba) e Ford-Kenya (liderado por Odinga).
Dez/1992	Moi é reeleito em eleições multipartidárias.
1995	Novo partido de oposição, Safina, é lançado pelo paleontólogo Richard Leakey. O partido tem o seu registro oficial recusado até novembro de 2007.
1997	Manifestações pedem reforma democrática. Banco Mundial retém a liberação de US\$ 5 bilhões em crédito para ajustes estruturais.
Dez/1997	Moi vence eleições em pleito amplamente contestado. Seus principais opositores são Mwai Kibaki e Raila Odinga, filho de Oginga Odinga.
Ago/1998	Atentado terrorista da Al-Qaeda na Embaixada norte-americana em Nairóbi mata 224 pessoas e fere milhares
Nov/2002	Ataque terrorista em hotel de propriedade de israelenses mata 10 quenianos e fere 3 israelenses. Al-

	Qaeda reivindica autoria do ataque.
Dez/2002	Mwai Kibaki vence as eleições presidenciais por ampla maioria e põe fim aos 24 anos de governo de Daniel Arap-Moi.
Dez/2003	Governo decide conceder ao ex-Presidente Daniel Arap-Moi imunidade processual contra acusações de corrupção.
Jul-Ago/2004	Crise alimentar causada pela quebra de safra e seca. Presidente Kibaki fala em desastre nacional.
Out/2004	Ecologista queniana Wangari Maathai ganha o Prêmio Nobel da Paz, tornando-se a primeira mulher africana a receber o Prêmio.
Jul/2005	Parlamento aprova projeto de Constituição.
Nov-Dez/2005	Nova Constituição é rejeitada em referendo.
Abr/2006	Visita do Presidente chinês, Hu Jintao, na qual é assinado contrato que permite à China a prospecção de petróleo na costa queniana.
Dez-Jan/2007	Eleições presidenciais levam a episódios de violência nos quais mais de 1500 pessoas morrem.
Fev/2008	Governo e oposição chegam a um acordo de divisão do poder.
Abr/2008	Governo e oposição concordam com a formação de novo Gabinete.
Out/2008	Relatório de comissão de inquérito sobre a violência pós-eleitoral pede um tribunal internacional para julgar os responsáveis pelo episódio. Muitos líderes políticos relutam em implementar as recomendações da comissão de inquérito, enquanto outros argumentam que os processos poderiam gerar novos conflitos étnicos.
Jul/2010	Entra em vigor o Mercado Comum da África Oriental, no Âmbito da Comunidade da África Oriental (EAC).
Ago/2010	Nova Constituição que prevê a limitação dos poderes do Presidente e a devolução de poderes para as regiões é aprovada em referendo.
Jun-Set/2011	África Oriental é assolada pela pior seca em 60 anos.
2012	São descobertas importantes reservas de petróleo e gás natural no país.
Jan/2012	TPI decide levar a julgamento diversos quenianos proeminentes, em conexão com a violência pós-eleitoral de 2007, entre os quais dois dos pré-candidatos à Presidência nas eleições gerais de 2013:

	Uhuru Kenyatta e William Ruto
Jun/2012	Tropas quenianas juntam-se às tropas de paz da União Africana na Somália (AMISOM).
Ago-Set/2012	Conflitos étnicos deixam dezenas de mortos na região do Rio Tana e geram a insegurança política.
Dez/2012	Grupos separatistas na costa do país reivindicam a realização de referendo com vistas à independência da região.
Jan/2013	Após o arquivamento da ação que visava à impugnação das candidaturas à Presidência de Uhuru Kenyatta e de William Ruto, investigados pelo TPI, é formada aliança eleitoral entre os dois acusados, encabeçada por Kenyatta como candidato a Presidente e tendo Ruto como candidato à Vice-Presidência.
Abr/2013	A chapa encabeçada por Kenyatta vence, ainda no primeiro turno, as eleições gerais de 2013, transcorridas de modo pacífico e com amplo comparecimento popular.
Set/2013	Atentado terrorista reivindicado pelo grupo Al-Shabaab, no centro comercial "Westgate", em Nairóbi, deixa 67 mortos.
2014	Atentados terroristas na cidade costeira de Lamu, em Mobassa e em Mandera, atribuídos ao grupo Al Shabaab como retaliação à presença de tropas quenianas na Somália, deixam dezenas de mortos e geram protestos pelo país.
Dez/2014	É arquivado o caso contra o presidente Uhuru Kenyatta no TPI, por falta de provas.
Abr/2015	O grupo terrorista Al-Shabaab realiza atentado na Universidade de Garissa, no nordeste do país, matando 147 pessoas. Tratou-se do pior atentado desde o ataque à embaixada norte-americana em Nairóbi, em 1998.
Nov/2015	Kenyatta anuncia reforma ministerial e diversas medidas de combate à corrupção.
Mar/2016	São realizadas eleições parciais para o Senado em dois condados, em que a coalizão governista obtém importante vitória na costa do país.
Abr/2016	É arquivado o caso contra o vice-presidente William Ruto no TPI, por falta de provas.
Mai- Ago/ 2016	Com a proximidade das eleições gerais de agosto de 2017, ocorrem protestos violentos contra a direção da Comissão Eleitoral, encabeçados pelo líder

	oposicionista Raila Odinga.
Set/2016	É criado o partido "Jubilee", em substituição aos partidos que formavam a base da coalizão governista, em especial, o TNA de Kenyatta e o URP, de William Ruto.
Nov/2016	O Quênia retira suas tropas do Sudão do Sul e suspende suas contribuições à UNMISS, após o general queniano Johnson Mogoa Kimani Ondieki, que detinha o comando da operação, ser destituído de suas funções pela ONU. Relatório publicado dias antes apontava falhas na reação da UNMISS à violência ocorrida em Juba, em 2015.
Jan/2017	A menos de oito meses das eleições gerais e sob críticas da oposição, é sancionada reforma eleitoral, que prevê recurso a sistema manual no caso de falhas no sistema digital.
Fev/ 2017	É lançada nova coalizão oposicionista "National Super Alliance"- NASA, que reúne quatro das principais lideranças de oposição do país: Raila Odinga (<i>Orange Democratic Movement</i>); Musalia Mudavadi (<i>Amani National Congress</i>); Kalonzo Musyoka (<i>Wiper</i>) e Moses Wetangula (<i>Ford Kenya</i>).
Abr/2017	Nas primárias partidárias, Raila Odinga e Kalonzo Musyoka são escolhidos para concorrer à Presidência e à Vice-Presidência, respectivamente, pela coalizão oposicionista "National Super Alliance".

Cronologia das relações bilaterais

1964	Brasil estabelece relações diplomáticas com o Quênia
1967	Brasil instala missão diplomática em Nairóbi.
1973	Visita do Chanceler Mário Gibson Barbosa ao Quênia.
1973	Assinatura de Acordo de Intercâmbio Cultural.
1973	Assinatura de Acordo de Cooperação Técnica.
1974	Missão diplomática brasileira no Quênia é elevada à categoria de Embaixada.
1975	Ministro dos Negócios Estrangeiros do Quênia visita o Brasil.
1992	Presidente Daniel Moi visita o Brasil (Rio-92).
1995	Chanceler Stephen Kalonzo Musyoka visita o Brasil.
2001	Brasil doa medicamentos anti-retrovirais a instituição queniana.

2005	Viagem do Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim ao Quênia.
2005	Assinatura do Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas.
2005	Realização da I Comissão Mista Brasil-Quênia, em Brasília.
2005	Assinatura de Acordo na Área de Cooperação Esportiva.
2006	Instalação da Embaixada do Quênia em Brasília.
2006	Visita do Ministro do Turismo e Vida Silvestre do Quênia ao Brasil.
2007	Visita da então Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, ao Quênia.
2008	II Comissão Mista Brasil-Quênia, em Nairóbi, ocasião em que são assinados atos nas áreas de saúde, meio ambiente e vistos.
Ago/2008	Ministra queniana da área social participa de evento do Ministério do Desenvolvimento Social no Brasil.
Set/2009	Missão de treinadores brasileiros de futebol para capacitação de profissionais quenianos.
Mar/2010	Visita de parlamentares quenianos integrantes do Comitê Parlamentar Seleto sobre Atividades de Organizações Ilícitas e visita de representantes da Comissão de Privatização do Ministério das Finanças do Quênia.
Mai/2010	Visitas do "Kenya Sugar Board" e de representantes da Comissão de Serviços do Parlamento do Quênia
Jul/2010	Viagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Nairóbi. Primeira visita de um Chefe de Estado brasileiro ao Quênia.
Set/2010	Chanceler queniano Moses Wetang'ula visita o Brasil. Durante a visita, são assinados acordos sobre Serviços Aéreos e de Cooperação Cultural.
Out/2011	Missão técnica da ABC é enviada a Nairóbi para analisar as possibilidades de cooperação entre os dois países em agricultura; desenvolvimento de regiões áridas e semi-áridas; proteção de cabeceiras d' água, gerenciamento de desastres, salvamento marítimo e combate a incêndios florestais.
Mai/2012	Por meio do Programa Mundial de Alimentos (PMA), Brasil doa 10 mil toneladas de mantimentos a refugiados abrigados em campos no Quênia.
Jun/2012	Presidente do Quênia, Mwai Kibaki, vem ao Brasil como chefe da delegação queniana para a Rio+20.
Mai/2013	Presidente Dilma Rousseff encontra-se com o Presidente Uhuru Kenyatta à margem das celebrações do Jubileu de Ouro da União Africana
Dez/2015	Viagem do Ministro das Relações Exteriores Mauro Vieira a

	Nairóbi para participação na X Conferência Ministerial da OMC.
Ago/2016	O vice-presidente do Quênia William Ruto visita o Brasil por ocasião dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro.

Atos bilaterais

Título	Data Celebração	Vigência
Acordo de Cooperação Técnica	02/02/1973	Em vigor
Acordo de Intercâmbio Cultural	02/02/1973	Em vigor
Comunicado Conjunto	04/02/1973	Em vigor
Comunicado Conjunto	22/04/1975	Em vigor
Acordo na Área de Cooperação Esportiva	12/08/2005	Em vigor
Acordo para o Estabelecimento de Comissão Mista para Cooperação	12/08/2005	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto “Fortalecimento Institucional do Serviço Florestal do Quênia, do Corpo de Bombeiros da Prefeitura Municipal de Nairóbi e do Corpo de Bombeiros da Autoridade Aeroportuária do Quênia”	15/08/2008	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto “Fortalecimento das Ações de Combate ao HIV/AIDS no Quênia”	15/08/2008	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto “Apoio ao Programa de Prevenção e Controle da Malária”	15/08/2008	Em vigor
Acordo sobre Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	15/08/2008	Em vigor
Emendas ao ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto "Fortalecimento das Ações de Combate ao HIV/AIDS no Quênia"	17/03/2009	Em vigor
Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do	06/07/2010	Em ratificação

Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico		
Acordo na Área de Educação	06/07/2010	Tramitação no Congresso Nacional
Acordo sobre Cooperação no Setor de Energia	06/07/2010	Em tramitação Ministérios/Casa Civil
Acordo sobre Serviços Aéreos	14/09/2010	Em vigor

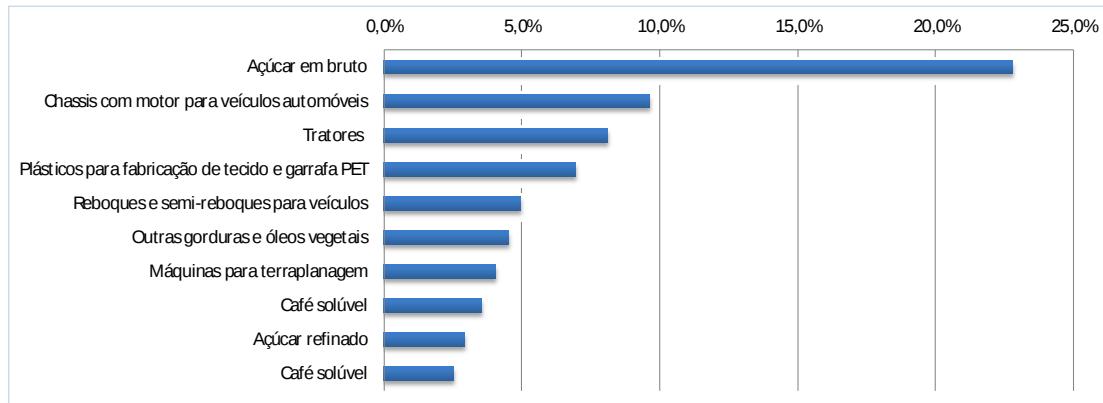
Dados econômico-comerciais

Composição das exportações brasileiras para o Quênia (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2014		2015		2016	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Açúcar em bruto	709	1,3%	153	0,3%	13.434	22,8%
Chassis com motor para veículos automóveis	7.834	14,0%	6.038	10,0%	5.674	9,6%
Tratores	2.501	4,5%	12.946	21,3%	4.764	8,1%
Plásticos para fabricação de tecido e garrafa PET	3.617	6,5%	3.169	5,2%	4.099	7,0%
Reboques e semi-reboques para veículos	6.443	11,5%	9.391	15,5%	2.931	5,0%
Outras gorduras e óleos vegetais	0	0,0%	1.876	3,1%	2.662	4,5%
Máquinas para terraplanagem	8.583	15,3%	2.423	4,0%	2.394	4,1%
Café solúvel	767	1,4%	1.089	1,8%	2.087	3,5%
Açúcar refinado	680	1,2%	109	0,2%	1.727	2,9%
Café solúvel	767	1,4%	591	1,0%	1.503	2,6%
Subtotal	31.901	57,0%	37.785	62,3%	41.275	70,0%
Outros	24.112	43,0%	22.890	37,7%	17.652	30,0%
Total	56.013	100,0%	60.675	100,0%	58.927	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliweb.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2016

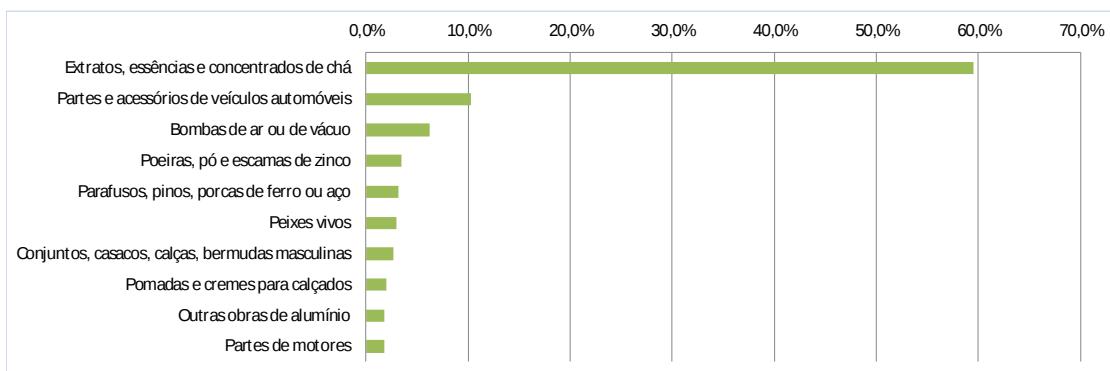


Composição das importações brasileiras originárias do Quênia (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2014		2015		2016	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Extratos, essências e concentrados de chá	600	33,2%	682	37,9%	354	59,5%
Partes e acessórios de veículos automóveis	269	14,9%	189	10,5%	61	10,3%
Bombas de ar ou de vácuo	5	0,3%	29	1,6%	37	6,2%
Poeiras, pó e escamas de zinco	0	0,0%	0	0,0%	21	3,5%
Parafusos, pinos, porcas de ferro ou aço	22	1,2%	5	0,3%	19	3,2%
Peixes vivos	0	0,0%	7	0,4%	18	3,0%
Conjuntos, casacos, calças, bermudas masculinas	0	0,0%	11	0,6%	16	2,7%
Pomadas e cremes para calçados	0	0,0%	0	0,0%	12	2,0%
Outras obras de alumínio	0	0,0%	0	0,0%	11	1,8%
Partes de motores	0	0,0%	7	0,4%	11	1,8%
Subtotal	897	49,6%	930	51,7%	560	94,2%
Outros	911	50,4%	869	48,3%	35	5,8%
Total	1.807	100,0%	1.799	100,0%	595	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliweb.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2016



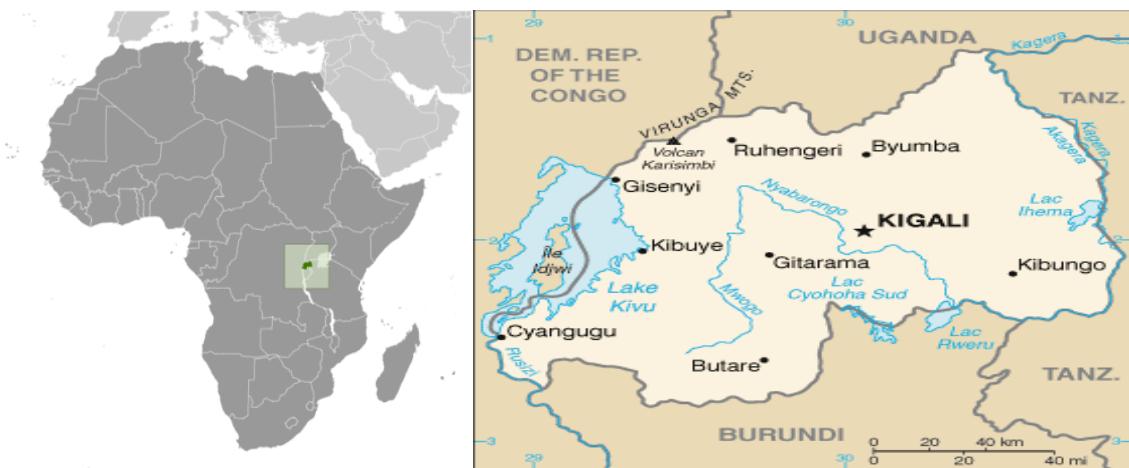
Composição do intercâmbio comercial (dados parciais) (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2016 (jan-abr)	Part. % no total	2017 (jan-abr)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados em 2017
Exportações brasileiras					
Plásticos para fabricação de tecido e garrafa PET	1.538	12,1%	2.624	20,7%	Plásticos para fabricação de tecido e garrafa PET 20,7%
Açúcar em bruto	759	6,0%	1.982	15,6%	Açúcar em bruto 15,6%
Chassis com motor para veículos automóveis	1.168	9,2%	1.855	14,6%	Chassis com motor para veículos automóveis 14,6%
Café solúvel	780	6,1%	719	5,7%	Café solúvel 5,7%
Tratores	204	1,6%	512	4,0%	Tratores 4,0%
Outros móveis e suas partes	453	3,6%	442	3,5%	Outros móveis e suas partes 3,5%
Papel e cartão para escrita e impressão	501	3,9%	405	3,2%	Papel e cartão para escrita e impressão 3,2%
Pneus	147	1,2%	339	2,7%	Pneus 2,7%
Bombas de ar para líquidos	372	2,9%	325	2,6%	Bombas de ar para líquidos 2,6%
Aquecedores elétricos de água	467	3,7%	299	2,4%	Aquecedores elétricos de água 2,4%
Subtotal	6.389	50,2%	9.502	75,0%	
Outros	6.326	49,8%	3.171	25,0%	
Total	12.715	100,0%	12.673	100,0%	
Importações brasileiras					
Grupos de produtos	2016 (jan-abr)	Part. % no total	2017 (jan-abr)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados em 2017
Extractos, essências e concentrados de chá	267	71,2%	153	30,1%	Extractos, essências e concentrados de chá 30,1%
Bombas de ar ou de vácuo	35	9,3%	84	16,5%	Bombas de ar ou de vácuo 16,5%
Partes e acessórios de veículos automóveis	26	6,9%	58	11,4%	Partes e acessórios de veículos automóveis 11,4%
Outros motores e máquinas motriz	0	0,0%	44	8,7%	Outros motores e máquinas motriz 8,7%
Instrumentos e aparelhos para regulação ou controle	0	0,0%	28	5,5%	Instrumentos e aparelhos para regulação ou controle 5,5%
Parafusos, pinos e porcas de ferro ou aço	1	0,2%	16	3,2%	Parafusos, pinos e porcas de ferro ou aço 3,2%
Pomadas e cremes para calçados	5	1,3%	13	2,6%	Pomadas e cremes para calçados 2,6%
Centrifugadores e aparelhos para filtrar líquidos ou gases	0	0,0%	13	2,6%	Centrifugadores e aparelhos para filtrar líquidos ou gases 2,6%
Partes de motores	1	0,3%	12	2,4%	Partes de motores 2,4%
Carroçarias para veículos automóveis	0	0,0%	11	2,2%	Carroçarias para veículos automóveis 2,2%
Subtotal	335	89,2%	432	85,1%	
Outros produtos	41	10,8%	76	14,9%	
Total	375	100,0%	508	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliweb.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DE RUANDA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Junho de 2017

DADOS BÁSICOS SOBRE RUANDA

NOME OFICIAL	República de Ruanda
GENTÍLICO	Ruandês
CAPITAL	Kigali (745.261 habitantes)
ÁREA	26.338 km ² (aproximadamente do tamanho do estado de Alagoas)
POPULAÇÃO	11,262 milhões
LÍNGUAS OFICIAIS	Kinyarwanda; Inglês; Francês; Suáli.
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Catolicismo Romano(43,7%); Protestantes (37,7%); Adventistas de Sétimo Dia (11,8%); Muçulmanos (2%).
SISTEMA DE GOVERNO	República Semi-Presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral (Câmara dos Deputados e Senado)
CHEFE DE ESTADO	presidente Paul Kagame (desde 2000)
CHEFE DE GOVERNO	PM Anastase Murekezi (desde 2014)
CHANCELER	Louise Mushikiwabo (desde 2009)
PIB nominal (FMI, 2016)	US\$ 8,34 bilhões (Brasil US\$ 1,79 trilhões)
PIB PPP (FMI, 2016)	US\$ 21,97 bilhões (Brasil US\$ 3,14 trilhões)
PIB nominal <i>per capita</i> (FMI, 2016)	US\$ 723,45 (Brasil US\$ 8.726,90)
PIB PPP <i>per capita</i> (FMI, 2016)	US\$ 1905,43 (Brasil US\$ 15.241,73)
VARIAÇÃO DO PIB	6% (2016 est.); 6,91% (2015 est.); 6,96% (2014).
IDH (PNUD, 2015)	0,498
EXPECTATIVA DE VIDA (BM, 2015)	64,5 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (BM, 2015)	71,2%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (BM, 2016)	2,5%
UNIDADE MONETÁRIA	Franco Ruandês
EMBAIXADORA EM KIGALI	Marcela Maria Nicodemos (residente em Nairóbi)
EMBAIXADORA EM BRASÍLIA	Mathilde Mukantabana (residente em Washington)

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-RUANDA (US\$ mil F.O.B) -Fonte: MDIC

Brasil → Ruanda	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Intercâmbio	567	1.327	-	1.737	504	206	344	703	960
Exportações	565	451	1.574	1.735	460	195	339	698	948
Importações	2	877	-	2	44,06	11	5	4	12
Saldo	563	-424	-	1.733	416	183	334	694	936

Apresentação

A República de Ruanda é um país continental, situado na região dos Grandes Lagos, e faz fronteira com Uganda, Burundi, República Democrática do Congo e Tanzânia. Ex-colônia do Reino da Bélgica, Ruanda obteve a independência em 1962. A população de Ruanda, estimada em 11,262 milhões, é dividida em dois grupos étnicos principais: hutu (84%) e tutsi (15%). Embora continue a determinar os contornos da vida social e política do país, o genocídio ocorrido em 1994, um dos eventos cataclísmicos do século XX, contrasta de forma contundente com a ordem e o desenvolvimento em evidência no país atualmente.

Perfis biográficos

PAUL KAGAME

Presidente da Repúblia



Paul Kagame nasceu em 23 de outubro de 1957, em Ruhango, cidade situada na então colônia belga de Ruanda-Urundi. Sua família, de etnia tutsi, foi forçada a mudar-se para Uganda em 1960, em meio a conflitos étnicos que causaram a morte de mais de 150 mil pessoas. Kagame passaria o resto da sua infância no campo de refugiados tutsis de Gahunge. Estudante dedicado, cedo se entusiasmou com os grandes líderes revolucionários de sua juventude, como Che Guevara.

Ingressou para o Exército da Resistência Nacional de Uganda (NRA), liderado por Yoweri Museveni, que deporia o presidente ugandense Tito Okello, em 1986. No mesmo ano, foi designado Chefe de Inteligência Militar do NRA, na condição de homem de confiança do presidente Museveni e participou da criação da

Frente Patriótica Ruandesa (FPR), grupo político-militar cujo objetivo era lutar contra o regime autocrático de Juvénal Habyarimana. Em 1990, recebeu treinamento militar nos EUA.

Em julho de 1994, após o Genocídio de Ruanda, o FPR tomou o poder, propondo-se a liderar um processo de reconciliação e reconstrução do país. Durante o governo de Unidade Nacional, Kagame exerceu os cargos de Vice-Ministro e Ministro da Defesa. Em 1998, foi eleito presidente da FPR. Dois anos mais tarde, foi eleito presidente da República de Ruanda pela Assembleia Nacional Transitória, sendo confirmado no cargo por eleições diretas em 2003 e 2010.

ANASTASE MUREKEZI

Primeiro-Ministro



Anastase Murekezi nasceu em 15 de junho de 1952. Estudou Agricultura na Universidade Louvain-la-Neuve, na Bélgica. Ocupou o cargo de ministro do Serviço Público e do Trabalho até 2014, quando foi nomeado Primeiro-Ministro pelo presidente Kagame.

Relações bilaterais

As relações Brasil-Ruanda, estabelecidas em 1981, são ainda tênuas, o que se reflete em reduzido comércio bilateral e ausência de visitas de alto-nível de parte a parte. A região da África Oriental e dos Grandes Lagos, onde se situa Ruanda, são consideradas a última fronteira da diplomacia brasileira no continente africano. Desde o final dos anos 2000, e em especial após a visita do então presidente Lula ao Quênia e à Tanzânia, em 2010, o Brasil tem buscado intensificar paulatinamente sua presença na região. A representação brasileira em Kigali é exercida, em caráter cumulativo, pela Embaixada residente em Nairóbi, enquanto a missão diplomática ruandesa em Washington responde pelas relações com o Brasil.

Do lado ruandês, o então Ministro dos Negócios Estrangeiros efetuou

visita ao Brasil em 1982, quando se discutiram possibilidades de cooperação técnica bilateral. Em setembro de 2007, o Ministro Celso Amorim avistou-se com seu homólogo ruandês em Nova York, à margem da 62a AGNU, ocasião em que foi firmado o Acordo Quadro de Cooperação Técnica entre os dois países, com base em proposta brasileira. O Acordo ainda aguarda ratificação da parte ruandesa.

Em junho de 2011, o Ministro Antonio Patriota reuniu-se com o presidente de Ruanda, Paul Kagame, por ocasião de visita a Nova York para participar da Reunião de Alto Nível da ONU sobre HIV/AIDS. O Chanceler brasileiro expressou o desejo de aprofundar as relações bilaterais e de maior participação no desenvolvimento econômico e social do país.

Em seguimento às conversações mantidas em Nova York, foi assinado entre Brasil e Ruanda, em 24 de junho de 2011, o Memorando de Entendimento para a Promoção da Cooperação Sul-Sul relativa ao Fortalecimento da Agricultura e da Segurança Alimentar entre Brasil e Ruanda, durante seminário sobre cooperação técnica brasileira à margem da 37ª Conferência da FAO em Roma.

Em dezembro de 2013, o Assessor Especial para Assuntos Internacionais do Ministério do Esporte, Embaixador Carlos Henrique Cardim, visitou Kigali por ocasião do Congresso Anual da Confederação Africana de Vôlei.

Cooperação bilateral

As iniciativas de cooperação técnica entre Brasil e Ruanda poderão ser embasadas no Acordo Básico de Cooperação Técnica firmado em 2007, assim que ratificado por Ruanda. Atualmente, não há ações de cooperação técnica em curso com esse país. Em 2009, houve missão técnica ruandesa ao Brasil para conhecer a experiência em biocombustíveis, sem a consolidação de projetos específicos.

Reforçando o perfil brasileiro de prestador de cooperação para a região dos Grandes Lagos, o governo brasileiro realizou, em agosto de 2012, doação no valor de US\$ 100.000,00 ao Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) em favor da ajuda humanitária de emergência ao campo de refugiados Kigeme em Ruanda.

Comércio e investimentos

O intercâmbio comercial bilateral é modesto e dominado pelas exportações brasileiras, compostas, basicamente, por máquinas e por produtos industriais alimentares em 2016. As importações brasileiras de Ruanda foram insignificantes nos últimos anos, tendo-se restringido à compra de pedras preciosas e de chá, no mesmo ano.

Em 2014, o grupo Positivo BHG firmou contrato com o governo de Ruanda para fornecimento de, pelo menos, 750 mil laptops para escolas públicas ruandesas. Em 2015, o grupo inaugurou unidade de produção em Kigali, que já produz para exportação a outros países africanos, como o Quênia. Trata-se do primeiro investimento do grupo no continente africano.

ASSUNTOS CONSULARES

Os assuntos consulares pertinentes a Ruanda são, até o momento, de responsabilidade da Embaixada do Brasil em Nairóbi, que exerce, por cumulatividade, a função de Embaixada do Brasil para Ruanda.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Não há registros de empréstimos ou financiamentos concedidos a Ruanda.

Política interna

Com a independência de Ruanda ante o Reino da Bélgica, em 1962, a etnia hutu (84%) assumiu a hegemonia no quadro político interno, em detrimento da elite colonial formada pela etnia tutsi (15%). Esse jogo de forças foi reforçado a partir do golpe de Estado que, em 1973, levou Juvénal Habyarimana ao poder.

Durante as décadas de 1980 e 1990, Ruanda viveu período de forte estagnação econômica e de instabilidade política. Em 1990, a oposição, constituída, principalmente, de refugiados tutsis, aliados a hutus moderados, fundou a Frente Patriótica Ruandesa (FPR), com sede em Uganda, e organizou uma invasão pelo norte de Ruanda, que somente foi reprimida devido ao apoio da França e dos países francófonos vizinhos. Em agosto de 1993, o presidente ruandês negociou um cessar-fogo com os rebeldes – os Acordos de Arusha. Com vistas a supervisionar a implementação dos acordos, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) aprovou a criação da Missão de Assistência das Nações Unidas para Ruanda (UNAMIR).

Em 1994, a trégua foi bruscamente interrompida após o atentado contra o avião em que viajavam Juvénal Habyarimana e Cyprien Ntaryamira, presidente do Burundi. A morte de Habyarimana serviu de estopim para o Genocídio de Ruanda, em que morreram 500 a 800 mil pessoas, a maioria das quais tutsis e hutus moderados. As milícias hutus “Interahamwe” e “Impuzamugambi”, dirigidas pela agremiação política “Akazu”, foram os principais executores do genocídio.

Em meio ao caos predominante no país, a FPR, contando com o suporte dos EUA, reiniciou os seus ataques contra as forças de Kigali, logrando tomar o poder em julho de 1994.

Aproximadamente 2 milhões de hutus que participaram diretamente do genocídio viram-se forçados a fugir em direção aos países vizinhos, o que agravou ainda mais os quadros humanitário e geopolítico na região. Com objetivo de prover a assistência aos refugiados e estabilizar o país, o CSNU aprovou a criação da UNAMIR 2.

No poder, a FPR buscou formar um governo de união nacional, com a nomeação dos hutus Pasteur Bizimungu, para presidente, e Faustin Twagiramung, para Primeiro-Ministro. A intenção da FPR foi a coabitação política com o antigo

Movimento Republicano Nacional pela Democracia e o Desenvolvimento (MRND), tradicional partido hutu, vinculado ao ex-presidente Juvénal Habyarimana. Em março de 1999, foram realizadas as primeiras eleições municipais e, em 2003, foi aprovada uma nova Constituição por referendo. Por meio de leis de criminalização da ideologia do genocídio, a Carta veda qualquer partido político que se fundamente em distinções de raça, cor ou gênero e garante, ademais, direito de repatriação a todos os refugiados ruandeses.

Em 2000, com a renúncia de Pasteur Bizimungu, Paul Kagame, um dos principais líderes tutsi da FPR, assumiu a presidência por eleição indireta. Kagame é o atual presidente de Ruanda, tendo sido confirmado no cargo por meio de eleições, em 2003 e 2010, para mandatos de sete anos.

O presidente Kagame fez da reconciliação nacional e da recuperação da economia do país os principais objetivos de seu governo. Em que pese a existência continuada de tensões fronteiriças – principalmente com a República Democrática do Congo –, Ruanda teve, desde 2000, contínuo crescimento econômico combinado com controle inflacionário. O combate à corrupção tem sido outra característica do governo de Paul Kagame.

A memória muito viva do genocídio ainda recente, bem como de outras perseguições à minoria tutsi que marcaram a história do país desde a independência, somada à ameaça representada pela presença de genocidários próximos à fronteira, conferem à questão securitária um caráter existencial para o regime atual. Desse modo, o desenvolvimento não só proporciona bem-estar à população, com também fortalece o país diante de ameaças externas e internas, as quais, por sua vez, continuariam a demandar constante vigilância.

Ao mesmo tempo em que os resultados no campo do desenvolvimento são reconhecidos mundialmente, o quadro político do país não conta com oposição expressiva. A existência de restrições à liberdade de expressão e de manifestação política em Ruanda é alvo de críticas de organizações como a Human Rights Watch, que indica haver no país frequentes casos de ameaças a vozes dissidentes, principalmente a jornalistas nacionais e estrangeiros.

Em 2015, foi aprovada, em referendo com 98,3% de votos favoráveis, emenda à Constituição que eliminou o limite de dois mandatos presidenciais e abriu caminho para a candidatura de Kagame a uma segunda reeleição, no pleito a ser realizado em 2017.

Eleições presidenciais de 2017

Em agosto de 2017, serão realizadas eleições presidenciais em Ruanda, em que o atual presidente Paul Kagame desponta como favorito à reeleição. Kagame havia anunciado sua intenção de concorrer a um terceiro mandato em janeiro de 2016, meses após a conclusão do processo de reforma constitucional que flexibilizou o limite de reconduções ao cargo de presidente. Caso saia vencedor no pleito, cenário julgado altamente provável por analistas, Kagame ainda poderá candidatar-se a nova reeleição, em 2024, para mandato que passará a ser de 5 anos. Em agosto de 2016, a um ano da realização das eleições presidenciais em Ruanda, o

partido opositor no exílio Congresso Nacional de Ruanda (sigla RNC em inglês) sofreu cisão devida a disputas internas, o que contribuiu para enfraquecer a oposição a Kagame, tornando ainda mais provável sua reeleição no pleito. Até o momento, apenas o Partido Verde anunciou intenção de concorrer contra Kagame.

Política externa

Ruanda tem seguido uma política externa voltada à obtenção de ajuda internacional e à coordenação de esforços com os países vizinhos, a fim de assegurar a estabilidade em seu entorno regional. A posição estratégica de Ruanda nos Grandes Lagos e o potencial econômico do país constituem atributos atrativos para investidores internacionais. O presidente Kagame também tem buscado assumir maior protagonismo na esfera continental, de que é exemplo a realização, em Kigali, da Cúpula da União Africana em 2016.

A comunidade internacional segue apoiando o esforço de reconstrução do país. As relações com a ONU e suas agências especializadas costumam oscilar: se, por um lado, o governo depende em certa medida da assistência humanitária fornecida por agências como o Programa Mundial de Alimentos (PMA) e o Alto Comissariado para os Refugiados (ACNUR), por outro, não raro manifesta desconforto com as atividades destas mesmas agências no país, alegando interferência em seus assuntos internos.

Ruanda confere grande importância ao relacionamento com os países de seu entorno regional. A guerra civil em Ruanda levou cerca de dois milhões de refugiados hutus – muitos dos quais membros do exército ruandês – a abrigarem-se nas províncias de Kivu do Norte e Kivu do Sul (na fronteira leste da República Democrática do Congo – RDC), onde entraram em choque com os banyamulenges, grupo local de origem tutsi. Ruanda acabou envolvendo-se na crise interna da RDC, contribuindo, ao lado de Uganda, para a vitória de Laurent Kabila, em maio de 1997, contra o regime de Mobutu Sese Seko.

Em 30 de julho de 2002, foi assinado, em Pretória, acordo de paz que determinou a retirada das tropas ruandesas do território congolês. Em 23 de março de 2009, foi firmado acordo de paz entre o governo da RDC e os rebeldes tutsis do Congresso Nacional para a Defesa do Povo (CNDP, no acrônimo em francês), por meio do qual o CNDP se converteria em partido político e sua facção armada, liderada pelo General Bosco Ntaganda, se uniria ao exército congolês. Após esse acordo, pacificaram-se as relações com Ruanda, que o governo de RDC acusava de prestar apoio aos rebeldes tutsi. Nesse contexto, reabriram-se as respectivas Embaixadas em Kigali e Kinshasa, desativadas desde agosto de 1998. Entre 2009 e 2012, houve cooperação entre as forças armadas de ambos os países na região de fronteira, realizada com o intuito de debelar os rebeldes hutus das Forças Democráticas para a Libertação de Ruanda (FDLR).

Em abril de 2012, todavia, um grupo de várias centenas de militares

liderados pelo Bosco Ntganda rebelou-se contra o exército congolês, formando o grupo "March 23" (M23), em alusão aos acordos firmados cerca de 3 anos antes. A insurgência do M23 teria sido resposta à decisão do presidente congolês, Joseph Kabilá, de deter Bosco Ntganda, que possuía contra si mandado de prisão do Tribunal Penal Internacional por crimes de guerra. O movimento fortaleceu-se desde então, causando intensa deterioração da situação de segurança das províncias de Kivu do Norte e Kivu do Sul. Em julho de 2012, o Grupo de Especialistas da ONU sobre RDC publicou relatório associando o governo de Ruanda ao M23, o que foi sistematicamente negado por Kigali. Diante da deterioração do conflito no leste da RDC, o Conselho de Segurança da ONU estabeleceu, em março de 2013, brigada de intervenção no âmbito da Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO). Sob o comando do General brasileiro Carlos Alberto dos Santos Cruz, a força militar da MONUSCO passou a apoiar, com êxito, ações das Forças Armadas da RDC contra grupos rebeldes no leste do país, e, em dezembro de 2013, o M23 negociou com o governo da RDC sua rendição.

As relações com o Burundi deterioraram-se rapidamente nos últimos anos, como desdobramento da crise política burundina iniciada em 2015, após a decisão do presidente Pierre Nkurunziza de concorrer a um terceiro mandato. Ruanda e Burundi apresentam composição étnica semelhante, com trajetória política, contudo, diversa das etnias tutsi e hutu. No contexto das eleições de 2015, o presidente Paul Kagame havia-se manifestado publicamente contra o terceiro mandato de Nkurunziza. Posteriormente, o governo do Burundi acusou Ruanda de estar abrigando, treinando e armando grupos oposicionistas, com o objetivo de desestabilizar o país. Por sua vez, o governo ruandês acusou o Burundi de apoiar as FDLR. Em abril de 2016, a morte de ex-Embaixador ruandês, preso no Burundi por suspeita de espionagem, elevou as tensões entre os dois países. Nos meses seguintes, foram expulsos de Ruanda cerca de 1500 cidadãos burundineses, bem como foram registradas detenções em massa de nacionais ruandeses no Burundi, acusados de espionagem.

As relações com a Tanzânia, abaladas no início de 1997, após a expulsão de 500 mil refugiados ruandeses daquele país, têm melhorado sensivelmente e tendem a voltar-se cada vez mais para a esfera econômica e comercial, com a consolidação da Comunidade da África Oriental (EAC), que engloba, além de Ruanda e da Tanzânia, o Burundi, Uganda, Quênia e o Sudão do Sul. A EAC constitui uma União Aduaneira desde 2005 e um Mercado Comum desde 2010. Em dezembro de 2013, os países membros da organização assinaram um protocolo para o estabelecimento de uma União Monetária até o ano de 2024.

No que diz respeito à agenda de integração regional na África Oriental, nota-se uma grande sintonia de posições com o Quênia, país que constitui, também, importante parceiro comercial de Ruanda, ocupando, atualmente, a segunda posição como destino das exportações ruandesas, após a República Democrática do Congo, e segunda posição como fornecedor para o país, após a China.

Com a África do Sul, Ruanda tem desenvolvido estreito relacionamento

desde o estabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países, em 1995. Os acordos bilaterais são numerosos, cobrindo diferentes áreas de cooperação, e registra-se expressivo número de visitas de alto nível.

A China ocupa crescente posição nas relações econômico-comerciais, constituindo, atualmente, o terceiro principal destino das exportações ruandesas e ocupando o primeiro lugar na origem de importações.

Desde que assumiu a presidência, Kagame buscou cultivar um bom relacionamento com os países ocidentais e organismos internacionais, a fim de angariar investimentos, doações e assistência humanitária. EUA e Reino Unido seguem sendo os principais doadores internacionais de Ruanda, a despeito de ameaças de corte nos programas de ajuda motivadas por denúncias de perseguição política e de restrição das liberdades fundamentais no país.

As relações com a França, particularmente conturbadas, deterioraram-se desde outubro de 2016, quando foi reaberta investigação francesa acerca da derrubada do avião que vitimou os então presidentes de Ruanda, Juvénal Habyarimana, e do Burundi, Cyprien Ntaryamira, em 1994, evento que constitui a causa imediata do genocídio no país. A reabertura do inquérito teve como objetivo apurar acusações acerca do envolvimento do presidente Paul Kagame no episódio e quase levou ao rompimento das relações entre os dois países. Em 2006, Ruanda já havia rompido relações com a França por três anos por motivo semelhante. Kigali, por sua vez, critica Paris pela recusa a reconhecer sua suposta conivência com o genocídio em Ruanda. A percepção ruandesa é de que a França teria cumprido papel determinante na defesa e no armamento do regime genocidário, bem como teria facilitado a fuga em massa de genocidários para a República Democrática do Congo (então Zaire) e não colaborado adequadamente para prender e punir genocidários que encontraram refúgio na França. Em 2008, o Parlamento de Ruanda decidiu substituir a língua francesa pela língua inglesa no ensino escolar do país. Embora, oficialmente, a decisão tenha sido motivada pelo desejo ruandês de aprofundar sua integração com os países da EAC, em sua maioria, anglófonos, ela é vista por analistas como sintomática das tensões nas relações com a França.

Economia

Ao longo das duas últimas décadas, Ruanda obteve importantes conquistas no plano econômico. Mais recentemente, o país vem seguindo modelo de desenvolvimento semelhante ao de países asiáticos, com elevada prioridade conferida à educação e uma abordagem marcadamente pró-negócios, com reduzida intervenção estatal. Ruanda é regularmente enaltecidida em círculos internacionais, por personalidades como Jeffrey Sachs, pelos avanços registrados na superação da pobreza, na promoção do acesso à saúde e educação, no combate à corrupção e na geração de um bom ambiente de negócios.

Segundo as últimas projeções, a economia de Ruanda deverá manter bom

desempenho. Para 2017, há expectativa de crescimento de 7% do PIB, resultado ligeiramente superior ao registrado nos últimos anos: 6% em 2016, 6,91% em 2015, 6,96%, em 2014.

Nos últimos anos, a população urbana de Ruanda tem crescido rapidamente, tendo atingido 28,8% da população total em 2015. Nesse contexto, tem crescido a importância do setor de serviços para a economia ruandesa, o qual já é responsável por 50,3% do PIB do país. Também tem contribuído para o crescimento desse setor a estratégia do governo atual de tornar o país um *hub* de serviços para a subregião da África Oriental e, até mesmo, para outros países do continente africano. Apesar disso, o setor da agricultura ainda é responsável por mais de 70% dos empregos no país, embora contribua apenas com 34,6% do PIB. O setor da indústria, por sua vez, é o menos expressivo, com apenas 6,8% dos empregos e 15,1% do PIB ruandês.

Segundo o governo de Ruanda, o déficit fiscal do país deverá atingir um máximo histórico de 9% do PIB no biênio 2016/2017. A expectativa é de que esse indicador seja reduzido a 3,9% do PIB já em 2020/2021, em função da redução de gastos com infraestrutura e das ações governamentais para elevar a arrecadação em 0,5% do PIB nos próximos anos. Apesar da expectativa do governo de que esse déficit seja financiado com a tomada de empréstimos no plano doméstico e internacional, não está afastado o risco de crescimento da inflação no futuro próximo. Em 2015, a ajuda oficial ao desenvolvimento representou 80% da receita do governo ruandês.

O índice de inflação em Ruanda apresentou tendência de alta nos últimos anos, tendo-se elevado de 4,53% em 2015 para 7,28%. Espera-se, contudo, que a inflação se estabilize em torno de 5% já em 2018, diante da expectativa de diminuição no ritmo de cortes na taxa de juros pelo Banco Central ruandês.

O intercâmbio comercial total de Ruanda, em 2015, somou US\$ 2,4 bilhões, retraimento de 7,6% em relação aos valores de 2014, quando foi registrado auge histórico. A balança comercial do país é estruturalmente deficitária (US\$ 1,27 bilhão em 2015). Em 2015, as exportações ruandesas somaram US\$ 578 milhões, queda de 11% em relação a 2014. Os principais mercados de destino para suas exportações foram a República Democrática do Congo (32% do total); o Quênia (15%); Suíça (9%); Emirados Árabes Unidos (7%); Estados Unidos (4%). As importações totais de Ruanda somaram US\$ 1,85 bilhão em 2015, com queda de 4% em relação aos valores do ano de 2014. Os principais países de origem das importações ruandesas foram China (19%); Uganda (12%); Índia (10%); Quênia (8%); Emirados Árabes Unidos (5%).

Apesar de o comércio com Ruanda ser expressivo, o saldo da balança comercial bilateral tem sido, tradicionalmente, favorável ao Brasil. Em 2016, o superávit brasileiro atingiu US\$ 936 mil. No mesmo ano, o intercâmbio comercial entre os dois países registrou crescimento de 36% em relação a 2015, atingindo 960 mil. As exportações brasileiras para Ruanda cresceram 35% em relação a 2015, tendo atingido US\$ 948 mil em 2016. As importações brasileiras de Ruanda

aumentaram três vezes no mesmo período, passando de US\$ 4 mil para US\$ 12 mil.

Após terem atingido seu auge em 2011, quando totalizaram US\$ 1,7 milhão, as exportações brasileiras para Ruanda sofreram queda de 73% no ano seguinte. Desde então, o fornecimento para o mercado ruandês vem-se recuperando gradualmente. A pauta de exportações do Brasil é composta por 100% de manufaturados, com destaque para máquinas e aparelhos.

Até o ano de 2012, as importações brasileiras de Ruanda registraram grande oscilação, tendo-se estabilizado a uma média de US\$ 8,2 mil nos quatro últimos anos. Nesse período, a pauta de importações brasileiras concentrou-se, quase exclusivamente, em pedras preciosas, artefatos de joalharia, chá e xales e lenços.

Cronologia histórica

1885	Congresso de Berlim, o território ruandês fica sob domínio Alemão.
1916	Durante a I Guerra Mundial, Ruanda passa para domínio da Bélgica.
1962	Independência de Ruanda ante o Reino da Bélgica. Marco para ascensão da etnia hutu no quadro político interno.
1973	Golpe de Estado coloca no poder Juvénal Habyarimana.
1990	Invasão da Frente Patriótica Ruandesa (FPR) desde Uganda.
1993	Assinatura dos Acordos de Arusha.
1994	Morte de Habyarimana dá início ao Genocídio de Ruanda.
2000	Paul Kagame assume a presidência com a renúncia de Pasteur Bizimungu.
2003	Paul Kagame é eleito presidente de Ruanda.
2010	Paul Kagame é reeleito presidente de Ruanda

Cronologia das relações bilaterais

1981	Brasil e Ruanda estabeleceram relações diplomáticas.
1982	Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros ruandês ao Brasil.
2007	Encontro do Ministro Celso Amorim com seu homólogo ruandês em Nova York à margem da 62ª AGNU.

2007	Firmado o Acordo Quadro de Cooperação Técnica.
2010	Contrato entre a empresa brasileira "4BK" e o Ministério dos Esportes e da Cultura de Ruanda.
2011/mai	Visita do então candidato à Direção-Geral da FAO, Dr. José Graziano a Kigali.
2011/jun	Encontro entre o Ministro Antonio Patriota e o presidente de Ruanda, Paul Kagame, por ocasião de visita a Nova York para participar da Reunião de Alto Nível da ONU sobre HIV/AIDS.
2011/jun	Assinado o Memorando de Entendimento para a Promoção da Cooperação Sul-Sul relativa ao Fortalecimento da Agricultura e da Segurança Alimentar entre Brasil e Ruanda.

Atos bilaterais

Título	Data Celebração	Vigência
Acordo de Cooperação Técnica	29/09/2007	Em ratificação

Dados econômico-comerciais

Composição das exportações brasileiras para a Ruanda (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2014		2015		2016	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Aparelhos para aquecimento, cozimento, torrefação, destilação	0	0,0%	2	0,3%	212	22,4%
Máquinas e aparelhos para colheita agrícola	96	28,3%	134	19,2%	139	14,7%
Máquinas mecânicas com função própria	0	0,0%	13	1,8%	110	11,6%
Outras preparações e conservas de carne	0	0,0%	0	0,0%	100	10,6%
Máquinas p/ selecionar, peneirar, separar minérios	0	0,0%	0	0,0%	77	8,1%
Frutas e outras partes comestíveis de plantas preparadas	0	0,0%	0	0,0%	55	5,8%
Outras máquinas para elevação	9	2,5%	0	0,0%	55	5,8%
Aparelhos para tratamento de metais e de vidro	0	0,0%	0	0,0%	47	5,0%
Máquinas p/ limpeza, seleção ou peneiração de grãos	227	66,9%	4	0,6%	33	3,5%
Café solúvel	0	0,0%	0	0,0%	23	2,4%
Subtotal	331	97,7%	153	21,9%	852	89,9%
Outros	8	2,3%	546	78,1%	96	10,1%
Total	339	100,0%	698	100,0%	948	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliweb.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2016



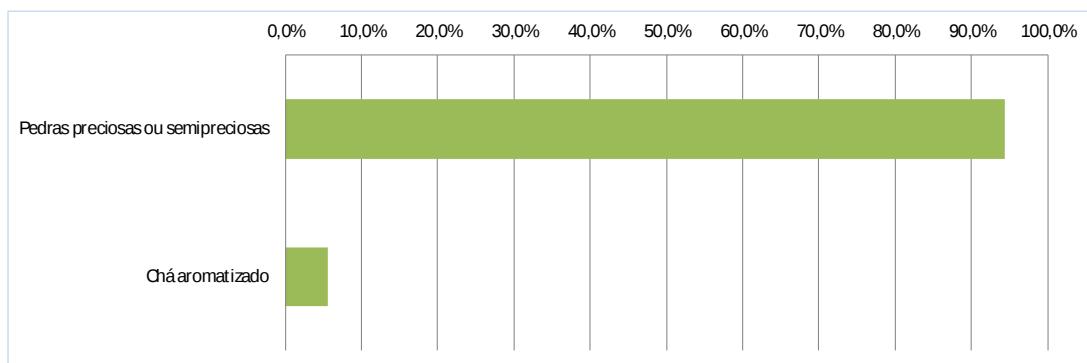
Composição das importações brasileiras originárias da Ruanda (SH4)

US\$ mil

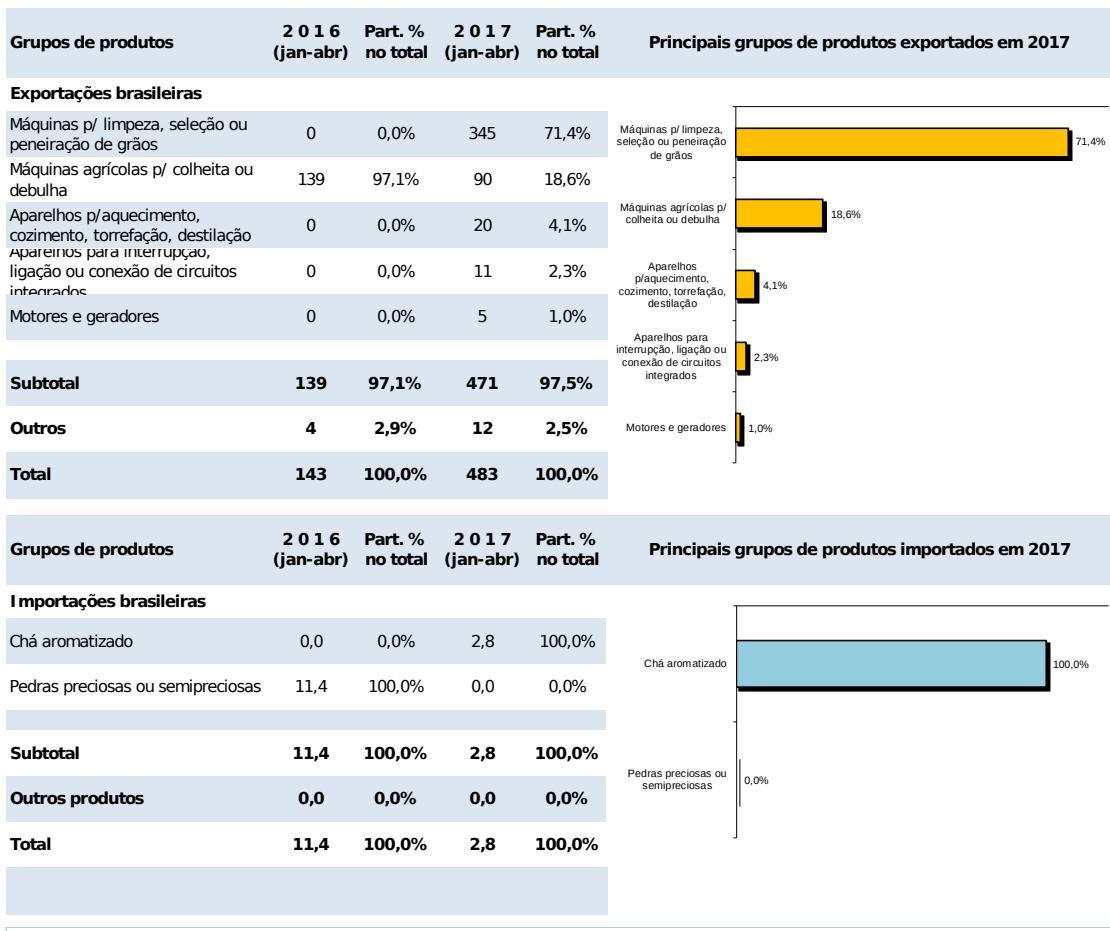
Grupos de produtos	2014		2015		2016	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Pedras preciosas ou semipreciosas	0,0	0,0%	1,1	26,5%	11,4	94,4%
Chá aromatizado	0,1	2,3%	1,6	36,7%	0,7	5,6%
Artefatos de joalharia	1,8	36,6%	1,0	22,6%	0,0	0,0%
Malas e maletas	0,6	12,2%	0,5	11,7%	0,0	0,0%
Xales, écharpes e lenços de pescoço	2,0	39,9%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Subtotal	4,5	90,9%	4,2	97,5%	12,1	100,0%
Outros	0,4	9,1%	0,1	2,5%	0,0	0,0%
Total	4,9	100,0%	4,3	100,0%	12,1	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliweb.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2016



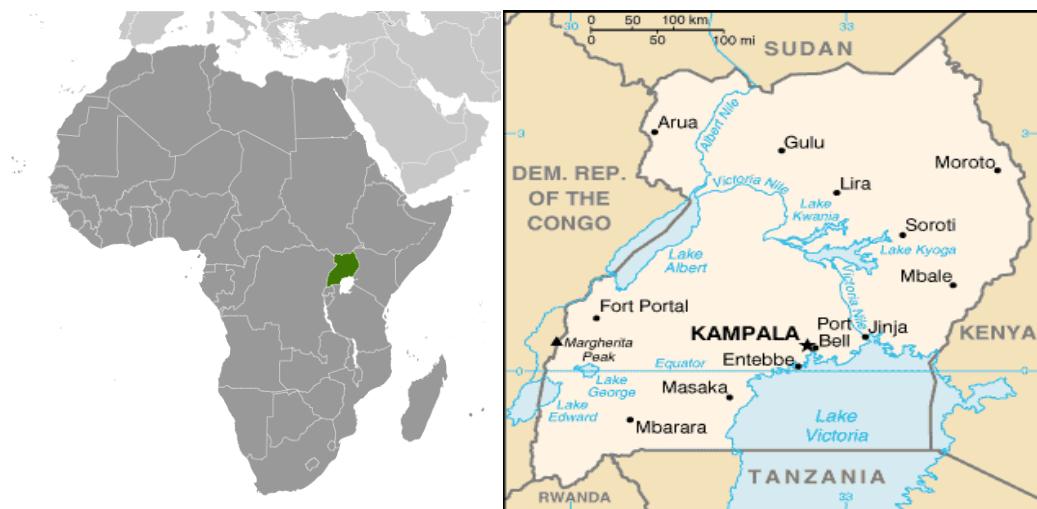
Composição do intercâmbio comercial (dados parciais) (SH4)
US\$ mil



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliweb.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DE UGANDA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Junho de 2017

DADOS BÁSICOS UGANDA

NOME OFICIAL	República de Uganda
GENTÍLICO	Ugandense
CAPITAL	Campala (1,6 milhão de habitantes- equivalente à população de Recife)
ÁREA	241.038 km ² (aproximadamente do tamanho do estado do Piauí)
POPULAÇÃO (2015)	39,03 milhões
LÍNGUAS OFICIAIS	Inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Cristã Protestante (42%); Cristã Católica (41,9%); islâmica (12,1%); outras (3,1%); sem religião (0,9%)
SISTEMA DE GOVERNO	Presidencialismo
PODER LEGISLATIVO	Unicameral – Assembléia Nacional
CHEFE DE ESTADO	Presidente Yoweri Kaguta Museveni (desde 1986)
CHEFE DE GOVERNO	PM Ruhakana Rugunda (desde 2014)
CHANCELER	Sam Kahamba Kutesa (desde 2014)
PIB nominal (FMI, 2016)	US\$ 25,61 bilhões (Brasil US\$ 1,79 trilhão)
PIB PPP (FMI, 2016)	US\$ 84,92 bilhões (Brasil: US\$ 3,14 trilhões)
PIB nominal per capita (FMI, 2016)	US\$ 623,39 (Brasil: US\$ 8.726,9)
PIB PPP per capita (FMI, 2016)	US\$ 2.066,99 (Brasil: US\$ 15.241,73)
VARIAÇÃO DO PIB (FMI, 2016)	4,94% (2016 est.); 4,81% (2015 est.); 4,89% (2014)
IDH (PNUD, 2015)	0,493
EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER (BM, 2014)	58,5 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (Unesco, 2015)	73,86%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (BM, 2014)	5,93%
UNIDADE MONETÁRIA	Xelim ugandense US\$ 1 = 2490,2 UGX
EMBAIXADORA EM CAMPALA	Marcela Maria Nicodemos (residente em Nairóbi)
EMBAIXADORA EM BRASÍLIA	Oliver Wonekha (residente em Washington)

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-UGANDA (US\$ mil F.O.B) -Fonte: MDIC

Brasil → Uganda	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Intercâmbio	3.015	3.580	5.222	9.260	5.670	4.355	4.514	5.972	3.981
Exportações	2.663	3.490	4.893	8.889	5.398	4.288	3.953	5.967	3.977
Importações	351	89	328	370	272	67	560	5	4
Saldo	2.312	3.400	4.565	8.519	5.125	4.221	3.393	5.972	3.981

APRESENTAÇÃO

A República de Uganda é um país continental, situado na região dos Grandes Lagos, que faz fronteira com o Quênia, o Sudão do Sul, a República Democrática do Congo, Ruanda e Tanzânia. Ex-colônia do Império Britânico, o país obteve a independência em 1962, quando se tornou membro da *Commonwealth*. A população ugandense é estimada em 39,03 milhões.

Nos últimos anos, Uganda registrou expressivo crescimento econômico. Apesar disso, o país permanece dependente da ajuda oficial ao desenvolvimento, bem como dos investimentos externos, sobretudo da China, que desempenham papel fundamental na ampliação da infraestrutura energética e de transporte ugandense.

A estabilidade político-institucional e econômica alcançada após a assunção da Presidência por Yoweri Museveni, em 1986, também se reflete em uma presença mais ativa na política regional. Uganda é o maior contribuinte de tropas para a Missão da União Africana para a Somália (AMISOM). Em 2013, o país enviou tropas, também, para o Sudão do Sul, no contexto da escalada do conflito civil neste país. O presidente Museveni tem atuado como mediador do processo de paz no Sudão do Sul, bem como no Burundi. Uganda abriga, atualmente, a segunda maior população de refugiados do mundo, estimada em mais de um milhão de pessoas, das quais 900 mil são refugiados sul-sudaneses.

No plano multilateral, Uganda tem tido participação ativa na União Africana, bem como nas mediações da Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD) em crises e em conflitos no Chifre da África e na África Oriental. Em 2010, Campala foi sede da Conferência de Revisão do Tribunal Penal Internacional. Uganda também abriga, na cidade de Entebbe, centro de serviços regional das Nações Unidas, destinado a prestar apoio logístico a missões de paz no continente.

Perfis biográficos

YOWERI KAGUTA MUSEVENI

Presidente da República



Yoweri Museveni nasceu em Ntungamo, Uganda, em 1944. Graduou-se em Economia e Ciência Política na Universidade de Dar Es Salam, Tanzânia. Durante a juventude, adotou o marxismo e os ideais pan-africanos. Formou a Frente Africana Revolucionária dos Estudantes Africanos e esteve em Moçambique, onde recebeu treinamento de guerrilha da FRELIMO.

Em 1970, ingressou no serviço de inteligência do presidente ugandense Milton Obote. Em 1971, quando Idi Amin Dada assumiu o poder por meio de um golpe de estado, Museveni exilou-se na Tanzânia, junto com Obote. Em 1978, ano em que Idi Amin ordenou a invasão da Tanzânia, Museveni e outros exilados e rebeldes ugandenses criaram a Frente de Libertação Nacional de Uganda (UNFL). Em abril de 1979, com a deposição de Idi Amin pela aliança formada pela UNFL e pelo exército tanzaniano, Museveni tornou-se Ministro da Defesa. Em 1980, com a deposição do então Presidente Yusuf Lule, Museveni foi transferido para a pasta da Cooperação Regional e, em seguida, tornou-se Vice-Chefe da Comissão Presidencial, que convocou eleições nacionais.

Em 1986, à frente de tropas insurgentes, Museveni depôs o Presidente Okello, e assumiu o controle do país. Em maio de 1996, nas primeiras eleições sob seu comando, foi eleito presidente da República, cargo para o qual foi reeleito em 2001. Foi reeleito Presidente sucessivamente em 2006, 2011 e 2016, graças a emenda na Constituição que permitiu a reeleição para o cargo por mais de uma vez.

RUHAKANA RUGUNDA

Primeiro Ministro



Ruhakana Rugunda nasceu em 7 de novembro de 1947. Formou-se em Medicina pela Universidade Escola Makere de Medicina e pela Universidade da Zâmbia. Possui mestrado em saúde pública pela Universidade de Berkeley, na Califórnia. Antes de seguir a vida política, trabalhou como médico na Zâmbia, nos Estados Unidos (Washington) e no Quênia.

Após a chegada de Museveni ao poder, em 1986, Ruganda assumiu vários postos políticos: ministro da Saúde, de 1986 a 1988; ministro do Trabalho, Transporte e Comunicação, de 1988 a 1994; ministro de Negócios Estrangeiros, de 1994 a 1996; ministro da Informação, de 1996 a 1998; ministro da Presidência, de 1998 a 2001; ministro das Águas, da Terra e do Meio Ambiente, de 2001 a 2003; ministro de Negócios Internos, de 2003 a 2009. Em 2009, foi nomeado representante permanente de Uganda nas Nações Unidas, servindo como presidente do CSNU em julho de 2009 e em outubro de 2010. Em maio de 2011, foi novamente designado ministro da Informação e da Comunicação Tecnológica, e, em 2013, voltou a ser ministro da Saúde. Em 2014, foi nomeado primeiro-ministro.

Relações bilaterais

As relações Brasil-Uganda, estabelecidas em 1970, são ainda tênuas, o que se reflete em reduzido comércio bilateral e raras visitas de alto-nível de parte a parte. A região da África Oriental e dos Grandes Lagos, onde se situa Uganda, constituem a última fronteira da diplomacia brasileira no continente africano. Desde o final dos anos 2000, e em especial após a visita do então Presidente Lula ao Quênia e à Tanzânia, em 2010, o Brasil tem buscado intensificar paulatinamente sua presença na região. A representação brasileira junto ao governo de Campala faz-se por cumulatividade com a Embaixada em Nairóbi, enquanto a missão diplomática ugandense em Washington responde pelas relações com Brasília.

As poucas visitas de alto nível registradas entre os dois países deram-se no contexto de grandes eventos multilaterais ou partiram de iniciativa ugandense. Em 1984, o então Ministro de Cooperação e Comércio Yona Kanyomozi realizou histórica visita ao Brasil. O presidente Museveni esteve no Brasil em três ocasiões: Conferência do Rio sobre Meio Ambiente, 1992; XI Conferência da UNCTAD,

2004; e V Foro Urbano Mundial (UN-Habitat), 2010. Em maio de 2014, o presidente Museveni encontrou-se, ainda, com a então presidente Dilma Rousseff, em Adis Abeba, à margem de cúpula da União Africana. Em junho de 2012, a ministra do Meio Ambiente ugandense Flavia Munaaba esteve no Brasil para participar da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20).

Entre outras visitas de parte à outra, cabe ainda mencionar a realização, em dezembro de 2010, em Campala, de reunião de consultas políticas entre os diretores do Departamento de África e do Departamento de Organismos Internacionais do Itamaraty e seus homólogos ugandenses, bem como a vinda ao Brasil, em março de 2015, do Embaixador Johnny Muhindo, então diretor do Departamento de Américas e Caribe da Chancelaria de Uganda. Nesta ocasião, em encontros mantidos no Itamaraty, foram verificados critérios para a abertura de Embaixada ugandense em Brasília, bem como avaliadas possibilidades de cooperação entre os dois países.

Cooperação bilateral

Os esforços de aproximação com Uganda têm ocorrido, sobretudo, no campo da cooperação. As áreas de agricultura e energia, em particular, têm-se revelado promissoras para o adensamento das relações bilaterais. Em setembro de 2011, foi assinado entre os dois países o Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica, que se encontra, atualmente, em renegociação. Uma vez em vigor, o Acordo deverá fornecer o marco jurídico para a estruturação de projetos de cooperação com o país.

O Brasil não mantém, no momento, projeto de cooperação em execução ou negociação com Uganda. Ressalta-se que o país foi parte da missão de diagnóstico do projeto "Cotton Victoria", para o fortalecimento da cadeia produtiva do algodão na África Oriental, realizada entre novembro e dezembro de 2013, porém não foi integrado ao referido projeto, uma vez que o setor cotonicultor ugandense não possuía relevância semelhante àquela observada em outros países (Tanzânia, Quênia, Burundi).

No passado, foram realizadas iniciativas bilaterais com resultados positivos nas áreas de biocombustíveis, combate à corrupção, segurança alimentar, desenvolvimento social e esportes. Entre as ações de maior relevância, vale mencionar a troca de missões entre Brasil e Uganda, em 2008 e 2009, para o compartilhamento da experiência brasileira na produção de etanol a partir da cana-de-açúcar; o envio de missão parlamentar ugandense, em 2009, a Brasília, a fim de conhecer o quadro legal e institucional brasileiro em relação ao combate à corrupção, e a realização, em 2010, em Campala, do seminário "Pro-Renova", visando à difusão da tecnologia de biocombustíveis brasileira. Em março de 2012, com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), foi também realizada missão de estudos de alto nível ao Brasil para conhecer as políticas adotadas para a implementação de serviços de proteção social.

Em abril de 2012, realizou-se em Campala a 126ª Assembleia da União Interparlamentar. Na ocasião, a Presidente do Parlamento de Uganda, Rebecca Kadaga, manteve encontro com o chefe da delegação brasileira, deputado Átila Lins, quando foram analisadas perspectivas de cooperação bilateral. A senhora Kadaga apresentou proposta de Memorando de Entendimento de cooperação parlamentar.

Em junho de 2014, Uganda também manifestou interesse no treinamento de diplomatas pelo Instituto Rio Branco. Em fevereiro de 2015, a Chancelaria ugandense encaminhou à Embaixada brasileira proposta de Memorando de Entendimento entre as academias diplomáticas dos dois países, cujas negociações ainda não foram concluídas.

Em março de 2015, por ocasião da visita ao Brasil do então diretor do Departamento de Américas e Caribe da Chancelaria de Uganda Johnny Muhindo, foram debatidas possibilidades de cooperação técnica com o Brasil, com destaque para o cultivo da mandioca, bem como de cooperação na área de comércio e investimentos, sobretudo nas áreas de construção, mineração e agricultura. Também foi avaliada a possibilidade de abertura de curso de português em Uganda.

No âmbito da cooperação humanitária, Uganda é beneficiária da Lei 12.429/2011, que autoriza a doação de estoques públicos de alimentos para assistência humanitária internacional. Em 2012, foram doadas 2 mil toneladas de arroz, no valor de US\$ 949.465,00 ao país. A doação, destinada a campos de refugiados congoleses no país, foi recebida em 2013.

Comércio e investimentos

O intercâmbio comercial bilateral é ainda modesto e dominado pelas exportações brasileiras, compostas, em grande medida, por manufaturados como máquinas agrícolas, motores elétricos e pneus. As importações brasileiras de Uganda foram insignificantes nos últimos anos, tendo-se restringido à compra de especiarias e ferramentas de metal, em 2016.

A estabilidade macroeconômica observada em Uganda nos últimos anos poderá favorecer a presença de investimentos brasileiros no país. A estratégia atual do governo ugandense de promover o robustecimento da infraestrutura como forma de elevar a competitividade e acelerar o crescimento do país também oferece oportunidades para a atuação de empresas brasileiras em Uganda no futuro.

Assuntos consulares

O Brasil não possui representação diplomática residente em Uganda; portanto, questões consulares relativas ao país estão a cargo da Embaixada em Nairóbi. A jurisdição da Embaixada inclui, além de Quênia e Uganda, a República de Ruanda, a República do Burundi e a República Federal da Somália. No período de 2004 a 2012, manteve-se o Consulado Honorário em Campala, com jurisdição sobre todo o território da República de Uganda, subordinado à Embaixada do Brasil em Nairóbi.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registros de empréstimos ou financiamentos concedidos pelo Brasil a Uganda.

Política interna

O quadro político interno ugandense é caracterizado por histórica fragmentação em reinos e etnias rivais, que deram origem a divisões e a disputas pelo poder na história do país independente. Após a Conferência de Berlim de 1884, o território ao norte das margens do Lago Vitória foi declarado protetorado britânico. Em 1902, a região foi desmembrada em Uganda e Quênia. A partir de então, intensificou-se a exploração colonial do território, que exportava para a Inglaterra principalmente algodão e café. Diversamente do Quênia, Uganda não acolheu número significativo de colonos europeus, mas de mão-de-obra proveniente de outras partes do Império Britânico, sobretudo da Índia. Esses imigrantes forçados foram responsáveis pela construção da infra-estrutura e administração da colônia.

Em 1962, Uganda tornou-se independente da Inglaterra. O primeiro governo após a independência foi formado por uma coalizão entre líderes do Sul e do Norte do país, com a nomeação do Rei Edward Muteesa (da etnia Bantu, predominante no Sul) para o cargo de Presidente, e Milton Obote (da tribo Langui, no Norte) para Primeiro-Ministro. Ao tentar instituir um regime de partido único, com o objetivo de eliminar o tribalismo, o Primeiro-Ministro Obote entrou em conflito com o Presidente. Em 1966, com o apoio do Exército, Obote suspendeu a Constituição, que assegurava considerável autonomia aos diversos reinos tribais. Nesse mesmo ano, Obote tomou o poder. A resistência de Muteesa ao golpe foi reprimida pelo Exército, então sob o comando do General Idi Amin Dada.

Em 1971, Idi Amin, que vinha concentrando cada vez mais poder em suas mãos, depôs Obote. Uma das primeiras medidas do governo de Idi Amin consistiu na deportação em massa da população de origem india (elite comercial do país) e no subsequente confisco de suas propriedades. Valendo-se de um populismo xenófobo que explorava as rivalidades étnicas, e apoiado por uma guarda de militares oriundos de sua etnia (Kakwa), o mandatário consolidou-se no poder, chegando a angariar altos índices de popularidade por curto período.

Durante sua gestão, o cenário político foi pontuado por assassinatos de membros da oposição, pela perseguição de líderes religiosos cristãos (Idi Amin era muçulmano, num país onde mais de 80% da população professam o cristianismo) e por ataques armados contra tribos rivais, como o grupo dos Langui, do Presidente deposto Milton Obote. Em 1978, uma revolta de tropas dissidentes do regime de Idi Amin cruzou a fronteira com a Tanzânia, onde Obote e outros dissidentes haviam encontrado asilo. Adotando como pretexto uma disputa lindeira com o país vizinho, Idi Amin declarou guerra à Tanzânia e enviou tropas para atacar os rebeldes. Em resposta, tropas tanzanianas e refugiados ugandenses invadiram Uganda,

precipitando a deposição de Idi Amin, que se exilou na Arábia Saudita em 1979. Ao longo de seus nove anos, o governo de Idi Amin deixou mais de 300 mil mortos.

As forças invasoras instalaram novo governo em Campala, sob a égide da Frente Nacional de Libertação de Uganda, liderada por Yusuf Lule, figura proeminente nos meios tribais da região sul do país. Inconformadas com a perda de espaço político, as etnias da região norte, área de influência de Milton Obote, formaram o Novo Exército Nacional de Libertação de Uganda (UNLA), que logo assumiu o controle e depôs Lule. Uma comissão militar assumiu o poder e organizou eleições presidenciais em 1980, que levaram à recondução de Milton Obote à Presidência. Um dos candidatos derrotados, Yoweri Museveni, não aceitou o resultado do pleito e deflagrou uma guerrilha contra o governo instituído, à frente do Exército de Resistência Nacional (NRA).

O segundo governo de Obote, tal como o primeiro, dependeu do apoio do Exército (UNLA), uma vez que o mandatário não foi capaz de angariar consenso entre as diversas facções tribais do país. Por outro lado, o movimento guerrilheiro de Museveni passou a aglutinar número crescente de opositores ao regime. Como resultado dos combates, estima-se que o número de vítimas tenha ultrapassado o do período de Idi Amin. Em julho de 1985, o Exército, desgastado com a luta de guerrilha, ocupou Campala e depôs Obote, que se refugiou na Zâmbia.

O Conselho Militar liderado pelo General Tito Okello assumiu o poder e tentou iniciar negociações de paz com o NRA. Este, por sua vez, recusou-se a dialogar com os militares, tidos como colaboradores de Obote e responsáveis pelo massacre de milhares de civis. Em janeiro de 1986, tropas do NRA invadiram Campala, que foi dominada após violentos conflitos. O Conselho Militar foi dissolvido e Museveni, empossado Presidente, à frente do Conselho de Resistência Nacional (CRN), formado pela cúpula da NRA e por elementos de seu braço político, o Movimento de Resistência Nacional (MRN).

Quadro recente

A vida política de Uganda tem sido dominada, há trinta anos, pela figura de Yoweri Museveni, Presidente da República desde 1986. No início de sua gestão à frente do país, Museveni proscreveu os partidos políticos, com a exceção de seu partido, o Movimento de Resistência Nacional (MRN). Embora houvesse prometido convocar eleições dentro de cinco anos (1991), o governo permaneceu no poder por um quinquênio adicional e convocou eleições apenas em 1996.

Em 1994, uma Assembleia Constituinte iniciou os trabalhos de elaboração de nova Constituição, promulgada em outubro de 1995. Em maio de 1996, realizaram-se eleições presidenciais, com a vitória esmagadora de Museveni. Dois meses depois, as eleições legislativas confirmaram a ampla maioria parlamentar do MRN.

Em referendo realizado em junho de 2000, o Presidente e seu partido conseguiram apoio suficiente para concorrerem a um segundo mandato, obtido em 2001, e para que não se adotasse o multipartidarismo no país.

O multipartidarismo foi adotado somente em 2005, após a realização de referendo nacional. O Parlamento pôs fim, contudo, ao dispositivo constitucional que limitava o instituto da reeleição a uma única vez. Desse modo, em 2006, Museveni apresentou-se como candidato à Presidência e venceu as eleições, tendo sido reeleito, sucessivamente, em 2011 e em 2016. A perspectiva de Museveni voltar a apresentar-se como candidato em 2021 esbarra, atualmente, no limite de 75 anos estabelecido pela Constituição do país para candidatos presidenciais, embora já se observem movimentações políticas no sentido de promover nova reforma constitucional.

O pleito de fevereiro de 2016 transcorreu em clima tenso, com frequentes acusações pela oposição de intimidação pelos *crime preventers*, cidadãos treinados por forças policiais ugandenses para dar apoio, em princípio, no combate à violência e às irregularidades durante o processo eleitoral. A figura do *crime preventer* havia sido criada pelo governo ugandense em 2014. O resultado do pleito também foi contestado, gerando instabilidade temporária no país. Em recorrentes episódios, o principal candidato da oposição, Kizza Besigye, o qual se havia posicionado em segundo lugar, com 37% dos votos, foi detido em prisão domiciliar após a conclusão do processo eleitoral.

Além do recrudescimento da oposição em Uganda, os principais desafios internos a serem enfrentados pelo presidente Museveni incluem a ameaça de ataques pelo grupo terrorista Al-Shabaab, em retaliação à presença de tropas ugandenses na Somália, e a necessidade de acomodação de demandas separatistas e autonomistas na região de Rwenzori, na fronteira com a República Democrática do Congo. Em 2009, o governo de Uganda reconheceu o reino de Rwenzururu, ligado à etnia bakonzo, na região das montanhas Rwenzori, como entidade fruto de tradições culturais e históricas. Embora não detenha poder político de fato, o reino detém certa autonomia, e seu monarca (Omusinga) Charles Wesley Mumbere exerce grande influência política. A persistência de reivindicações secessionistas por determinados grupos na região tem acarretado, contudo, conflitos pontuais com as forças de Campala. Em novembro de 2016, confronto entre as forças de segurança ugandenses e milícias separatistas da região deixou mais de cem mortos.

Política externa

Até o golpe de estado liderado por Idi Amin Dada, em 1971, a política externa ugandense pautava-se pela manutenção de fortes vínculos com o Reino Unido e, em seu entorno regional, com o Quênia e com a Tanzânia. Durante o governo de Idi Amin, ocorreu progressivo isolamento internacional de Uganda, bem como deterioração do relacionamento com os países vizinhos.

A partir de 1986, com a assunção da Presidência por Museveni e a estabilização do país, Uganda passou a concentrar esforços na recuperação econômica, adotando uma política externa de reaproximação com os vizinhos e com

países ocidentais, principalmente com os grandes doadores.

Em novembro de 1999, Uganda assinou, juntamente com o Quênia e com a Tanzânia, o Protocolo para a formação de União Aduaneira da Comunidade da África Oriental (EAC). Essa organização foi constituída em 1967, desfeita dez anos depois e finalmente restabelecida em 1999. Em 2007, Burundi e Ruanda aderiram ao bloco, e, em 2016, o Sudão do Sul também o fez. Com população estimada em mais de 150 milhões de pessoas e PIB de cerca de US\$ 146 bilhões em 2016, a EAC constitui uma União Aduaneira desde 2005 e um Mercado Comum desde 2010. Em dezembro de 2013, os países membros da organização assinaram protocolo para o estabelecimento de uma União Monetária até o ano de 2024. Na presidência de Uganda, Museveni manteve persistente posição em favor da integração econômica regional. Dada sua condição de país continental, sem saída para o mar, e sua dependência da importação de bens de consumo, é compreensível que o país adote tal política.

A manutenção de rota de comércio junto ao Oceano Índico é preocupação estratégica que antecede a independência do país. Por esta razão, as relações com o Quênia constituem tema de grande importância desde a construção da ferrovia Mombaça-Campala, ainda no início do protetorado britânico. Contudo, no que diz respeito ao escoamento da futura produção de petróleo ugandense, prevista para iniciar-se em 2020, Campala optou pela construção de oleoduto que deverá ligar o distrito ugandense de Hoima à cidade portuária de Tanga, na Tanzânia. A decisão frustrou expectativas quenianas de que a rota do projeto tivesse como destino porto do Quênia.

Além da EAC, Uganda é um dos seis membros da Autoridade Intergovernamental sobre Desenvolvimento (IGAD, na sigla em inglês), foro que tem desempenhado papel de relevo na mediação política no Sudão do Sul, Somália e Burundi.

Embora atualmente Uganda mantenha boas relações com seus vizinhos, e seja considerada, ao lado de Quênia e Tanzânia, um foco de estabilidade regional, a história recente do país registrou grande instabilidade nas relações com os países vizinhos. Uganda envolveu-se na guerra civil do Congo (República Democrática do Congo- RDC), que durou de 1998 a 2003.

As relações com o Sudão chegaram a ser rompidas nos anos 1990, em meio a acusações mútuas de apoio a grupos contrários aos respectivos governos. Em dezembro de 2002, Uganda e Sudão assinaram um acordo de paz que determinou o restabelecimento de relações diplomáticas e a suspensão do apoio a grupos rebeldes. Especula-se que antes dos acordos de paz entre o norte e o sul do Sudão, o “Exército de Resistência do Senhor” (em inglês, "Lord's Resistance Army – LRA") recebia suporte militar de Cartum, ao passo que o governo de Uganda apoiava o “Movimento de Liberação do Povo do Sudão” (SPLM). Com a implementação dos acordos de paz, nos quais Uganda teve papel de destaque, Cartum ter-se-ia distanciado do LRA, o que, somado à pressão de Uganda e do Sudão do Sul, enfraqueceu o movimento, que perdeu bases e apoio logístico.

A partir de 2014, as relações entre Uganda e Sudão tiveram expressiva melhora, inclusive, com a realização de visitas de chefe de Estado. A busca pela reaproximação de Cartum condiz com os esforços do governo ugandense para exercer maior influência na mediação de conflitos e na promoção da estabilidade regional. Campala também tem manifestado grande interesse na estabilização do Sudão do Sul, o que pode ser explicado pela forte presença de nacionais ugandeses na economia do país vizinho, bem como pelo crescente volume de refugiados sul-sudaneses em Uganda, os quais geram pressão adicional sobre os recursos governamentais.

Desde o início da guerra civil no Sudão do Sul, em 2013, a entrada de refugiados provenientes deste país em território ugandense teve aumento exponencial, de modo que Uganda já concentra, hoje, a segunda maior população de refugiados do mundo, posicionando-se, apenas, atrás da Turquia. Trata-se da crise de refugiados com a maior taxa de crescimento do mundo. Estima-se em cerca de 900 mil pessoas o número atual de refugiados sul-sudaneses em Uganda, os quais representam a quase totalidade dos refugiados no país. Segundo a ONU, para garantir a assistência a esse volume de refugiados, seriam necessários cerca de US\$ 2 bilhões anuais, de modo que Uganda depende, essencialmente, da assistência humanitária internacional.

A política de acolhimento de refugiados em Uganda é considerada modelo pela ONU, ao aliar assistência humanitária e desenvolvimento humano. Aos refugiados são concedidos o direito de livre circulação e de trabalho, sendo-lhes dado acesso à terra e aos serviços de saúde e educação. O aumento vertiginoso da população de refugiados, no entanto, desafia a sustentabilidade desse modelo. Com o intuito de financiar essa política, Uganda e a ONU realizarão uma reunião de cúpula em solidariedade aos refugiados, em 22 e 23 de junho de 2017.

Em dezembro de 2013, com o início das hostilidades na região de Juba, tropas ugandenses intervieram no Sudão do Sul. Na ocasião, Campala afirmou que a intervenção visava a impedir que ocorresse no Sudão do Sul cenário semelhante ao do genocídio de Ruanda, de 1994. As tropas ugandenses, que, para prestar apoio à UNMISS, deveriam, em princípio, ter permanecido no Sudão do Sul até o envio de força da IGAD, apenas começaram a ser retiradas em outubro de 2015, em decorrência do acordo de paz assinado entre o presidente sul-sudanês Salva Kiir e as forças rebeldes.

As relações com os vizinhos ainda apresentam, por vezes, pontos de tensão, com a descoberta de recursos naturais importantes em regiões de fronteira. Em março de 2009, por exemplo, ocorreram tensões diplomáticas com o Quênia relativas à posse e à soberania da ilha de Migingo, no Lago Vitória. Em maio de 2016, foi registrado novo incidente, dessa vez, na fronteira com a RDC, no lago Alberto, também objeto de disputa entre os dois países. O episódio não chegou, contudo, a prejudicar as relações bilaterais.

Com a estabilização do cenário econômico e político em Uganda, após a chegada ao poder de Museveni, houve sensível melhora nas relações com países

ocidentais e organismos internacionais, que se tem revertido em investimentos, doações e assistência humanitária. Tradicionalmente, os EUA, o Reino Unido e os países da União Europeia são os países que mais contribuem com doações para Uganda. Grande parte da ajuda internacional recebida pelo país tem como objetivo o combate ao vírus HIV, que já chegou a acometer 30% da população ugandense, nos anos 1980, restringindo-se a 6% atualmente.

A China, por sua vez, consolidou-se, nos últimos anos, como parceiro-chave de Uganda, sobretudo no plano do comércio e dos investimentos. Em 2016, o país asiático superou a Índia como principal origem das importações de Uganda. Em 2015, as importações ugandenses da China atingiram pico de US\$ 875 milhões, representando um aumento de 67% em relação a 2011. Em abril de 2017, comerciantes ugandeses chegaram a protestar contra a entrada massiva de produtos chineses no país, que teria supostamente contribuído para elevar o desemprego no setor do comércio. Apesar disso, os financiamentos chineses para a realização de grandes projetos de infraestrutura têm importância estratégica para Uganda. Até junho de 2016, o governo ugandense já havia obtido US\$ 8,8 bilhões em crédito junto ao *EXIM Bank* da China, instituição que já supera o Banco Mundial como maior credor do país. No início de 2017, Uganda concluiu com a instituição acordo para fornecimento de mais US\$ 2,3 bilhões, para a construção de trecho de ferrovia de 273 quilômetros, ligando Campala à Mambala, na fronteira com o Quênia. A China também se destaca nos acordos para a projetada produção ugandense de petróleo. Em setembro de 2013, a empresa chinesa *China's National Offshore Oil Corporation* (CNOOC Uganda) foi a primeira petroleira a obter licença para extração das reservas de petróleo em Uganda. Além disso, a China já se posiciona como um dos principais doadores de Uganda, inclusive por meio da construção de importantes obras públicas, como o Hospital de Naguru ("China-Uganda Friendship Hospital Naguru" em inglês) e os prédios em que se localizam os escritórios do presidente e do primeiro-ministro ugandenses.

A estabilidade político-econômica alcançada nas últimas décadas também permitiu ao país exercer papel político cada vez mais relevante em sua região. Em junho de 2010, Campala sediou a Conferência de Revisão do Tribunal Penal Internacional e, em julho subsequente, a Cúpula de Chefes de Estado e de governo da União Africana. Uganda é membro da ONU e de várias agências associadas, bem como membro fundador da União Africana. Também pertence ao Movimento de Países Não-Alinhados, ao Grupo dos 77, e à Organização da Conferência Islâmica. Em julho de 2010, foi estabelecido centro de serviços regional das Nações Unidas em Entebbe (distrito limítrofe a Campala onde se encontra o principal aeroporto do país), destinado a prestar apoio logístico às missões de paz no continente. Vale mencionar, também, que o presidente Museveni tem atuado como mediador do processo de paz no Sudão do Sul, bem como no Burundi.

Uganda constitui, ao lado do Burundi, o maior contribuinte de tropas para a missão de paz da União Africana na Somália (AMISOM), onde mais de 2.500 soldados ugandenses combatem grupos insurgentes, alguns deles ligados à al-Qaeda,

notadamente o Al-Shabaab. Em julho de 2010, como retaliação ao engajamento ugandense em favor da estabilização daquele país, o Al-Shabaab perpetrou atentado terrorista em Campala, que resultou em dezenas de vítimas. No contexto das eleições presidenciais de 2016, novas ameaças de ataque pelo Al-Shabaab causaram preocupação em Uganda, embora não tenham sido concretizadas. Em maio de 2017, o presidente Museveni anunciou que planeja dobrar seu contingente de tropas na AMISOM, em apoio à luta do contra o Al-Shabaab.

Economia

A política econômica, sob o governo de Museveni, tem sido caracterizada por uma abordagem favorável ao livre-mercado, bem como pelo aprofundamento da integração regional no seio da Comunidade da África Oriental (EAC). Os maiores desafios ao pleno desenvolvimento de Uganda a serem enfrentados nos próximos anos dizem respeito à instabilidade política no entorno regional ugandense, bem como à persistência da baixa taxa de produtividade, relacionada ao déficit em infraestrutura e ao reduzido volume de investimentos privados no país. Por outro lado, o país poderá beneficiar-se das receitas advindas da recente descoberta de petróleo na fronteira com a República Democrática do Congo (RDC) para potencializar investimentos em setores estratégicos. Segundo autoridades locais, as reservas ugandenses de petróleo poderiam superar 2,5 bilhões de barris. Empresas como a britânica Tullow Oil, a francesa Total e a chinesa CNOOC (*China National Offshore Oil Cooporation*) já receberam licenças do governo ugandense para explorar petróleo no país.

A economia ugandense tem crescido substancialmente nos últimos anos, devido, sobretudo, a reformas econômicas e a um aumento na população urbana. O PIB de 2016 foi estimado em US\$ 25,61 bilhões, com um crescimento de 4,9% em relação ao ano anterior. O PIB per capita de 2016 foi estimado em US\$623,39. A expectativa, contudo, é de que esse crescimento ocorra no futuro em níveis mais moderados do que os observados ao longo dos últimos anos.

Os investimentos, sobretudo em infraestrutura, são uma variável-chave para a manutenção de níveis sustentáveis de crescimento no país, nos próximos anos. Desse modo, deverá manter-se ou elevar-se a dependência de Uganda em relação a investidores externos, sobretudo da China, cujas instituições financeiras têm tido papel central no fornecimento de crédito para a construção de infraestrutura nos setores de energia e de transportes. Como consequência, a dívida externa de Uganda, que elevou-se de US\$ 5,649 bilhões, em 2015, para US\$ 6,241 bilhões, em 2016, deverá crescer em ritmo ainda mais acelerado no futuro.

Em decorrência de seu dinamismo econômico, bem como do processo de urbanização em Uganda, o setor agrícola vem perdendo espaço na economia. Estima-se que o setor de serviços já seja responsável por 54,4% do PIB, seguido da

agricultura (24,5% do PIB) e, por fim, do setor industrial (21% do PIB). Apesar disso, a agricultura continua a desempenhar papel fundamental na geração de renda no país. Em 2015, 83,9% da população de Uganda viviam em zonas rurais, e, em 2013, 72% dos empregos do país eram providos pelo setor agrícola.

O déficit fiscal em Uganda apresentou tendência de alta nos últimos anos, como resultado de grandes projetos em infraestrutura, e deverá atingir 9% do PIB no biênio 2016/2017. O endividamento externo deverá continuar a suprir esse déficit. Além disso, ressalta-se que, em 2015, 53,6% das despesas governamentais em Uganda foram provenientes da ajuda oficial ao desenvolvimento (ODA, sigla em inglês).

A partir da década de 1980, o governo de Uganda promoveu intervenções na política monetária com o objetivo de diminuir a inflação e de encorajar o investimento externo. Desde 1990, a economia tem respondido positivamente, apresentando resiliência diante de crises internacionais como a de 2008. Em 2016, a arrecadação de impostos atingiu 4,6% do PIB, e a inflação foi estimada em 5,6%. Entre 2015 e 2016, o shilling ugandense (moeda nacional) foi depreciado em 50% em relação ao dólar, como forma de promover as exportações de Uganda, afetadas pela queda na produção agrícola do país relacionada à crise hídrica na África Oriental.

No setor externo, as exportações de Uganda somaram US\$ 2,723 bilhões em 2016, e as importações, US\$ 4,677 bilhões. Naquele ano, destacaram-se, na pauta de exportações do país, as vendas de café, peixes, chás, algodão, flores, produtos da horticultura e ouro. Em relação aos principais bens importados, destacaram-se os equipamentos de capital, veículos, petróleo, suprimentos médicos e cereais.

Os principais mercados de destino para as exportações ugandenses em 2015 foram: Ruanda (10,8%); Emirados Árabes Unidos (EAU) (9,9%); RDC (9,8%); Quênia (9,8%); Itália (5,8%); Holanda (4,9%); Alemanha (4,8%); e China (4,1%). As principais origens das importações de Uganda em 2015 foram: Quênia (16,5%); EAU (15,6%); Índia (13,5%); e China (13,1%).

Cronologia histórica

1962	Uganda torna-se independente com Edward Muteesa como Presidente e Milton Obote como Primeiro-Ministro.
1966	Milton Obote suspende a Constituição, que assegurava a autonomia tribal e toma o poder.
1967	Nova Constituição centraliza o poder nas mãos do Presidente.
1971	Chefe do Exército, Idi Amin Dada, depõe Milton Obote e assume o poder. Sua gestão é marcada por

	assassinatos, perseguições religiosas e ataques armados contra tribos rivais.
1979	Em uma disputa fronteiriça com a Tanzânia, o território de Uganda é invadido pela Tanzânia e refugiados ugandenses que formaram a Frente Nacional de Libertação de Uganda. Amin exilou-se na Líbia e na Arábia Saudita, onde morre em 2003.
1980	Milton Obote vence eleições presidenciais e retorna à presidência do país.
1985	Obote é deposto por um golpe militar e é substituído por Tito Okello.
1986	Rebeldes do "Exército de Resistência Nacional" (National Resistance Army) tomam Campala e instalam Yoweri Museveni como Presidente.
1993	Museveni restaura os reinos tradicionais, mas sem poderes 55olíticos.
1995	Nova Constituição é promulgada, adotando o sistema de partido único.
1996	Museveni é eleito Presidente pelo voto direto.
Jun/2000	Em referendo, ugandenses rejeitam o multipartidarismo, em favor do sistema de partido único de Musevini.
Jan/2001	A Comunidade da África Oriental é criada em Arusha, Tanzânia, com metas ambiciosas de integração econômica e monetária, além de uma bandeira e passaportes comuns. Seus membros são: Quênia, Tanzânia e Uganda.
Mar/2001	Musevini é reeleito para novo mandato de 5 anos.
Mar/2002	Sudão e Uganda assinam acordo para a contenção do grupo rebelde "Lord's Resistance Army" (LRA), ativo na fronteira entre os dois países.
Dez/2004	Governo e rebeldes do LRA iniciam as primeiras conversas, mas não há avanços significativos em direção ao fim da insurgência.
Jul/2005	Parlamento ugandense aprova emenda constitucional que retira os limites constitucionais ao número de reeleições. Em referendo, cidadãos votam pelo retorno do multipartidarismo.
Out/2005	O Tribunal Penal Internacional (TPI) expede mandado de prisão para 5 comandantes do LRA, incluindo seu líder, Joseph Kony..
Dez/2005	A Corte Internacional de Justiça (CIJ) conclui que

	Uganda deve compensar a R.D. Congo por abusos cometidos no país entre 1998 e 2003.
Fev/2006	Musevini vence as eleições presidenciais multipartidárias com 59% dos votos. Observadores internacionais apontam intimidação do candidato da oposição e atuação tendenciosa da mídia oficial.
Ago/2006	Governo e LRA assinam trégua para pôr fim ao longo conflito. Conversas subsequentes progridem lentamente.
Mar/2007	Tropas de paz de Uganda são enviadas à Somália como parte de missão da União Africana para estabilizar o país.
Fev/2008	Governo e LRA assinam cessar-fogo permanente em negociações de paz ocorridas em Juba (atual Sudão do Sul).
Nov/2008	O líder do LRA, Joseph Kony não comparece à assinatura de um acordo de paz com o governo. Uganda, R.D. Congo e os sudaneses do sul lançam uma ofensiva contra o grupo.
Jan/2009	Empresa britânica Heritage Oil anuncia a descoberta de petróleo em Uganda.
Jun/2010	Ocorre em Campala a Conferência de Revisão do Tribunal Penal Internacional.
Fev/2011	Museveni vence sua quarta eleição presidencial.
Mai/2012	Dezenas de milhares de refugiados congoleses cruzam a fronteira, fugindo dos combates na R.D. Congo.
Nov/2013	É aprovado o "Public Order Management Act" (POMA), instrumento legal que autoriza as forças de segurança ugandenses a suprimir reuniões públicas.
Dez/2013	Tropas ugandenses intervêm no Sudão do Sul, após o início das hostilidades na região de Juba.
Jan/2015	Um dos principais líderes do LRA, Dominic Ongwen, é capturado e entregue para julgamento pelo TPI.
Out/2015	Tropas ugandenses começam a deixar o Sudão do Sul após a conclusão de acordo de paz entre o presidente Salva Kiir e o líder rebelde Riek Machar.
Fev/2016	Musevini vence as eleições presidenciais em pleito contestado pela oposição e completa trinta anos no poder.
Fev-Abr/2016	O líder opositor Kizza Besigye, o qual se havia posicionado em segundo lugar nas eleições presidenciais, com 37% dos votos, é detido em prisão

	domiciliar por supostamente representar ameaça à ordem pública.
Nov/2016	Conflito na região de Rwenzori, opondo forças de segurança ugandenses e milícias separatistas, deixa mais de cem mortos.

Cronologia das relações bilaterais

1970	Brasil estabelece relações diplomáticas com Uganda.
Jun/1984	Visita do Ministro de Cooperação e Comércio de Uganda, Yona Kanyomozi, ao Brasil.
Jun/1992	Presidente ugandense Yoweri Museveni vem ao Brasil para participar da Conferência do Rio sobre Meio Ambiente.
Jun/2004	Presidente Museveni retorna ao Brasil para participar da XI Conferência da UNCTAD em São Paulo.
Out/2007	Brasil oferece, de comum acordo com o governo queniano, duas vagas a candidatos ugandenses para participar do curso "Kenya Wildfire Service" sobre prevenção e combate de incêndios florestais. O curso foi promovido pela ABC e ministrado pelo Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro.
Out/2008	Missão integrada por especialistas da EMBRAPA e da Rede Interuniversitária de apoio ao Setor Sucro-Alcooleiro (RIDEZA) visitou Quênia, Uganda e Ruanda para discutir zoneamento agrícola e produção de etanol baseado em cana-de-açúcar.
Nov/2008	Ministra de Água e Meio Ambiente de Uganda, Maria Mutagamba, participou do Segmento Intergovernamental de Alto Nível da Conferência Internacional sobre Biocombustíveis, realizado em São Paulo.
Ago/2009	Missão de estudos composta por técnicos da área de energia de Uganda e Ruanda vem ao Brasil para conhecer a experiência do país em biocombustíveis.
Nov/2009	Missão do Comitê de Parlamentar de Assuntos Presidenciais de Uganda visitou o Brasil para conhecer o quadro legal e institucional brasileiro em relação ao tratamento de denunciantes de corrupção.
Mar/2010	Presidente Museveni retorna ao Brasil para participar do V Foro Urbano Mundial, no Rio de Janeiro.
Mai/2010	Ministro da Agricultura, Indústria Animal e Pesca de Uganda, Hope Mwesigye compareceu à Reunião de Ministros da Agricultura do Brasil e da África.

Jul/2010	É organizado em Campala o seminário "Pro-Renova" de difusão da tecnologia de biocombustíveis brasileira.
Dez/2010	Diretores do Departamento de África e do Departamento de Organismos Internacionais mantiveram consultas políticas em Campala com seus homólogos ugandenses.
Set/2011	Foi assinado o Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre Brasil e Uganda.
Mar/2012	Foi realizada missão de estudos de alto nível ao Brasil para conhecer as políticas brasileiras de proteção social.
Abr/2012	À margem da 126ª Assembleia da União Interparlamentar, ocorrida em Campala, o chefe da delegação brasileira, deputado Átila Lins, encontrou-se com a Presidente do Parlamento de Uganda, Rebecca Kadaga.
Jun/2012	Ministra do Meio Ambiente ugandense, Flavia Munaaba, vem ao Brasil para participar da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20).
2013	Brasil doa a Uganda 2 mil toneladas de arroz, no valor de US\$ 949.465, destinadas a campos de refugiados congoleses no país.
Mai/2014	O presidente Museveni encontra-se com a então presidente Dilma Rousseff, em Adis Abeba, à margem de cúpula da União Africana
Mar/2015	O então diretor do Departamento de Américas e Caribe da Chancelaria de Uganda, Embixador Johnny Muhindo, visita o Brasil, ocasião em que é anunciada a intenção de Uganda de instalar embaixada em Brasília.

Atos bilaterais

Não há registros de atos internacionais estabelecidos ou em negociação entre Brasil e Uganda.

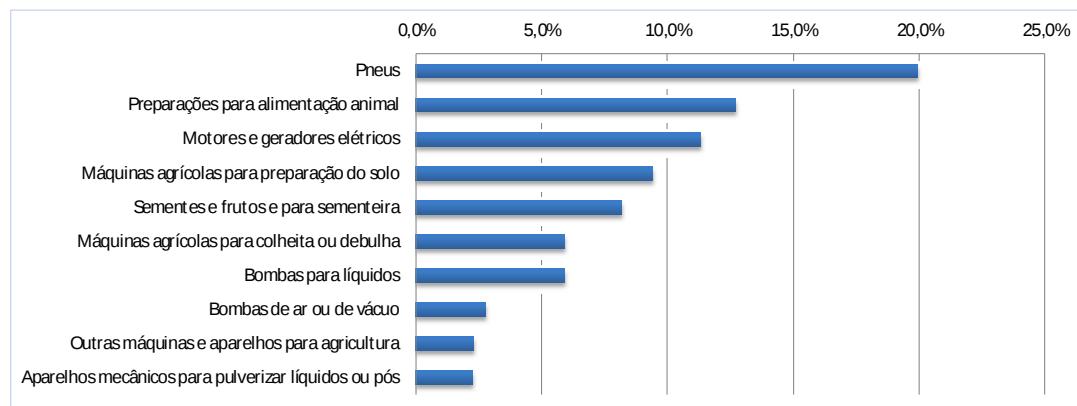
Dados econômico-comerciais

Composição das exportações brasileiras para Uganda (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2014		2015		2016	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Pneus	889	22,5%	642	10,8%	794	20,0%
Preparações para alimentação animal	0	0,0%	11	0,2%	506	12,7%
Motores e geradores elétricos	7	0,2%	11	0,2%	451	11,3%
Máquinas agrícolas para preparação do solo	387	9,8%	395	6,6%	375	9,4%
Sementes e frutos e para sementeira	282	7,1%	227	3,8%	327	8,2%
Máquinas agrícolas para colheita ou debulha	470	11,9%	390	6,5%	235	5,9%
Bombas para líquidos	244	6,2%	278	4,7%	235	5,9%
Bombas de ar ou de vácuo	90	2,3%	91	1,5%	110	2,8%
Outras máquinas e aparelhos para agricultura	12	0,3%	14	0,2%	92	2,3%
Aparelhos mecânicos para pulverizar líquidos ou pó	78	2,0%	153	2,6%	91	2,3%
Subtotal	2.459	62,2%	2.212	37,1%	3.216	80,9%
Outros	1.494	37,8%	3.755	62,9%	761	19,1%
Total	3.954	100,0%	5.967	100,0%	3.977	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliweb.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2016

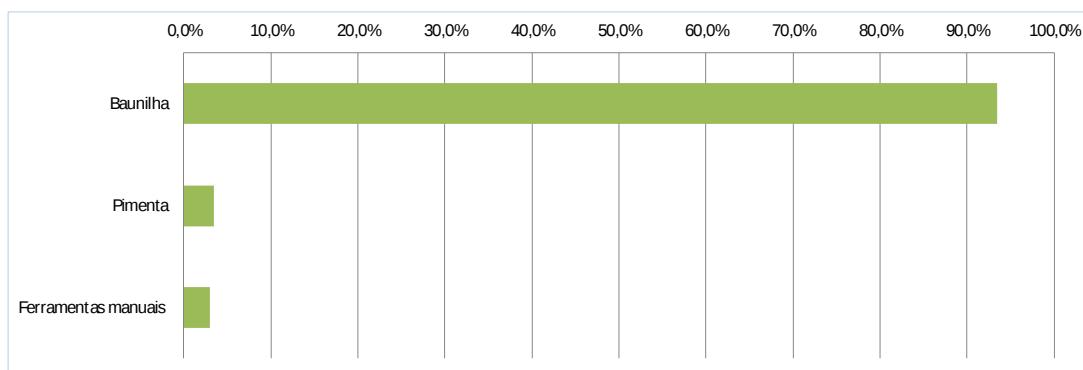


Composição das importações brasileiras originárias da Uganda (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2014		2015		2016	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Baunilha	0,0	0,0%	0,9	16,4%	3,8	93,5%
Pimenta	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,1	3,5%
Ferramentas manuais	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,1	3,0%
Fios, varetas, tubos, chapas de metais comuns	0,0	0,0%	4,2	80,3%	0,0	0,0%
Construções de ferro fundido	0,0	0,0%	0,2	3,0%	0,0	0,0%
Mates de cobaltos	409,1	73,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Peles curtidas ou em crosta de ovinos	142,2	25,4%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Subtotal	551,3	98,4%	5,2	99,6%	4,0	100,0%
Outros	9,2	1,6%	0,0	0,4%	0,0	0,0%
Total	560,5	100,0%	5,2	100,0%	4,0	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliweb.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2016



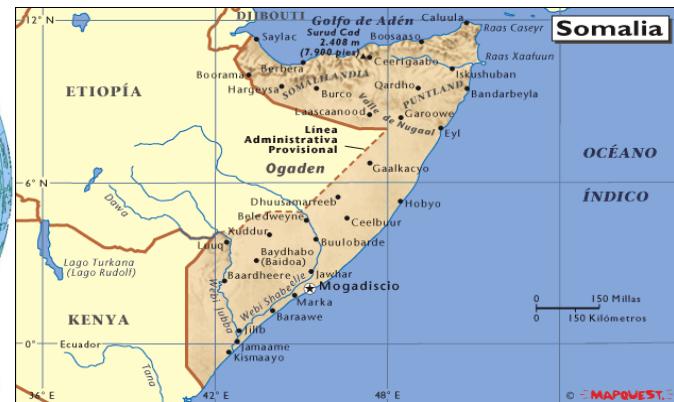
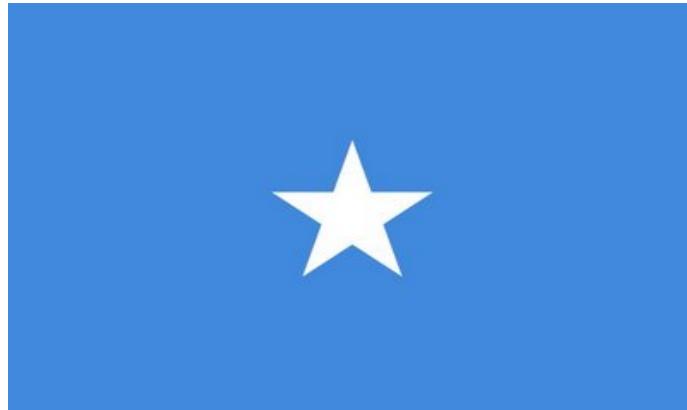
Composição do intercâmbio comercial (dados parciais) (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2016 (jan-abr)	Part. % no total	2017 (jan-abr)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados em 2017
Exportações brasileiras					
Pneus	205	28,2%	230	22,1%	Pneus 22,1%
Bombas para líquidos	0	0,0%	224	21,6%	Bombas para líquidos 21,6%
Máquinas agrícolas para preparação do solo	0	0,0%	222	21,3%	Máquinas agrícolas para preparação do solo 21,3%
Preparações para alimentação animal	133	18,4%	152	14,6%	Preparações para alimentação animal 14,6%
Máquinas de lavar louça	0	0,0%	64	6,2%	Máquinas de lavar louça 6,2%
Máquinas para agricultura, horticultura, avicultura	22	3,0%	30	2,9%	Máquinas para agricultura, horticultura, avicultura 2,9%
Tratores	0	0,0%	29	2,8%	Tratores 2,8%
Máquinas agrícolas para colheita ou debulha	67	9,2%	27	2,6%	Máquinas agrícolas para colheita ou debulha 2,6%
Correias de transmissão, de borracha	1	0,1%	15	1,5%	Correias de transmissão, de borracha 1,5%
Ladrilhos e placas	0	0,0%	15	1,5%	Ladrilhos e placas 1,5%
Subtotal	427	59,0%	1.008	97,0%	
Outros	297	41,0%	31	3,0%	
Total	725	100,0%	1.039	100,0%	
Importações brasileiras					
Minérios de estanho	0,0	0,0%	7,3	78,7%	Minérios de estanho 78,7%
Baunilha	0,0	0,0%	2,0	21,3%	Baunilha 21,3%
Pimenta	0,1	100,0%	0,0	0,0%	Pimenta 0,0%
Subtotal	0,1	100,0%	9,3	100,0%	
Outros produtos	0,0	0,0%	0,0	0,0%	
Total	0,1	100,0%	9,3	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliweb.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA FEDERAL DA SOMÁLIA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Junho de 2017

DADOS BÁSICOS SOBRE A SOMÁLIA

NOME OFICIAL	República Federal da Somália
GENTÍLICO	Somali, somaliano(a)
CAPITAL	Mogadíscio
ÁREA	637.657 km ² (pouco maior que o Estado de MG)
POPULAÇÃO (2014)	12,317 milhões
LÍNGUAS OFICIAIS	Somali e Árabe
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Islamismo Sunita (99,8%, religião oficial)
SISTEMA DE GOVERNO	República Federal Parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral; a Câmara Alta (<i>Aqalka sare</i>) e a Câmara Baixa (<i>Aqalka hoose</i>) formam o Parlamento Federal da Somália (<i>Baarlama-anka Federaalka Soomaaliya</i>).
CHEFE DE ESTADO	Presidente Mohamed Abdullahi Mohamed(desde 2017)
CHEFE DE GOVERNO	PM Hassan Ali Khayre (desde 2017)
CHANCELER	Yusuf Garaad Omar (desde 2017)
PIB nominal (BM, 2016)	US\$ 5,93 bilhões (Brasil US\$ 1,79 trilhões/FMI, 2016)
PIB PPP (CIA World Factbook, 2016)	US\$ 4,71 bilhões (Brasil: US\$ 3,14 trilhões/FMI, 2016)
PIB nominal per capita (BM, 2015)	US\$ 551,86 (Brasil: US\$ 8.726,9/FMI, 2016)
PIB PPP per capita (CIA World Factbook, 2014)	US\$ 400 (Brasil: US\$ 15.241,73/FMI, 2016)
VARIAÇÃO DO PIB (CIA World Factbook, 2014)	2.6% (2012); 2,6% (2010); 2,6% (2008)
IDH	-
EXPECTATIVA DE VIDA (BM, 2015)	55 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (Pnud, 2015)	31.8%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (BM, 2016)	6,6%
UNIDADE MONETÁRIA (Banco Central da Somália, 2013)	Xelim Somaliano (1 dólar = 15.000 SOS)
EMBAIXADORA NA SOMÁLIA	Marcela Maria Nicodemos (residente em Nairóbi)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	A ser designado (não residente)

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-SOMÁLIA (US\$ milhões F.O.B) -Fonte: MDIC

Brasil → Somália	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Intercâmbio	9	58	63	0	15	23	25	37	81
Exportações	9	58	63	6	12	21	25	37	81
Importações	0	0	0	0	3	2	0	0	0
Saldo	9	58	63	6	9	19	25	37	81

APRESENTAÇÃO

A República Federal da Somália localiza-se na região do Chifre da África e faz fronteira com o Djibuti, a noroeste, com o Quênia, a sudoeste, com o Iémen, ao norte, e com a Etiópia, a oeste. O país também é limitado pelo Golfo de Aden, ao norte, e pelo Oceano Índico, a leste. A população da Somália foi estimada em 12,317 milhões, em 2014. O país esteve, a partir da década de 1920, dividido em Somalilândia britânica, no norte, e Somalilândia italiana, no sul. Em 1960, ambos os territórios obtiveram a independência, e uniram-se, para formar a República Somaliana.

Durante a década de 1990, a Somália passou por guerra civil e, posteriormente, por grave instabilidade, que propiciou, na prática, a fragmentação de seu território e a infiltração de grupos terroristas no país. Em 1992, foi criada a primeira missão de paz para a Somália, no âmbito das Nações Unidas e, em 2007, foi criada missão de paz promovida pela União Africana (AMISOM), que, juntamente com o fortalecimento da ajuda financeira internacional, tem permitido lento e gradual retorno à normalidade no país.

Em 2012, foi registrado importante avanço institucional na Somália, com a criação do governo Federal, por meio da qual foi concluído, oficialmente, o governo de Transição no país. Persistem, contudo, desafios relacionados à atuação de grupos terroristas como o Al-Shabaab e a aspirações independentistas ou autonomistas de regiões como a Somalilândia e a Puntalândia. A etapa mais recente do processo de retorno à normalidade na Somália ocorreu com a realização de eleições indiretas para presidente da República, entre 2016 e 2017. A partir de 2012, a Somália passou a perseguir estratégia de reinserção internacional, com a ampliação de sua rede diplomática.

Perfis biográficos

MOHAMED ABDULLAHI MOHAMED

Presidente da República



Mohamed Abdullahi "Farmajo" Mohamed nasceu em 11 de março de 1962, com cidadania somaliana e americana. É formado em história pela Universidade Estadual de Nova Iorque em Búfalo e possui mestrado em ciências políticas pela Universidade de Búfalo. Farmajo foi primeiro-secretário na embaixada da Somália em Washington entre 1985 e 1988, e, em 1991, voltou para a Somália e trabalhou no ministério de Negócios Estrangeiros, até o colapso do governo e o início da guerra civil.

Voltou a viver nos Estados Unidos durante a década de 1990 e 2000. Trabalhou principalmente para o governo de Búfalo e o condado de Erie, em cargos administrativos. Sua última posição nos Estados Unidos foi como comissário de Oportunidades Iguais no Departamento de Transporte do Estado de Nova Iorque em Búfalo, entre 2002 e 2010. Em 2010, foi nomeado primeiro-ministro da Somália e retornou ao país.

Apesar dos protestos da sociedade civil, Farmajo entregou o cargo em 19 de junho de 2011, em decorrência de um acordo político entre o presidente da Somália Sharif Ahmed e o então presidente do Parlamento Sharif Hassan visando ao adiamento das eleições que ocorreriam naquele ano.

No começo de 2012, Farmajo e seu antigo gabinete formaram o partido político Tayo. Realizou campanhas em vários países, incluindo os EUA, o Reino Unido, a Holanda e a Suécia. Candidatou-se à Presidência em 2012, sem sucesso. Voltou a apresentar sua candidatura em 2017, quando foi eleito para seu atual mandato, por voto indireto.

HASSAN ALI KHAYRE

Primeiro-Ministro



Hassan Ali Khayre nasceu em 15 de abril de 1968. Com a guerra civil na Somália, mudou-se para a Noruega, como refugiado. Estudou ciências políticas e sociologia na Universidade de Oslo e participou de associações estudantis de somalianos. Também cursou MBA na Universidade Heriot-Watt, em Edimburgo, em 2001. Atualmente, possui cidadania norueguesa e somaliana.

Após formar-se, retornou a Oslo, onde passou a atuar no Conselho de Refugiados da Noruega (CRN). Durante os vários anos em que trabalhou no CRN, chegou a desempenhar a função de diretor regional do Chifre da África, até que, em 2012, após embarcação do Conselho ser atacada no nordeste do Quênia, foi processado por negligência na Noruega e afastado de suas funções.

Entre 2013 e 2017, foi empregado da companhia inglesa de petróleo Soma. Em fevereiro de 2017, veio à tona documento da ONU em que é mencionada investigação sobre sua suposta relação com grupos extremistas como o al-Shabaab. Renunciou a seu cargo na Soma em 23 de fevereiro de 2017, mesmo dia em que foi anunciada sua nomeação como primeiro-ministro da Somália.

Relações bilaterais

A persistente instabilidade político-institucional na Somália e o quadro de insegurança que marca o cotidiano do país impediram o pleno desenvolvimento das relações bilaterais. Avanços no processo de paz somaliano registrados desde 2012 (aprovação de Constituição provisória, formação de novo Parlamento e eleição presidencial) permitiram, contudo, a renovação gradual da inserção internacional do país, contexto em que a Somália passou a buscar estreitar laços com o Brasil. Em 2013, a Somália designou Enviado Especial para Brasil, Argentina e Venezuela, residente nos Estados Unidos, o qual manifestou desejo de explorar possibilidades de estímulo ao comércio Brasil-Somália, bem como solicitou apoio para projetos de cooperação na área têxtil, em investimentos em logística e na indústria açucareira. Por meio de contato direto entre as Embaixadas dos dois países em Kuala Lumpur, o lado somali manifestou, ademais, interesse em abrir escritório econômico em São Paulo. Esses avanços são, contudo, ainda tímidos e não há registro de visitas oficiais, acordos ou iniciativas de cooperação direta entre os dois países.

No plano multilateral, o governo brasileiro tem sublinhado a importância

de que a comunidade internacional siga comprometida não apenas com o combate ao grupo terrorista Al-Shabaab e à pirataria na costa da Somália, mas também com a consolidação da paz e o desenvolvimento socioeconômico do país. Durante a fase final do período de transição somaliano, o Brasil participou de duas reuniões do Grupo de Contato para o Combate à Pirataria nas Imediações da Costa da Somália, bem como das Conferências de Londres (fevereiro de 2012) e de Istambul (junho de 2012) sobre a Somália, ocasiões em que defendeu a solução política para o conflito e o protagonismo do governo e da população somalianos no desenho e condução das políticas de desenvolvimento de seu próprio país.

O governo brasileiro também contribuiu com o processo de transição somaliano por meio de significativa cooperação humanitária. Foi realizada, em 2011 e 2012, doação de mais de 65 mil toneladas de alimentos à Somália. Apenas em 2011, foram doadas 13.420 toneladas de feijão e 43.233 toneladas de milho, cujo volume total corresponde a mais de US\$ 22 milhões. Em 2012, foram doados 8.574 toneladas de arroz (US\$ 4,07 milhões). Entre 2010 e 2012, o governo brasileiro contribuiu, ademais, com US\$ 500 mil para atividades do Programa Mundial de Alimentos (PMA), do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) na Somália e na região do Chifre da África. Foram doados, também, US\$ 900 mil, via Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), para atividades de apoio aos refugiados somalianos.

Cooperação bilateral

O governo brasileiro reconhece a necessidade de transitar, paulatinamente, de uma cooperação emergencial para uma cooperação de caráter estruturante na Somália, voltada à capacitação da população e dos agentes públicos somalianos. Embora não tenha sido assinado, até o momento, acordo de cooperação técnica entre os dois países, caso surja interesse ou proposição de projeto, a negociação poderá ser iniciada no âmbito do acordo assinado com a União Africana em 2007. O paulatino reforço da presença de agências multilaterais na Somália, permitido pela crescente estabilização de seu território, também oferece oportunidade para o desenvolvimento de iniciativas de cooperação trilateral em benefício do país africano.

Recentemente, o lado somaliano manifestou interesse pelo compartilhamento de experiências brasileiras no combate ao desmatamento, bem como pela participação de estudantes somalianos no Programa Estudantes-Convênio Graduação (PEC-G), o qual visa a oferecer oportunidades de formação superior no Brasil a cidadãos de países em desenvolvimento.

O Brasil iniciou, em novembro de 2013, negociações acerca de possível financiamento ao desenvolvimento de projeto trilateral em benefício da Somália no âmbito do PAA-África ("Purchase from Africans for Africa"). O PAA-Africa é programa de natureza estruturante que, desenvolvido em parceria com o PMA e a FAO, conjuga objetivos de segurança alimentar e promoção da agricultura familiar. Vale registrar, ainda, que, em dezembro de 2013, o governo somaliano manifestou

desejo de obter apoio do Brasil a projeto de cooperação em áreas como educação e infraestrutura de saúde, a ser desenvolvido pela Organização da Cooperação Islâmica (OCI), em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Em reação, o governo brasileiro solicitou informações sobre o desenvolvimento de projeto, para avaliar eventual contribuição técnica. Restrições orçamentárias têm dificultado a atuação da ABC em seguimento a essas iniciativas.

Comércio e investimentos

O intercâmbio comercial bilateral é modesto e dominado pelas exportações brasileiras, compostas basicamente por carne de frango e por açúcar de cana. Em que pese a escassez de dados comerciais sobre o país, o International Trade Center coloca o Brasil como segundo exportador de açúcar para a Somália em 2015, com USD 33 milhões, valor equivalente a 18,9% do mercado somaliano. As importações brasileiras da Somália, nos últimos anos, foram insignificantes, tendo-se restringido à compra de veículos automóveis, tratores, óleos essenciais e produtos de perfumaria em 2015. O atual momento de reconstrução do país também oferece oportunidades à atuação de empresas brasileiras na Somália. Não há registro de investimentos brasileiros na Somália.

Assuntos consulares

Os assuntos consulares pertinentes à Somália são, no momento, de responsabilidade da Embaixada do Brasil em Nairóbi, que exerce, por cumulatividade, a função de Embaixada do Brasil para a Somália. Não há registro de comunidade brasileira na Somália.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de concessão de crédito oficial brasileiro a tomador soberano da Somália.

Política interna

A derrocada do regime de Siad Barre, em 1991, resultou em longo período de instabilidade, marcado, inicialmente, por uma guerra civil e, posteriormente, pelo terrorismo. Quanto a esta última ameaça, o grupo Al-Shabaab, constituído em 2006, a partir da dissolução da União das Cortes Islâmicas, chegou a tomar partes consideráveis do território nacional ao governo central. Desde 2000, foram lançadas iniciativas visando à constituição de estruturas transitórias de governo, processo que culminou na adoção de constituição provisória, em 2012, que conferiu caráter federal ao país. No mesmo ano, avanços observados com respeito à situação securitária, graças à atuação da missão da União Africana na Somália (AMISOM, na sigla em inglês), permitiram a formação do governo Federal da Somália (GFS), a primeira estrutura política central e permanente no país desde

1991. Com isso, foram reunidas as condições para um lento retorno do país à normalidade institucional. A realização de eleições legislativas, em 2016, e da eleição, indireta, para a Presidência de Mohamed Abdullahi Mohamed, no início de 2017, constituem os avanços mais recentes desse processo.

Breve histórico do Estado somali contemporâneo

Com a partilha da África pela Conferência de Berlim, em 1884, a região da Somália foi dividida em zonas de influência britânica, italiana e etíope. Contudo, o Estado Dervixe somaliano, de Muhammad Abdullah Hassan, lançou-se em uma das mais extensas guerras de resistência ao colonialismo no continente, a qual, hodiernamente, é um dos símbolos do nacionalismo somaliano. O Estado Dervixe foi derrotado pelos britânicos somente em 1920.

Palco de disputas entre potências beligerantes das Guerras Mundiais, a Somália somente se tornou independente em 1960, a partir de uma fusão da Somalilândia britânica (atual região da Somalilândia) com a Somalilândia originalmente italiana, que então também era protetorado britânico. Em 1958, às vésperas da independência somaliana, teve lugar no Djibuti, então Somalilândia francesa, referendo que legitimou a manutenção do vínculo daquele território com a França, em detrimento de sua anexação a um futuro Estado somaliano independente. A nova República da Somália nasceu, portanto, fundamentada em "compromisso confederativo" voltado a unir lideranças de ex-colônias separadas, no norte e no sul, em prol de um projeto nacional unificador.

Apesar de a República da Somália haver sido considerada, no Ocidente, como modelo de transição pós-colonial democrática, o projeto nacionalista republicano não logrou substituir a estruturação do poder em lealdades clânicas existentes no país de longa data. Em 1969, enquanto visitava uma cidade na região da Somalilândia, o então Presidente somaliano, Abdirashid Ali Shermarke, foi assassinado por seus próprios guarda-costas. Nesse contexto, o então comandante do Exército, General Siad Barre, encabeçou golpe de Estado, praticamente sem oposição, contra as lideranças republicanas. A Somália foi então rebatizada República Democrática da Somália, e, com apoio das Forças Armadas, Barre manteve-se no poder entre 1969 e 1991, período em que vigorou modelo de Estado autoritário e centralista, que adaptou o socialismo marxista a preceitos islâmicos arraigados na cultura somaliana.

Após tentativa malfadada de anexação de parcela do território etíope, o governo de Siad Barre tornou-se, durante a década de 1980, crescentemente impopular e totalitário, criando as condições para a eclosão da guerra civil.

Guerra civil

Em 1991, o governo Siad Barre foi derrubado por coalizão de grupos armados com vínculos clânicos, cuja aliança rapidamente esvaneceu. A incapacidade dos grupos revolucionários de formar um governo de coalizão deflagrou guerra civil que perdura, embora de maneira cada vez mais tênue, até os dias de hoje. A prolongada guerra civil desorganizou a produção agrícola somaliana e causou sucessivas crises de fome. A debilidade estatal e a pobreza também

favoreceram o recrudescimento de ilícitos transnacionais como a pirataria e, acredita-se, de atividades ligadas ao terrorismo internacional.

No norte do país, Somalilândia e Puntiândia, regiões mais estáveis, tornaram-se territórios autônomos, com pretensões de soberania. Já em 1991, a região da Somalilândia, com capital em Hargeisa, autodeclarou-se independente, mas não foi reconhecida como Estado soberano por nenhum país. A Somalilândia vem gozando de relativa estabilidade.

No centro-sul, região mais povoada do país, onde a atuação de múltiplas milícias levou a grande fragmentação política, foi constituída a União das Cortes Islâmicas (UCI). Com ideologia ligada ao fundamentalismo islâmico e atuação transnacional, a UCI buscava representar também grande número de pessoas de etnia somaliana vivendo nos territórios da Etiópia, do Djibuti e do Quênia.

De 1992 a 1995, duas missões de paz da ONU e uma força militar de coalizão liderada pelos EUA foram enviadas à Somália para contribuir com os esforços de ajuda humanitária e estabilização. Contudo, sem haver revertido o cenário de deterioração da guerra civil, as forças da ONU se retiraram da Somália, em março de 1995.

Em 2000, líderes regionais somalianos reunidos em conferência no Djibuti formaram o governo Nacional de Transição (GNT). Durante seus quatro anos de existência, todavia, o GNT pouco avançou em seu objetivo de promover negociações entre as diversas milícias do país. Em 2004, líderes somalianos reunidos em Nairóbi decidiram reconfigurar o governo, que passou a se chamar governo Federal de Transição (GFT).

Com promessas de estabilidade e justiça social baseadas em preceitos islâmicos, a UCI manteve-se como autoridade concorrente ao novo GFT. Em fins de 2005, a UCI tomou Mogadíscio e, com alegado apoio militar da Eritreia, conquistou, em 2006, a maior parte do sul do território somaliano, onde impôs a charia como lei local.

Em reação à evidente incapacidade do GFT de impor a sua autoridade sobre toda a extensão do território somaliano, foi criada, em 2007, da Missão da União Africana na Somália (AMISOM). Por outro lado, com o apoio de Washington, tropas etíopes invadiram o território somaliano em apoio ao fragilizado governo Federal de Transição (GFT). A intervenção estrangeira deu início a conflito aberto, entre 2006 e 2009, que resultou na derrota das Cortes islâmicas.

Após a retirada das tropas etíopes em 2009, contudo, o esfacelamento da UCI deu origem a novos grupos opositores, com ideologia radical. Dentre esses grupos, destacavam-se, por seu raio de atuação e poder de fogo, as facções Al-Shabaab (“Juventude”) e Hizbul Islã (“Partido do Islã”), ambas de viés fundamentalista islâmico e pan-somalista. Em 2010, o grupo Al-Shabaab obteve vitórias militares sobre o Hizbul Islã, incorporando seus territórios e militantes. Em 2012, o Al-Shabaab declarou aliança com a rede terrorista Al-Qaeda.

Os sucessivos combates entre as duas facções desalojaram milhares de pessoas e provocaram seu grande deslocamento dentro do território somaliano e de

refugiados em direção aos países vizinhos, principalmente Quênia e Etiópia. Em meados de 2011, a ocorrência de uma das piores secas da história do Chifre da África intensificou a situação de crise alimentar e humanitária na Somália, reforçando os fluxos emigratórios do país. Os crescentes impactos internacionais do conflito somaliano levaram, todavia, a novas intervenções externas no território somaliano.

Avanços recentes nos planos securitário e institucional

Com o fortalecimento do engajamento internacional na busca de solução para o conflito somaliano, sobretudo por meio da AMISOM, mas também com o aumento do financiamento internacional e apoio direto de tropas quenianas e etíopes, as Forças Armadas somalianas têm logrado, desde meados de 2011, impor diversas vitórias militares ao Al-Shabaab. Em agosto de 2011, o Al-Shabaab foi expulso de Mogadíscio, dando ensejo a seguidas liberações de extensas parcelas do território somaliano. A mais importante vitória nessa sequência deu-se entre setembro e outubro de 2012, quando as forças em apoio ao GFT lograram liberar do controle do Al-Shabaab o Porto de Kismayu.

Ao longo de 2013, novas ações do Exército Nacional da Somália contra o Al-Shabaab, com apoio internacional, tiveram êxito em recuperar territórios em Gedo, Bay, Bakool, Hiraan, Galguud e Shabelle, ampliando significativamente a extensão do território submetida à autoridade estatal. Em 2014, as forças da AMISOM obtiveram importante conquista, ao tomar posições estratégicas do Al-Shabaab na região das montanhas Galgala. Nesse contexto, o então secretário-geral da ONU Ban-Ki-Moon visitou Mogadíscio e congratulou as forças de paz por sua ação na Somália.

Em julho de 2015, foi lançada a operação "Corredor de Juba", reunindo tropas somalianas e da AMISOM, a qual permitiu a retomada de diversas cidades do sul e do sudoeste da Somália. Em vista dessas vitórias, o então presidente do governo Federal da Somália Hassan Sheikh Mohamud afirmou, em agosto de 2016, que 75% do território do país estaria novamente sob controle da autoridade estatal. Em setembro de 2016, a realização, em Mogadíscio, da 28ª Cúpula de Chefes de Estado e de governo da Autoridade Internacional para o Desenvolvimento (IGAD) foi considerada um marco do progresso da situação securitária no país.

Vale notar, ademais, que, desde 2012, o número de atos de pirataria na costa da Somália também tem declinado expressivamente. De acordo com dados da Organização Marítima Internacional (IMO), de um total de 99 ataques realizados em 2012, passou-se a apenas 17, nos primeiros nove meses de 2013. Em março de 2017, registrou-se o primeiro sequestro de embarcação de grande porte na costa do país desde 2012.

Concomitantemente às vitórias militares, registraram-se importantes avanços no processo político-institucional da Somália. Em 2012, foi concluído o mandato, emitido em 2004, das instituições federais de transição, de modo que a política somaliana teve a oportunidade de passar por renovação institucional, com vistas à reconstituição de um Estado somaliano. Nesse contexto, em agosto de 2012,

foi adotada nova Constituição provisória, em substituição à de 2004. Na sequência, foi estabelecido novo Parlamento. A eleição indireta, pelo Parlamento, do novo Presidente da República e sua posse em setembro de 2012 completaram as etapas previstas no "Mapa do Caminho" para a criação do novo Governo Federal da Somália (GFS), em substituição ao antigo GFT.

Eleições gerais de 2016 e 2017

A etapa mais recente do processo de normalização institucional ocorreu com a realização de eleições legislativas entre outubro e novembro de 2016 e a eleição para presidente de Mohamed Abdullahi Mohamed, conhecido como "Farmajo", no início de 2017, que impediu a reeleição do favorito Hassan Sheikh Mohamud. O complexo processo eleitoral incluiu eleições indiretas para a formação do legislativo e, posteriormente, para a escolha do presidente da República pelo Parlamento eleito.

A não realização de eleições diretas, como anteriormente aventado, deveu-se, em grande parte, ao temor de que atentados em larga escala fossem realizados nos locais de votação pelo Al-Shabaab. Após série de negociações, foi definido que o modelo das eleições legislativas seguiria a fórmula de equilíbrio de assentos entre os clãs, no caso da Câmara Baixa, e de equilíbrio de assentos entre as províncias federativas e as regiões autônomas da Puntiplândia e da Somalilândia, no caso da Câmara Alta. Embora pacífico, o pleito foi cercado de acusações de corrupção e de compra de votos. Cinco parlamentares chegaram a ter sua eleição anulada devido à apuração de irregularidades. Apesar disso, a vitória de Farmajo para a Presidência foi comemorada por civis e militares. Farmajo, membro da diáspora somaliana e detentor de cidadania estadunidense, havia exercido a primatura do país no período de 2010-2011, quando contribuiu para consolidar credenciais nacionalistas e enfatizou o combate à corrupção, o pagamento de salários militares e a redução de tensões entre clãs.

A eleição de Farmajo despertou, ainda, novo interesse da comunidade internacional com a promoção da paz e da normalidade institucional na Somália. Poucos dias após o resultado da eleição, em março de 2017, o secretário-geral da ONU António Guterres visitou a Somália e ressaltou "o momento de esperança" vivido no país com a constituição de governo comprometido com o aprimoramento da segurança e a provisão de serviços eficazes à população. Na mesma ocasião, fez apelos por recursos da ordem de USD 825 milhões para combater a fome na Somália nos seis meses seguintes.

Desafios

Diversos desafios apresentam-se ao novo governo eleito da Somália. No plano securitário, o Al-Shabaab, embora enfraquecido, continua a ameaçar com a capacidade de realizar ataques pontuais e esporádicos. Persiste, também, o temor de uma inserção no país do Estado Islâmico, sobretudo em função da proximidade com os focos de conflito no Iêmen. Além disso, a ameaça de uma guerra civil no país não está completamente afastada, como demonstra a eclosão de conflito armado entre a

província autônoma da Puntilândia e a Administração Interina de Galmudug (GIA, na sigla em inglês) pelo controle da cidade de Galkayo em dezembro de 2016, que deixou centenas de mortos e milhares de deslocados. Para fazer frente a esses desafios, o apoio da comunidade internacional à AMISOM por meio de tropas (Quênia, Etiópia, Burundi, Uganda) e de financiamento, sobretudo da União Europeia, permanecerá essencial.

Na esfera humanitária, o país enfrenta a pior seca desde 2011, ano em que pereceram cerca de 250.000 pessoas. No início de 2017, o recém-eleito presidente da Somália chegou a decretar "desastre nacional" no país, em função da crise hídrica. Ao mesmo tempo, o vizinho Quênia pressiona pela repatriação de refugiados somalianos concentrados no campo de Dadaab, próximo à fronteira com a Somália, onde vivem cerca de 400 mil pessoas.

A assistência aos cerca de 900.000 refugiados somalianos espalhados pelos países vizinhos, bem como a perspectiva de sua gradual repatriação, também demandam apoio internacional. Em reunião extraordinária sobre o tema realizada em Nairóbi pouco após a eleição de Farmajo, a IGAD ressaltou a indiferença histórica da comunidade internacional em relação à Somália e as oportunidades propiciadas pela relativa estabilização do país. Nesse contexto, formulou apelo por uma repactuação entre recipiendários de refugiados somalianos e países doadores, pela qual os primeiros renovariam compromisso com a proteção dos refugiados em troca de aumento exponencial do apoio da comunidade internacional, inclusive com vistas a financiar projetos de desenvolvimento na Somália que melhorem condições para o repatriamento.

No plano político, há o imperativo de consolidar a estrutura federal do país, de modo a acomodar aspirações independentistas ou autonomistas de regiões como a Somalilândia e a Puntilândia. O enfrentamento desse desafio ocorre em contexto de marcada fragilidade institucional, no qual funções básicas do estado, como coleta de impostos, execução orçamentária e gerenciamento fiscal, constituem objetivos ainda a serem alcançados de forma minimamente adequada. Ciente das limitações existentes e dos riscos de se manterem elevadas as expectativas quanto a sua gestão, o novo presidente da Somália tem buscado salientar que a solução para problemas criados ao longo de décadas de conflitos e secas não deverá ocorrer no curto prazo.

Outra questão que continuará a demandar a atenção das autoridades somalianas no novo governo é a disputa na Corte Internacional de Justiça sobre a fronteira marítima com o Quênia. A zona de disputa compreende território de cerca de 100 mil quilômetros quadrados, nos quais, desde 2012, têm sido anunciadas descobertas de hidrocarbonetos e outorgadas licenças de prospecção pelo governo queniano.

Política externa

Palco de conflito civil desde 1991, a Somália desenvolve política externa que se confunde com o tratamento multilateral e regional concedido às crises política, securitária e humanitária no país.

Fator chave para a evolução político-institucional ocorrida na Somália nos últimos anos foi a considerável melhora na situação de segurança, tornada possível pelo maior engajamento da comunidade internacional no país, sobretudo no contexto regional, em que se destaca o apoio prestado por tropas etíopes, quenianas e da União Africana à consolidação da autoridade das nascentes instituições estatais somalianas. Esse maior engajamento é uma resposta à percepção de que o conflito na Somália, associado ao desalojamento de grandes massas populacionais, à emigração forçada e à pirataria, tem fortes impactos internacionais, concorrendo para a desestabilização da região do Chifre da África e do Golfo de Áden.

A gradual estabilização somaliana abre o caminho para a expansão da presença internacional no país. Atualmente, a maior parte das operações para a Somália do sistema ONU, bem como de instituições como o Banco Mundial e o FMI, continua a ser coordenada desde Nairóbi. Fora vizinhos como Uganda, Etiópia e Quênia, há poucas embaixadas instaladas em Mogadíscio, entre elas as dos Emirados Árabes Unidos, China, Reino Unido e Turquia. A Turquia destaca-se por ter aberto, também, base de treinamento militar. No campo militar, os Estados Unidos- que já anunciaram também intenção de reabrir sua embaixada- têm, desde o ano final do governo Obama, participado ativamente de campanhas militares contra o Al-Shabaab.

Série de conferências multilaterais sobre Somália

Dada a renovada prioridade, nos últimos anos, da busca de soluções para o conflito na Somália, a comunidade internacional esteve engajada em uma série de Conferências visando ao melhoramento da situação de segurança, à estabilização política e à implementação de um "mapa do caminho" para a criação de instituições estatais definitivas na Somália. A realização das eleições de 2016 e de 2017 na Somália deram novo ânimo à comunidade internacional, para permanecer comprometida com a promoção de transição somaliana.

A Conferência de Londres (fevereiro de 2012) e a Conferência de Istambul sobre a Somália (junho de 2012) marcaram o início dessa nova fase de engajamento internacional na questão somaliana, ao terem contribuído para as negociações entre os membros das Instituições Federais de Transição e angariado apoio econômico, logístico e militar às operações contra a milícia Al-Shabaab. Com a transformação do GFT em GFS, em setembro de 2012, teve lugar em Londres, em maio de 2013, a Segunda Conferência Internacional sobre a Somália, que buscou angariar recursos financeiros e assistência técnica para apoiar o governo somaliano nas áreas de segurança, justiça e gestão financeira.

Em setembro de 2013, realizou-se, em Bruxelas, a "Somalia New-Deal

Conference", que resultou em promessas de ajuda econômica no valor total de 1,8 bilhão de euros. Em 2014, o I Fórum de Parceria de Alto Nível sobre a Somália teve lugar em Copenhague, em que foram decididos os primeiros passos para a implementação do "novo pacto sobre a Somália". No ano seguinte, com o objetivo de marcar os avanços obtidos no plano securitário e institucional, foi sediado, em Mogadíscio, o II Fórum de Parceria de Alto Nível. A terceira edição do evento ocorreu em fevereiro de 2016, em Istambul, ocasião em que se debateram questões como o novo desenho da Constituição Federal, a promoção do desenvolvimento e um "mapa do caminho" para a realização de eleições diretas em 2020.

Em 11 de maio de 2017, ocorreu, em Londres, a III Conferência Internacional sobre a Somália, que aprovou a "Nova Parceria para a Somália", com base no princípio de mútua responsabilidade entre o governo somaliano e a comunidade internacional, e abordou temas como a promoção do desenvolvimento sustentável, o aprimoramento das forças de segurança no país, com foco na melhor coordenação entre o governo Federal e as unidades federativas, bem como a elaboração de uma resposta à crise humanitária gerada pela seca em curso no país.

Histórico de ações no âmbito onusiano

O novo momento de alta no engajamento internacional em relação à estabilização da Somália encontrou ressonância também no âmbito da ONU, que já havia feito tentativa de estabilizar o país na década de 1990.

Com efeito, de 1992 a 1995, duas missões da ONU foram enviadas à Somália para contribuir com os esforços de ajuda humanitária e estabilização administrativa: a UNOSOM I (autorizada pelas Resoluções 733 e 746 do Conselho de Segurança das Nações Unidas – CSNU) e a UNOSOM II (autorizada pela Resolução 814 do mesmo órgão). Durante pouco mais de 4 meses daquele período, entre 1992 e 1993, coalizão liderada pelos EUA foi autorizada pelo CSNU a enviar à Somália a UNITAF ("Unified Task Force"), mandatada a criar um ambiente de segurança para as operações humanitárias ao sul da Somália (S/RES/794). Após a morte de capacetes azuis paquistaneses, o CSNU, sob a letra do Capítulo VII, autorizou a UNITAF a utilizar-se de "todos os meios necessários" para garantir a proteção do pessoal humanitário, de modo que a UNITAF é considerada, por alguns analistas independentes, como uma das primeiras "intervenções humanitárias", instrumento que ganhou ímpeto na década de 1990.

Contudo, as ações concertadas da ONU com os EUA no início da década de 1990 não obtiveram êxito em instaurar uma estabilidade duradoura na Somália. Em março de 1995, devido ao assassinato de rangers estadunidenses em cenário de plena guerra civil somali, a opinião pública dos EUA pressionou para que o país retirasse suas tropas que apoiavam a UNOSOM II, contribuindo para reduzir severamente as ações internacionais no país. A descontinuidade da intervenção permitiu o fortalecimento da UCI que viria a desestabilizar a Somália até finais da década de 2000.

Contudo, devido a seus impactos internacionais, sobretudo tendo-se em conta a intensificação dos fluxos de refugiados e da pirataria no Golfo do Áden, o

conflito somali não poderia permanecer ignorado. A partir de 2006, quando a Etiópia invadiu a Somália para combater a UCI, a pirataria ganhou progressiva intensidade, prejudicando fortemente os interesses do comércio internacional. Essas condições levaram o CSNU a aprovar, em 2008, duas resoluções sobre a pirataria na Somália, ambas ao abrigo do Capítulo VII da Carta. A Resolução 1816 (2008) autorizou a repressão contra roubo armado (águas jurisdicionais) e pirataria (alto mar), ao passo que a Resolução 1838 (2008) autorizou o emprego de "todos os meios necessários" no enfrentamento contra a pirataria ao largo da costa somaliana.

Nos últimos anos, em razão da instabilidade regional causada pelo conflito e do aumento dos crimes transnacionais conexos à pirataria, a comunidade internacional redobrou seus esforços no enfrentamento do Al-Shabaab. Assim, além de ações articuladas com a AMISOM, o CSNU suspendeu parcialmente, em março de 2013, o embargo de armas sobre a Somália, a fim de permitir o aparelhamento das forças de segurança somalianas. Em maio do mesmo ano, foi criada a Missão de Assistência das Nações Unidas para a Somália (UN SOM), com o objetivo de prestar apoio político, bons ofícios e "assessoria estratégica" nas áreas de consolidação da paz e fortalecimento do Estado somaliano. Em 2016, a UNSOM prestou suporte à realização das eleições gerais na Somália.

Missão da União Africana na Somália

Com a criação da AMISOM, em 2007, o CSNU, responsável pelo estabelecimento dos mandatos da missão, passou a atuar de forma articulada com a União Africana e, mais especificamente com os países do Chifre da África. A partir de 2010, a União Africana mobilizou-se em torno da necessidade de reforçar seu apoio aos esforços no enfrentamento do Al-Shabaab. A ampliação do contingente e da capacidade militar da missão ganhou prioridade nos contatos de membros da instituição africana com o CSNU, que autorizou sucessivas ampliações do número de tropas da AMISOM, desde fevereiro de 2012.

O apoio da AMISOM foi fundamental para as sucessivas campanhas militares capazes de liberar importantes áreas do território somaliano que estavam sob controle do Al-Shabaab, a exemplo da capital, Mogadíscio, e do porto de Kismayu. As importantes derrotas militares impostas ao Al-Shabaab pelo conjunto de ações do governo somaliano, da AMISOM, do Quênia e da Etiópia debilitaram significativamente o grupo. Entretanto, ao ver-se enfraquecido, o Al-Shabaab passou a recorrer, mais frequentemente, a atos terroristas, inclusive no exterior. Entre os ataques mais recentes, está a tentativa de assassinato do General Mohamed Jimale, novo comandante do exército somaliano, em abril de 2017, por meio de atentado a bomba que causou a morte de 17 pessoas, e o atentado a um mercado de Mogadíscio, em fevereiro de 2017, poucos dias após a eleição de Mohamed Abdullahi Mohamed, que deixou 39 vítimas fatais. Vale, ainda, recordar o atentado à Universidade de Garissa, no nordeste do Quênia, em abril de 2015, que vitimou fatalmente 147 pessoas.

Em julho de 2015, foi lançada a operação "Corredor de Juba", uma das maiores operações conjuntas entre a AMISOM e o Exército somaliano e que logrou

liberar diversas cidades do sul e do sudoeste da Somália do controle do Al-Shabaab. Os principais contribuintes de tropas são Uganda e Burundi. Em terceiro e quarto lugares, estão Etiópia e Quênia, que têm, gradualmente, reduzido suas atuações independentes na Somália e incorporado contingentes nacionais à missão africana.

Economia

A economia da Somália é em grande parte informal, devido à guerra civil que assolou o país por duas décadas. Assim, tanto os organismos internacionais quanto o próprio governo somaliano têm dificuldade em mensurar o tamanho e o fluxo de crescimento da economia.

Os dados mais recentes do PIB somaliano apontam para uma ligeira expansão. Entre 2014 e 2016, o PIB da Somália cresceu 4,2%, de US\$ 5,71 bilhões para US\$ 5,93 bilhões. O Fundo Monetário Internacional (FMI) previu crescimento do PIB para 2017 de 2%, em comparação com 3,2% em 2016. Em 2014, o PIB per capita era de US\$ 435,00, o que fazia da Somália o 5º país mais pobre do mundo.

O PIB somaliano é basicamente composto por consumo privado e importações, com 8% sendo formado por investimentos. As exportações equivalem a 14% do PIB, enquanto as importações representam 66% do total. O setor mais importante é o da agropecuária, que representa 40% do PIB. Outros setores importantes são o de companhias de transferência de dinheiro e telecomunicações. Em 2015, cerca de 23% da Receita Nacional Bruta era composta por Assistência de Desenvolvimento Oficial (ODA, siga em inglês).

O sistema financeiro da Somália colapsou com a guerra civil, e somente mais recentemente houve tentativas de retomá-lo. O Banco Central foi reestabelecido em 2009, lentamente reavendo suas funções como agente fiscal e financeiro do governo Federal. Assim, tem-se adotado estruturas rudimentares de gerenciamento do financiamento público.

Com o aumento no número de ministérios e agências estatais, e o investimento em políticas de proteção social, os gastos governamentais dependerão do crescimento das arrecadações públicas e de doações estrangeiras. Entre 2012 e 2014, a receita cresceu mais de 300%, de US\$ 35 milhões a US\$ 145 milhões. Cerca de 90% dos impostos arrecadados referem-se ao comércio internacional. A inflação foi de 2,3% em 2016, e deve subir para 3,3% em 2017 em razão dos preços mais altos dos alimentos.

No setor externo, as exportações da Somália somaram US\$ 819 milhões em 2014, e as importações, US\$ 3,482 bilhões. A agropecuária representa mais de 50% das exportações da Somália. Seus principais commodities são gado, bananas, couro, peixe, carvão e sucata.

Os principais mercados de destino para as exportações somalianas foram: os Emirados Árabes Unidos (EAU) (36,1%); Omã (33,4%); e Iêmen (15,5%). As principais origens de importações da Somália foram: Omã (17,1%); Djibouti (17%);

Índia (15%); China (10,7%); Quênia (5,5%); e Paquistão (4%).

Um dos grandes obstáculos da economia somaliana é a sua dívida externa, acumulada durante os anos da Guerra Fria. A dívida atual alcança o montante de US\$ 5,1 bilhões e seus credores dividem-se entre instituições financeiras multilaterais, como FMI, Banco Mundial e Fundo Monetário Árabe (28%); países do Clube de Paris, como EUA, Rússia, Reino Unido, França, Itália e Japão (44%); e países não membros do clube de Paris, como os EAU, Arábia Saudita e China (28%).

Como consequência da dívida existente, a Somália não pode recorrer a novos empréstimos internacionais para custear esforços de reconstrução do país. Há uma percepção entre os credores de que o governo não tem condições de pagar a dívida atual e que a manutenção da dívida representa um alto custo social e econômico para o país. O FMI está trabalhando, em coordenação com o Banco Mundial (BM) e países doadores, na formulação de um programa de liquidação dos atrasados, o que permitiria também que a Somália se beneficiasse da iniciativa HIPC ("heavily indebted poor countries").

Cronologia histórica

~2000 a.C.	Civilização Punt; estabelecimento de cidades-Estado de vocação comercial e marítima.
Sécs. XIII-XVI	Sultanatos e repúblicas (p. ex., Mogadíscio, Warsangali, Ifat, Adal, Ajuran, Merca, Brava) que, vistos em conjunto, compunham o atual território da Somália.
Sécs. XVII-XIX	Compunham o atual território os sultanatos de Bari, de Warsangali, de Geledi, o Estado Dervixe, entre outros reinos.
1920	Vitória contra o Estado Dervixe e colonização do território somaliano. Estabelecimento da Somalilândia Britânica, ao norte, e da Somalilândia Italiana, a sudeste.
1960	Independência de ambos os protetorados, que pouco depois se unem para formar a República Somaliana.
1969	Golpe de estado, capitaneado pelo general Mohamed Siad Barre, que declara a República Democrática da Somália.
1991	Siad Barre é deposto por coalizão de grupos armados com vínculos clânicos; início da guerra civil; fragmentação do Estado somali; território da Somalilândia, ao norte, autodeclara-se independente.
1992	Criação da UNOSOM I, primeira missão da ONU na Somália.
1993	A UNOSOM I é substituída pela UNOSOM II.
1995	Dissolução da UNOSOM II e retirada das forças de paz da ONU.
2000	Estabelecimento do governo Nacional de Transição (TNG), após reunião de lideranças somalis em Djibuti.
2004	Estabelecimento após reunião em Nairóbi, e em substituição ao TNG, do governo Federal de Transição, reconhecido internacionalmente como o governo da Somália.
2007	Intervenção da AMISOM, missão de paz promovida pela União Africana em território somaliano.
2011	A capital Mogadíscio é inteiramente liberada das milícias do Al-Shabaab.
2012	Fim do governo Transicional; inauguração do governo Federal da Somália, reconhecido internacionalmente como o governo do país; aprovação de uma

	constituição provisória; eleição indireta de Hassan Sheikh Mohamud à Presidência. Abdi Farah Shirdon é indicado primeiro-ministro.
Fev/2012	Líde Al-Shabaab declara aliança com a Al-Qaeda.
Dez/2013	Abdiweli Sheikh Ahmed é indicado como novo primeiro-ministro pelo presidente Hassan Sheikh Mohamud.
2014	O secretário-geral da ONU Ban-Ki-Moon visita Mogadíscio e elogia as forças de paz pelas vitórias obtidas contra o Al-Shabaab.
Out-Nov/2014	O primeiro-ministro Abdiweli Sheikh Ahmed é destituído pelo Parlamento, após discordâncias com o presidente Hassan Sheikh Mohamud em torno de reforma ministerial.
Dez/2014	Omar Abdirashid Ali Sharmarke é indicado como o novo primeiro-ministro.
Jul/2015	É lançada a operação "Corredor de Juba", reunindo forças somalianas e da AMISOM, que recupera diversas cidades do sul e do sudoeste da Somália.
Out/2015	O líder da facção do Al-Shabaab na região da Puntiplândia declara aliança ao grupo Estado Islâmico.
Jan/2016	Líderes políticos somalianos chegam a um acordo sobre o modelo das eleições legislativas a serem realizadas naquele ano, em que os assentos na Câmara Baixa seriam divididos com base no equilíbrio de poder entre os clãs e os assentos na Câmara Alta seriam divididos entre as províncias federativas, em formação, e as regiões autônomas da Puntiplândia e da Somalilândia.
Mar/2016	Ocorrem eleições indiretas para governadores de províncias. A coalizão governista obtém vitória na maior parte das províncias.
Jul/2016	O líder do Al-Shabaab Ahmed Diriye reitera aliança do grupo com a Al-Qaeda.
Set/2016	O Al-Shabaab lança ameaça de ataque aos locais de voto das eleições parlamentares que deveriam ocorrer naquele mês, e o calendário eleitoral é adiado.
Out-Nov/2016	Ocorrem eleições para o Parlamento Federal da Somália.
Nov/2016	Conflito armado entre a província autônoma da Puntiplândia e a Administração Interina de Galmudug (GIA, na sigla em inglês) pelo controle da cidade de

	Galkayo deixa centenas de mortos e milhares de deslocados.
Dez/2016	O Mecanismo de Resolução de Disputa Eleitoral (MRDE, na sigla em inglês) anula os resultados da eleição de cinco parlamentares devido a apuração de casos de compra de votos e de intimidação nas eleições de outubro. É inaugurado o Parlamento Federal.
Fev/2017	Mohamed Abdullahi Mohamed, conhecido como "Farmajo", é eleito presidente da República para mandato de quatro anos, em eleições indiretas. O grupo Al-Shabaab lança ameaças contra os colaboradores do novo presidente.
Mar/2017	O Parlamento Federal indica Hassan Ali Kheyre, ex-diretor da companhia petrolífera Soma, como novo primeiro-ministro. Piratas realizam primeiro sequestro de grande embarcação na costa do país desde 2012. O secretário-geral da ONU Antonio Guterres visita a Somália.
Mai/2017	Realização da III Conferência Internacional sobre a Somália, em Londres.

Cronologia das relações bilaterais

1987	Abertura de Embaixada brasileira junto à Somália, cumulativa com o Quênia.
2004	A Embaixada do Brasil no Cairo assume a representação não residente junto à Somália.
2005/mai	O Ministro do Exterior somali, Abdullahi Ismail, representou seu país na I Cúpula ASPA, realizada em Brasília.
2012/fev	O Brasil participou da Conferência de Londres sobre a Somália.
2012/jun	O Brasil participou da Conferência de Istambul sobre a Somália.
2013/dez	A Somália designou Enviado Especial da Somália para Brasil, Argentina e Venezuela.
2016/ago	A Embaixada do Brasil em Mogadíscio não residente volta a ser cumulativa com a Embaixada do Brasil em Nairóbi, República do Quênia.

Atos bilaterais

Não há registros de atos internacionais estabelecidos ou em negociação entre Brasil e Somália.

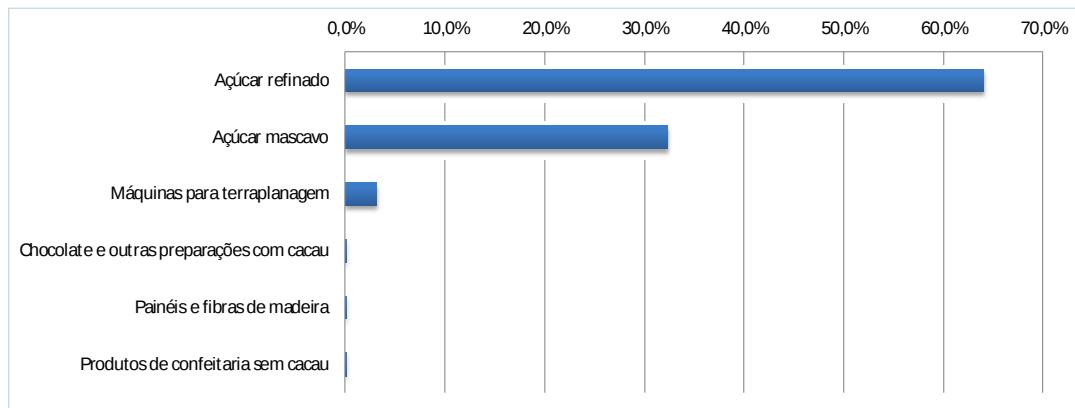
Dados econômico-comerciais

Composição das exportações brasileiras para a Somália
US\$ mil

Grupos de produtos	2014		2015		2016	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Açúcar refinado	16.216	66,0%	18.096	49,1%	52.172	64,1%
Açúcar mascavo	8.264	33,7%	15.223	41,3%	26.321	32,3%
Máquinas para terraplanagem	0	0,0%	3.350	9,1%	2.556	3,1%
Chocolate e outras preparações com cacau	0	0,0%	16	0,0%	109	0,1%
Painéis e fibras de madeira	0	0,0%	38	0,1%	102	0,1%
Produtos de confeitoraria sem cacau	39	0,2%	64	0,2%	77	0,1%
Subtotal	24.519	99,9%	36.787	99,8%	81.337	99,9%
Outros	36	0,1%	84	0,2%	87	0,1%
Total	24.555	100,0%	36.871	100,0%	81.424	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliweb.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2016

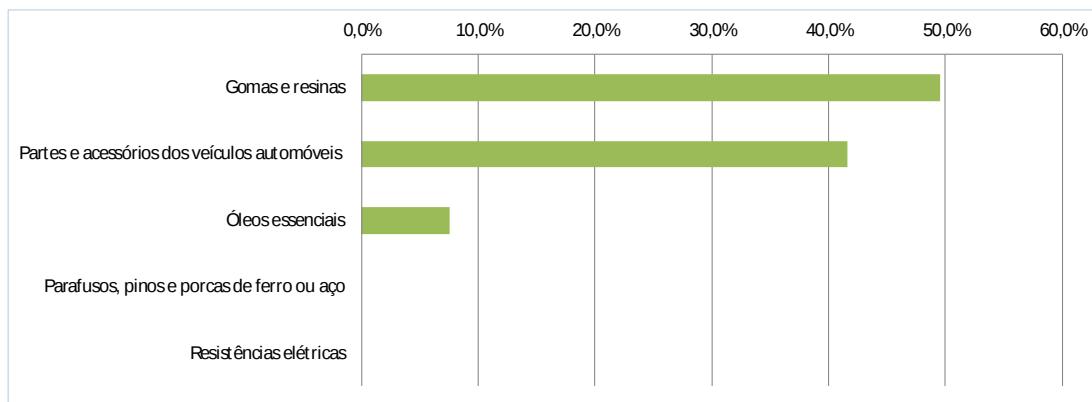


Composição das importações brasileiras originárias da Somália (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2014		2015		2016	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Gomas e resinas	0,0	0,0%	0,0	0,0%	7,1	49,5%
Partes e acessórios dos veículos automóveis	53,8	80,0%	19,5	93,4%	5,9	41,6%
Óleos essenciais	0,0	0,0%	1,3	6,2%	1,1	7,5%
Parafusos, pinos e porcas de ferro ou aço	5,6	8,4%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Resistências elétricas	2,1	3,1%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Subtotal	61,5	91,4%	20,8	99,6%	14,1	98,7%
Outros	5,8	8,6%	0,1	0,4%	0,2	1,3%
Total	67,2	100,0%	20,9	100,0%	14,3	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliweb.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2016



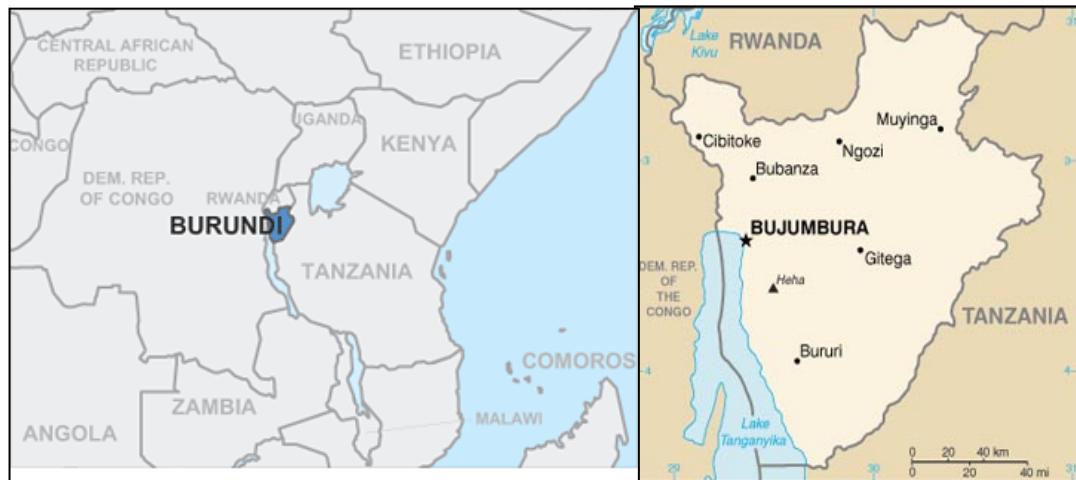
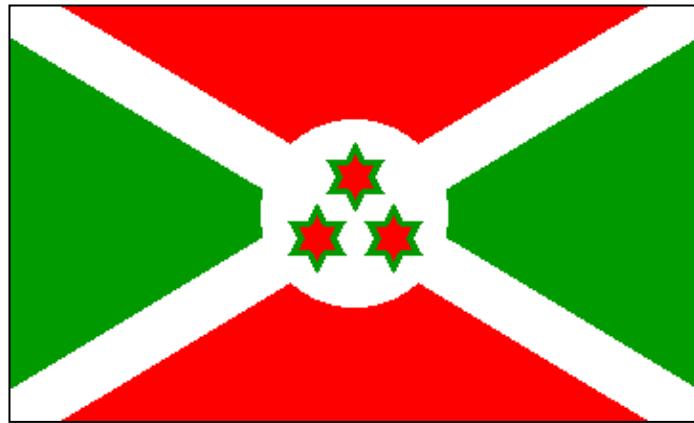
Composição do intercâmbio comercial (dados parciais) (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2016 (jan-abr)	Part. % no total	2017 (jan-abr)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados em 2017
Exportações brasileiras					
Açúcar refinado	12.393	58,7%	10.815	93,8%	Açúcar refinado 93,8%
Açúcar mascavo	8.554	40,5%	601	5,2%	Açúcar mascavo 5,2%
Chocolate e outras preparações contendo cacau	17	0,1%	45	0,4%	Chocolate e outras preparações contendo cacau 0,4%
Subtotal	20.964	99,3%	11.461	99,4%	
Outros	137	0,7%	66	0,6%	
Total	21.101	100,0%	11.527	100,0%	
Grupos de produtos	2016 (jan-abr)	Part. % no total	2017 (jan-abr)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados em 2017
Importações brasileiras					
Óleo bruto de petróleo	0,0	0,0%	0,3	100,0%	Óleo bruto de petróleo 100,0%
Partes e acessórios dos veículos automóveis	5,9	91,1%	0,0	0,0%	Partes e acessórios dos veículos automóveis 0,0%
Óleos essenciais	0,4	5,9%	0,0	0,0%	Óleos essenciais 0,0%
Fios e cabos elétricos	0,2	2,3%	0,0	0,0%	Fios e cabos elétricos 0,0%
Subtotal	6,4	99,4%	0,3	100,0%	
Outros produtos	0,0	0,6%	0,0	0,0%	
Total	6,5	100,0%	0,3	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliweb.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DO BURUNDI



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Junho de 2017

DADOS BÁSICOS SOBRE O BURUNDI

NOME OFICIAL	República do Burundi.
GENTÍLICO	Burundinês.
CAPITAL	Bujumbura (497.166 habitantes).
ÁREA	27.834 km ² (pouco maior do que o estado de Alagoas)
POPULAÇÃO (2015)	11,178 milhões
LÍNGUAS OFICIAIS	Francês; Kirundi
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Cristãos (80-90%); Religiões Tradicionais Indígenas (5%); Muçulmanos (2-5%)
SISTEMA DE GOVERNO	República Presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral (Senado e Assembleia Nacional)
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Presidente Pierre Nkurunziza (desde 2005)
CHANCELER	Alain Aimé Nyamitwe (desde 2015)
PIB nominal (FMI, 2016)	US\$ 2,74 bilhões (Brasil US\$ 1,79 trilhões)
PIB PPP (FMI, 2016)	US\$ 7,89 bilhões (Brasil US\$ 3,14 trilhões)
PIB nominal <i>per capita</i> (FMI, 2016)	US\$ 284,23 (Brasil US\$ 8.726,90)
PIB PPP <i>per capita</i> (FMI, 2016)	US\$ 818,05 (Brasil US\$ 15.241,73)
VARIAÇÃO DO PIB(%)	-0,51% (2016 est.); -3,96% (2015); 4,5% (2014);
IDH (PNUD, 2015)	0,404
EXPECTATIVA DE VIDA (BM, 2015)	57 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (PNUD)	85,5%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (BM, 2016)	1,6%
UNIDADE MONETÁRIA	Franco Burundinês
EMBAIXADORA EM BUJUMBURA	Marcela Maria Nicodemos (residente em Nairóbi)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Gaudence Sindsaygaya (desde março de 2012)

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-BURUNDI (US\$ mil F.O.B) -Fonte: MDIC

Brasil → Burundi	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Intercâmbio	195	-	205	231	421	231	183	123	77
Exportações	196	174	205	230	300	180	183	115	77
Importações	-	-	0,5	2,4	120	56	0,2	7,5	-
Saldo	196	-	204	226	181	119	183	107	77

Apresentação

O Burundi, oficialmente "República do Burundi", localiza-se na região africana dos Grandes Lagos. Faz fronteira com República Democrática do Congo, Tanzânia e Ruanda. Sua fronteira sudoeste é adjacente ao lago Tanganyika, principal fonte de recursos naturais para o país. Assim como Ruanda e Uganda, igualmente países da região dos Grandes Lagos, o Burundi não possui costa marítima. A capital do Burundi é Bujumbura.

Em termos étnicos e demográficos, o Burundi repete padrão encontrado em Ruanda: aproximadamente 85% da população possui origem étnica hutu; e 15%, tutsi. Há registros de que esses povos habitam a região do Burundi há mais de 500 anos. Até o final do século XIX, o Burundi foi um reino independente. Em 1894, ao tornar-se parte da colônia germânica na África Oriental, foi unificado com Ruanda e Tanzânia. Após a I Guerra Mundial, tornou-se parte, juntamente com Ruanda, da colônia belga Ruanda-Urundi. O francês e o Kirundi são os idiomas oficiais do Burundi. A principal confissão no país é a cristã (80-90%), seguida por religiões tradicionais autótones (5%) e pela islâmica (2-5%).

Com território pouco maior do que o de Alagoas (27.834 km²), o Burundi é o sexto menor país africano. Com mais de 11 milhões de habitantes, possui a segunda maior densidade populacional da África Subsaariana, atrás apenas de Ruanda. Cerca de dois terços da população burundinesa tem menos de 25 anos de idade e a taxa de natalidade do país é de cerca de 6 crianças por mulher (5^a maior do mundo), o que sugere que a população continuará a expandir-se rapidamente nas próximas décadas. Quase 90% dos burundineses vivem em áreas rurais e dependem da agricultura de subsistência.

Entre 2006 e 2015, o Burundi vinha sendo considerado exemplo exitoso de processo de construção da paz em sua região. Por meio de esforços de mediação internacional, foi alcançado acordo de paz no país, que pôs fim a longo conflito civil (1993-2003), e estabeleceu mecanismos de compartilhamento de poder entre as principais etnias burundinesas.

A partir de 2015, contudo, a reeleição do presidente Pierre Nkurunziza a um terceiro mandato presidencial desencadeou crise política no país. Desde então, o quadro político e de segurança segue instável, colocando em risco as conquistas obtidas desde 2003 no Burundi pós-conflito.

Perfil biográfico

Pierre Nkurunziza

Presidente da República



Pierre Nkurunziza nasceu em 18 de dezembro de 1963, em Bujumbura, filho de mãe tutsi e pai hutu. Seu pai, que foi senador e governador de duas províncias, foi assassinado durante o chamado "Primeiro Genocídio do Burundi", em 1972. Durante o período de guerra civil (1993-2003), tronou-se uma das lideranças das Forças da Defesa da Democracia (FDD), então a principal milícia de oposição armada do país.

No início de 2003, durante o governo transitório (2000-2005), foi nomeado ministro da Boa Governança. Foi eleito presidente, em 2005, e posteriormente reeleito, em 2010. Em 2015, foi tornada pública a intenção de Nkurunziza de candidatar-se a um terceiro mandato presidencial, o que desencadeou crise política no país. Sua candidatura, embora vedada pela Constituição, foi legitimada pela Corte Constitucional. Em eleições realizadas em julho daquele ano, Nkurunziza foi reeleito com 69,41% dos votos, em pleito boicoteado por partidos da oposição, com taxa de participação de pouco menos de 30% da população adulta.

Formado em Educação Esportiva, chegou a atuar como professor na Universidade do Burundi, antes do período de guerra civil (1993-2003).

Relações bilaterais

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com o Burundi em 1980. Desde 1997, a Embaixada do Brasil em Nairóbi encarrega-se das relações com o país. No plano do diálogo político, as relações com o Burundi apresentam significativa fluidez. Brasil e Burundi convergem na interpretação de que existe uma interconexão entre paz, segurança e desenvolvimento, sendo este frequentemente preferido no encaminhamento multilateral de resposta a conflitos no continente africano. Em reconhecimento da sintonia dos interesses burundineses com as posições defendidas pelo Brasil no nível multilateral, o Burundi tem

apoiado candidaturas brasileiras a postos de direção de organismos internacionais, por vezes em detrimento de candidatos africanos. O Burundi apoiou as candidaturas brasileiras à Direção-Geral da FAO, à Direção Executiva da Organização Internacional do Café e à Direção-Geral da Organização Mundial do Comércio.

Em março de 2012, o Burundi abriu embaixada residente em Brasília, uma das mais recentes embaixadas de país africano na capital brasileira. A decisão burundina de abrir sua embaixada em Brasília deveu-se não apenas ao peso do Brasil na cena política internacional, mas também ao fato de que Bujumbura identifica a parceria com o Brasil como relevante para seu desenvolvimento econômico e social.

Até o início da atual crise política no Burundi, as relações bilaterais vinham passando por processo de contínuo adensamento, impulsionadas pela presença da embaixada burundina em Brasília, bem como pela intensificação no fluxo de visitas e encontros bilaterais de alto nível. Registraram-se, em especial, visita de dois chanceleres burundineses a Brasília em 2009 e 2013, bem como de encontros ministeriais e presidenciais à margem de eventos multilaterais e inter-regionais.

A visita que o então ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional do Burundi, Augustin Nsanze, realizou ao Brasil em agosto de 2009 foi a primeira de um chanceler burundinês ao País. Na ocasião, Nsanze manteve encontros nos ministérios das Cidades e da Saúde e no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Também realizou visitas ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC), à EMBRAPA e à Agência Nacional de Águas (ANA).. Foi também assinado Acordo de Cooperação Técnica, que entrou em vigor em março de 2013.

Durante a Reunião de alto Nível da ONU sobre HIV/AIDS, em Nova York, em junho de 2011, o então chanceler Antonio Patriota manteve encontro, acompanhado do Professor José Graziano da Silva, com o então chanceler Nsanze. O chanceler burundinês manifestou, na ocasião, o apoio de seu país à candidatura brasileira à Direção-Geral da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). O Burundi foi, portanto, um dos primeiros países africanos a anunciar seu apoio ao candidato brasileiro.

Em novembro de 2011, o então chanceler Patriota encontrou-se com o então recém-empossado chanceler burundinês Laurent Kavakure, à margem da Reunião Ministerial das Cúpulas América do Sul-África (Cúpulas ASA), em Malabo. Dois anos mais tarde, teve lugar a III Cúpula ASA (Malabo, 22/2/2013), ocasião em que os presidentes do Brasil e do Burundi igualmente mantiveram encontro bilateral. A então presidente Dilma Rousseff anunciou a disposição brasileira de manter cooperação com o Burundi no domínio da promoção da segurança alimentar.

Em abril de 2013, o chanceler Kavakure realizou visita ao Brasil, que incluiu, além de Brasília, São Paulo. A visita ocorreu na esteira da entrada em vigor do Acordo de Cooperação Técnica, assinado em 2009, e focou-se na discussão de oportunidades de cooperação entre os dois países, sobretudo nos domínios da segurança alimentar, construção de cisternas, promoção do acesso a energia elétrica e pesca.

Cooperação bilateral

Com o intuito de preservar e consolidar os avanços obtidos no processo de paz que levou ao fim de longo conflito civil no Burundi (1993-2003), o país foi incluído, em 2006, na agenda da Comissão de Consolidação da Paz (CCP).

Comprometido com a interconexão entre paz, segurança e desenvolvimento, o governo brasileiro atuou fortemente na criação da CCP e, naturalmente, tem demonstrado engajamento nos esforços de consolidação da paz liderados por aquela Comissão. O Brasil avalia, ademais, que a pacificação da região dos Grandes Lagos prestaria enorme contribuição para a promoção da estabilidade em todo o continente africano.

Nesse contexto, desde 2006, o Brasil passou a participar de conferências internacionais em apoio ao desenvolvimento burundinês, como a Mesa Redonda de Bujumbura para o Desenvolvimento do Burundi, em 2007, e a Conferência de Parceiros para o Desenvolvimento do Burundi, realizada em Genebra, em 2012.

Na área da cooperação esportiva, em julho de 2008, realizou-se no Burundi partida de futebol entre time de ex-jogadores profissionais brasileiros e a seleção sub-20 burundinesa. Em novembro de 2010, três treinadores burundineses de futebol profissional foram capacitados em Curso Internacional para Treinadores de Futebol, realizado em São Paulo.

A partir de 2010, foi desenvolvido, ao amparo do Fundo IBAS (Índia-Brasil-África do Sul), projeto em benefício do Burundi, intitulado “Fortalecimento da capacidade de combate ao HIV/AIDS e da Infraestrutura do Burundi”. No âmbito desse projeto, foi construído um centro de saúde para detecção e prevenção de HIV/AIDS e tratamento de portadores, com investimento de US\$ 1,1 milhão do Fundo IBAS. O centro foi inaugurado, em agosto de 2012, com a presença dos embaixadores dos países do IBAS.

No campo bilateral, o Ministério da Saúde brasileiro enviou técnicos para participar de Seminário de troca de experiências em HIV/AIDS, realizado em Bujumbura, em maio de 2009. Em abril de 2010, missão técnica do Ministério da Luta contra a AIDS do Burundi e da “Society for Women against AIDS in Africa” (SWAA/Burundi) realizou visita de estudos ao Brasil, tendo como objetivo conhecer de modo abrangente as políticas brasileiras voltadas ao combate do HIV/AIDS.

Cooperação para a promoção da segurança alimentar

No domínio da segurança alimentar, visto como prioritário pelo Burundi, há já um histórico significativo de cooperação bilateral. Em julho de 2009, o governo brasileiro alocou US\$ 100 mil ao Programa Mundial de Alimentos (PMA) visando à promoção da segurança alimentar do povo burundinês e ao fortalecimento de projetos relacionados à alimentação escolar entre os repatriados burundineses.

Em outubro de 2011, o Burundi foi incluído entre os beneficiários da Lei 12.429/2011, que autorizou o poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos para assistência humanitária internacional. Na sequência da inclusão do Burundi como beneficiário da lei, o Brasil efetuou doação de 2 mil toneladas de alimentos ao país, em

2012, no valor de US\$ 950 mil.

Em 2012, técnicos burundineses participaram de cursos promovidos no âmbito do Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar. Os cursos foram desenvolvidos sob a égide do "Programa Brasil-FAO para Países Africanos", no qual se conjugam objetivos de fortalecimento da agricultura e de promoção da segurança alimentar.

Em outubro de 2012, o Brasil participou da Conferência de Parceiros do Desenvolvimento do Burundi. Na ocasião, o governo brasileiro ofereceu apoio ao II Plano de Ação para a Redução da Pobreza no Burundi (2012 a 2016), por intermédio de cooperação na área de alimentação escolar, nos moldes da iniciativa PAA-Africa ("Purchase from Africans for Africa"), desenvolvido em parceria com a FAO e o PMA. O programa contempla ações voltadas tanto à segurança alimentar, por meio de merenda escolar, quanto ao fortalecimento de agricultura familiar.

Durante a visita do então chanceler Kavakure ao Brasil, foi assinado memorando de entendimento para cooperação voltada ao combate à fome e à pobreza. Em seguimento, o Burundi foi incluído entre os países prioritários para eventual expansão do PAA-Africa. Embora, até o momento, por força de restrições orçamentárias, não tenha sido possível implementar no Burundi a iniciativa capitaneada pelo Brasil, o PMA comprometeu-se a apoiar processo de reformulação do programa de alimentação escolar burundinês, até 2017. Nesse contexto, em maio/2014, veio ao Brasil, com o apoio do PMA e da ABC, missão técnica burundinesa liderada pela Ministra da Educação do país, incumbida de conhecer as políticas brasileiras nesse domínio. Em junho/2015, ademais, o governo brasileiro anunciou doação de US\$ 50 mil à FAO, para viabilizar a prestação de apoio técnico ao desenho de uma estratégia nacional burundinesa de compras locais para a assistência alimentar à população.

Cooperação no domínio da agricultura

Atualmente, a cooperação técnica entre o Brasil e Burundi restringe-se à implementação do Projeto Cotton-Victoria, do qual faz parte juntamente com o Quênia e a Tanzânia. Executado ao abrigo do Acordo de Cooperação Técnica entre o Brasil e a União Africana, o Cotton-Victoria foi formulado nos moldes do projeto Cotton-4, desenvolvido na África Ocidental e faz parte do esforço do governo brasileiro para a aplicação dos recursos alocados pelo Instituto Brasileiro do Algodão (IBA) no financiamento de projetos de capacitação e de transferência de tecnologias brasileiras em algodão a países da África tradicionalmente produtores dessa cultura.

As missões de diagnóstico e de elaboração do projeto ocorreram entre 2013 e 2015. Tiveram como objetivo avaliar os aspectos técnicos necessários para o desenvolvimento do projeto, realizar o diagnóstico de infraestrutura, máquinas e equipamentos para os campos experimentais/unidades técnicas demonstrativas, bem como para a produção e comercialização de sementes de algodão.

Concluído em outubro de 2016, o documento de implementação do projeto, que terá a Universidade Federal de Lavras (UFLA) como instituição implementadora, foi

assinado por todas as partes envolvidas. Em dezembro de 2016 foi realizada missão no âmbito do projeto aos três países. Há previsão de realização, em Nairóbi, em julho de 2017, da primeira reunião do Comitê Gestor do Projeto, o qual deverá discutir o planejamento das atividades para o calendário agrícola 2017- 2018 dos três países.

A cooperação no domínio do ensino superior também deverá ser desenvolvida pelos dois países nos próximos anos. Por ocasião da visita ao Brasil do então chanceler Kavakure, o lado brasileiro apresentou minuta de acordo bilateral voltado a habilitar o Burundi a participar do Programa Estudante Convênio-Pós Graduação (PEC-PG). O projeto de acordo encontra-se negociado e pronto para assinatura. Encontra-se, igualmente, pronto para assinatura memorando de entendimento para cooperação entre o Instituto Rio Branco e o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Burundi, o qual permitirá que diplomatas do Burundi possam participar de cursos de formação no Brasil.

Comércio e investimentos bilaterais

O intercâmbio comercial entre Brasil e Burundi é muito reduzido e constitui-se, majoritariamente, das exportações brasileiras. Nos últimos cinco anos, apresentou tendência de queda, com decréscimo de 82%, passando de US\$ 421 mil, em 2012; para US\$ 77 mil, em 2016. Em 2016, exportações brasileiras de pneus novos e usados representaram a totalidade do comércio bilateral.

Não há registros de empresas brasileiras no Burundi, tampouco de empresas burundinas no Brasil.

Assuntos consulares

O Brasil não possui representação diplomática residente no Burundi; portanto, questões consulares relativas ao país estão a cargo da Embaixada em Nairóbi. A jurisdição da Embaixada inclui, além de Quênia e Burundi, a República de Ruanda, a República de Uganda e a República Federal da Somália.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de concessão de crédito oficial brasileiro a tomador soberano no Burundi.

Política interna

Panorama Histórico

O Burundi obteve sua independência do Reino da Bélgica e separação de Ruanda, em 1962, tornando-se uma monarquia constitucional. Desde então, o Burundi foi palco de conflitos civis motivados, sobretudo, por tensões entre as duas principais etnias do

país: tutsis (15% da população) e hutus (85%).

Apesar de minoria numérica, a etnia tutsi manteve controle do governo central e do exército desde a independência até a década 1990. Em 1966, o então primeiro-ministro Michel Micombero, liderou golpe de estado que aboliu a monarquia, instaurando regime de partido único: a União pelo Progresso Nacional (UPRONA). Micombero ocupou o cargo de presidente até 1976, quando foi deposto pelo Coronel Jean-Baptiste Bagaza. Este, por sua vez, foi deposto, em 1987, por Pierre Buyoya. Não obstante as mudanças na Chefia de Estado, a UPRONA e o exército, ambos dominados pela elite tutsi, mantiveram-se como os sustentáculos do poder político no Burundi até 1993.

O período do domínio tutsi foi também marcado pelo alinhamento com o socialismo africano, apoiado sobretudo pela República Popular da China, e por forte repressão a milícias rebeldes hutu, que contestavam a sub-representação política daquela etnia. Em 1972, teve lugar o chamado "Primeiro Genocídio do Burundi", no qual estimativas recentes apontam para a morte de mais de 250 mil hutus.

A partir do governo Buyoya, com o fim da Guerra Fria, a maioria hutu passou a obter vitórias em suas demandas por maior participação política. Em 1988, Buyoya nomeou o primeiro-ministro e alguns postos de alto escalão com políticos hutus membros da UPRONA. Em 1992, foi adotada nova constituição com previsão de sistema multipartidário.

Nas primeiras eleições democráticas da história do Burundi, ocorridas em junho de 1993, foi eleito presidente Melchior Ndadaye, líder da etnia hutu, com perfil moderado. Seu partido, recém-legalizado, a Frente para Democracia no Burundi (FRODEBU), obteve representação majoritária no parlamento.

Contudo, após poucos meses de governo hutu, em outubro de 1993, militares tutsi levaram adiante golpe de Estado, no qual o presidente Ndadaye foi assassinado. Em meio a grave crise política, em fevereiro de 1994, o parlamento elegeu Cyprien Ntaryamira (também membro fundador da FROBEDU) ao cargo de presidente. Em abril de 1994, avião em que estavam Ntaryamira e o então recém-eleito presidente de Ruanda, Sylvestre Ntibantunganya, também da etnia hutu, foi derrubado por veículo militar não identificado. Ambos os presidentes morreram. O episódio deu início ao chamado "Genocídio de Ruanda", em que 800 mil tutsis e hutus moderados foram mortos. No Burundi, os assassinatos de Ndadaye e Ntaryamira marcou o início de longo conflito civil (1993-2003), que resultou em cerca de 300 mil mortos e 1,2 milhão de refugiados.

Paz de Arusha

Em 1995, os presidentes de Burundi, Ruanda, Uganda e do então Zaire (atual República Democrática do Congo) lançaram iniciativa regional de negociação da paz no Burundi, coordenada pelo ex-presidente tanzaniano Julius Nyerere.

Em julho de 1996, o ex-Presidente burundinês Pierre Buyoya, de etnia tutsi, retomou o poder por meio de novo golpe de Estado, amplamente condenado pela comunidade internacional. Logo após haver reassumido como presidente, Buyoya buscou reestabelecer o diálogo com o parlamento dominado pelos hutus. Não obstante, as lutas entre

o exército e as milícias hutus continuaram.

Após a morte de Nyerere, em outubro de 1999, os líderes regionais apontaram Nelson Mandela como facilitador do processo de paz, o que permitiu a retomada das negociações entre o governo instituído e as facções de oposição. Como resultado das mediações, foi assinado, em 2000, o Acordo de Paz e Reconciliação de Arusha, que, entre outras medidas, instituiu governo transitório, com duração de 4 anos, e estabeleceu a progressiva implantação de mecanismos de compartilhamento de poder e quotas de representação em altos cargos da administração pública, no legislativo e nas forças armadas entre as principais etnias do país.

Em 2003, foram realizadas novas eleições gerais. Domitien Ndayizeya, da FROBEDU, sucedeu Buyoya como presidente do governo de transição. No mesmo ano, Ndayizeya e Pierre Nkurunziza, então líder das Forças pela Defesa da Democracia (FDD), principal milícia hutu de oposição, assinaram, em cúpula de líderes africanos na Tanzânia, acordo para terminar a guerra civil. As FDD então estabeleceram braço político, sob a sigla Conselho Nacional pela Defesa da Democracia- Forças pela Defesa da Democracia (CNDD-FDD), o qual rapidamente se tornou a principal força política no país.

Em 2005, foi adotada nova Constituição, colocando fim ao período de transição. Por meio de eleições indiretas, Pierre Nkurunziza foi eleito presidente, para mandato de 5 anos. Em 2010, foi reeleito, para novo mandato de 5 anos, com 91% dos votos válidos, em pleito boicotado por partidos de oposição.

Entre 2005 e 2015, houve um período de progressiva estabilidade e crescimento econômico no Burundi, caracterizado pela observação das quotas étnicas previstas no Acordo de Arusha. Já em 2005, o presidente Nkurunziza iniciou campanha pela pacificação do país, buscando reincorporar grupos que haviam optado pela continuidade da luta armada. Em setembro de 2006, o governo firmou acordo de cessar-fogo com as Forças de Libertação Nacional (Palipehutu-FNL), então o último grupo importante de insurgência armada atuando no país. O acordo rendeu ao presidente Nkurunziza diversos prêmios internacionais por esforços prestados em serviço da paz.

Conjuntura atual

A partir do ciclo eleitoral de 2015, o ambiente político e de segurança no Burundi passou a ser marcado por polarização política, violência, tensões e confrontamentos.

A crise no país iniciou-se em abril de 2015, quando foi anunciada a candidatura do presidente Nkurunziza a um terceiro mandato presidencial. Para as forças de oposição, a candidatura de Nkurunziza não seria legítima, uma vez que a Constituição de 2005 veda uma segunda reeleição. A oposição alega, ademais, que, ao manter-se no poder por um terceiro mandato, Nkurunziza coloca em risco o espírito do Acordo de Arusha. De outro lado, os partidários do presidente argumentam que, como a primeira eleição de Nkurunziza, em 2005, ocorreu pela via indireta, sua candidatura em 2015 não constituiria desrespeito à Constituição. A tese dos partidários de Nkurunziza foi legitimada pela Corte Constitucional do país, alegadamente sob pressão do poder executivo.

A situação deteriorou-se, em maio de 2015, quando teve lugar uma tentativa fracassada de golpe de Estado contra Nkurunziza. Após a tentativa de golpe de estado, a atitude do governo endureceu, passando a apontar alguns grupos de oposição como "terroristas". Grupos oposicionistas, alguns integrados por militares e policiais envolvidos na tentativa de golpe de estado, optaram pela luta armada, atuando a partir de países vizinhos.

À revelia de apelos de países ocidentais, da ONU e da União Africana, Nkurunziza manteve sua candidatura e, nas eleições realizadas em julho, que contaram com a participação de 30% do total de votantes, foi reeleito com 69% dos votos. A posse de Nkurunziza, em agosto de 2015, não aliviou o clima de tensões e divisão política.

Grandes manifestações de rua que têm ocorrido desde o início de 2015 têm sido duramente reprimidas pela parcela majoritária das forças de segurança (exército e polícia) leais ao governo. Registram-se, contudo, importantes deserções de quadros das forças de segurança, bem como assassinatos que vitimaram liderança militares favoráveis e contrárias ao terceiro mandato de Nkurunziza. Em dezembro de 2015, quatro bases militares foram atacadas por grupos oposicionistas armados. As forças de segurança leais ao governo retaliaram com violência, segundo observadores externos, que relatam casos de execuções extrajudiciais.

Os confrontamentos e episódios de violência desde o início de 2015 resultaram, segundo estimativas da ONU, em quase 500 mortos e 5 mil presos. Ainda segundo a ONU, entre 2015 e 2016, o total de pessoas deslocadas internamente (IDP) passou de 85 mil para cerca de 150 mil. No mesmo período, o total de refugiados burundinês passou de 344 mil para 400 mil. Os principais destinos dos refugiados são Tanzânia (59%) e Ruanda (21%).

Política externa

A política externa do Burundi é fortemente influenciada por seu entorno regional. Na região dos Grandes Lagos, a tensão entre as etnias tutsi e hutu, os fluxos de refugiados de conflitos nos países vizinhos e a ameaça de grupos rebeldes transnacionais são importantes condicionantes geopolíticos, como demonstra tentativa frustrada de ataque a Bujumbura, em janeiro de 2015, por forças rebeldes que penetraram no Burundi pela fronteira com a República Democrática do Congo (RDC). Mais recentemente, a crise política e a situação dos direitos humanos no Burundi têm condicionado a atuação externa do país.

A posição refratária do presidente Pierre Nkurunziza a um diálogo plenamente inclusivo com a oposição tem levado, em certa medida, ao isolamento do país no plano regional e global. Os EUA têm estudado impor sanções a indivíduos burundineses específicos. Doadores internacionais, em especial a União Europeia, suspenderam a ajuda internacional ao país, limitando-a a projetos de ajuda humanitária a serem desenvolvidos por ONGs. A grave deterioração da economia do Burundi, decorrente, em grande medida, da suspensão da ajuda externa, tem, por sua vez, retroalimentado o

agravamento do quadro humanitário e a instabilidade política. Estima-se que cerca de 700 mil burundineses estejam em situação de severa insegurança alimentar.

Em abril de 2016, o Tribunal Penal Internacional (TPI) anunciou a abertura de investigação preliminar sobre abusos de direitos humanos no Burundi. Em reação, o governo burundinês procedeu à denúncia do Estatuto de Roma, por meio de lei promulgada pelo Parlamento e sancionada pelo presidente Nkurunziza em outubro de 2016.

No entorno regional, as relações com Ruanda deterioraram-se rapidamente, como consequência da crise política no Burundi. Os dois países apresentam composição étnica semelhante, com trajetória política, contudo, diversa das etnias tutsi e hutu. No contexto das eleições de 2015, o presidente Paul Kagame havia-se manifestado publicamente contra o terceiro mandato de Nkurunziza. Posteriormente, o governo do Burundi acusou Ruanda de ter participado da tentativa de golpe de maio de 2015, bem como de estar abrigando, treinando e armando grupos oposicionistas, com o objetivo de desestabilizar o país. Por sua vez, o governo ruandês acusou o Burundi de apoiar rebeldes das Forças Democráticas de Libertação de Ruanda (FDLR), milícia formada majoritariamente por hutus, com base territorial na RDC, cujos membros estiveram envolvidos no genocídio ruandês de 1994. Em abril de 2016, a morte de ex-Embaixador ruandês, preso no Burundi por suspeita de espionagem, elevou as tensões entre os dois países. Nos meses seguintes, foram expulsos de Ruanda cerca de 1.500 cidadãos burundineses, bem como foram registradas detenções em massa de nacionais ruandeses no Burundi, acusados de espionagem.

Ainda em decorrência da atual crise política no país, o Burundi, que vinha recebendo significativo fluxo de refugiados proveniente de países vizinhos, sobretudo da RDC, passou a contribuir para o agravamento da crise de refugiados em sua região. Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), o número de refugiados burundineses em países vizinhos, sobretudo na Tanzânia, em Ruanda, em Uganda e na RDC, já supera 400 mil pessoas.

Grande parte da agenda econômica internacional do Burundi está ligada à sua participação na Comunidade da África Oriental (EAC, sigla em inglês), que inclui, além do Burundi, Uganda, Ruanda, Quênia, Tanzânia e Sudão do Sul. A EAC constitui uma União Aduaneira desde 2005 e um Mercado Comum desde 2010. Em dezembro de 2013, os países membros da organização assinaram um protocolo para o estabelecimento de uma União Monetária até o ano de 2024. A integração do Burundi no bloco, contudo, tem sido negativamente afetada pela crise nas relações com Ruanda, que levou Bujumbura a proibir a exportação de bens agrícolas para o país vizinho, em julho de 2016, bem como a fechar a fronteira entre os dois países, um mês depois.

É crescente a presença de grandes países em desenvolvimento no Burundi, sobretudo no plano do comércio e dos investimentos. Em 2015, China e Índia foram, respectivamente, o maior e o segundo maior mercado de origem das importações burundinas. A China também é, atualmente, um dos mais importantes fornecedores de ajuda oficial ao desenvolvimento ao Burundi, além de contribuir com a construção de obras públicas no país, como a do novo palácio presidencial e do Hospital de Mubangda, na província de Bubangza, inaugurado em 2011. A África do Sul também possui importantes laços com o país, tanto econômicos quanto políticos. O país tem buscado demonstrar maior engajamento na mediação da crise política no Burundi.

Durante o período em que o Burundi gozou de estabilidade política, o país apresentou destacado engajamento na solução de conflitos regionais. Apesar do contexto interno adverso, atualmente, o país permanece sendo, ao lado de Uganda, um dos principais contribuintes de tropas para a Missão da União Africana na Somália (AMISOM). A suspensão das contribuições da União Europeia ao orçamento burundinês, contudo, quase levou à retirada das tropas burundinas da Somália, em janeiro de 2017. O impasse foi resolvido após as partes chegarem a um acordo.

Em relação ao Mali, vale recordar que, em 30/1/2013, o ex-Presidente do Burundi Pierre Buyoya foi nomeado Representante Especial da UA e Chefe da Missão da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) para o Mali (AFISMA- "African-led International Support Mission in Mali"). O Burundi também enviou tropas para auxiliar a AFISMA na estabilização do Mali.

Devido a sua vinculação à Comunidade Econômica dos Estados da África Central (ECCAS, na sigla em inglês), o Burundi também possui posições relevantes sobre o conflito na República Centro-Africana.

Presença multilateral no Burundi

Em 2004, em substituição à Missão da União Africana para o Burundi (AMIB), iniciou suas atividades a Operação das Nações Unidas no Burundi (ONUB), composta por cerca de 6 mil militares. Os objetivos da ONUB foram garantir a prestação de assistência humanitária ao país, repatriar e reassentar refugiados e monitorar os acordos de cessar-fogo assinados entre o governo de Bujumbura e grupos dissidentes.

Em 2006, em virtude do acordo de cessar-fogo com o Palipehutu-FNL, a ONU transformou sua presença no Burundi de manutenção da paz para reconstrução e consolidação da paz. O país deixou de ser tema frequente da agenda do Conselho de Segurança da ONU e passou a ser discutido, prioritariamente, pela Comissão de Consolidação da Paz. Devido à exitosa implementação dos mecanismos de compartilhamento de poder entre hutus e tutsis, até muito recentemente, o processo de consolidação da paz no Burundi vinha sendo considerado exemplo de sucesso em seu contexto regional.

Em 2007, a ONUB foi desmobilizada e substituída pelo Escritório

Integrado das Nações Unidas no Burundi (BINUB), desprovido de contingente militar. Em janeiro de 2011, o BINUB foi reformulado e teve suas capacidades e orçamento novamente reduzidos, passando a denominar-se Escritório das Nações Unidas no Burundi (BNUB). Além do tradicional apoio ao diálogo nacional e ao fortalecimento institucional, a presença multilateral no país passou, então, a concentrar-se no apoio à construção e reabilitação de escolas, orfanatos e centros de saúde, bem como à criação de infraestrutura básica, como redes de água e esgoto. O mandato do BNUB foi concluído em 31 de dezembro de 2014.

Com a deterioração do quadro político no Burundi, a partir de 2015, novas iniciativas multilaterais foram criadas com o objetivo de promover a normalização do país, embora sem lograr êxitos significativos, até o momento.

A EAC tem tido protagonismo na promoção do diálogo entre governo e oposição no Burundi. O atual mediador indicado pelo bloco é o presidente de Uganda Yoweri Museveni. O ex-presidente tanzaniano Benjamin Mkapa ocupa a função de facilitador do diálogo. O esforço mediador, contudo, não apresentou avanços até o momento, sobretudo em função da dificuldade de reunir representantes do governo e da oposição. O governo do Burundi não reconhece a legitimidade de parte da oposição, considerados como organizações "terroristas", e recusa-se a dialogar com quaisquer representantes da tentativa de golpe de maio de 2015. Por sua vez, os grupos de oposição não aceitam solução para a crise que envolva a permanência de Nkurunziza na Presidência, exigindo a realização de novas eleições no curto prazo.

A União Africana e as Nações Unidas também vêm monitorando a situação no Burundi, com especial atenção à situação dos direitos humanos, embora sem resultados expressivos. Em dezembro de 2015, a União Africana (UA) anunciou que seriam enviados cinco mil soldados ao Burundi, para atuar em missão de proteção e prevenção. O presidente Nkurunziza, no entanto, declarou que não aceitaria o deslocamento de tropas para o país, que seria considerado uma invasão pelo governo burundinês. Em fevereiro de 2016, acordou-se uma solução intermediária, com o envio de cem monitores militares e igual número de observadores da UA. A medida, contudo, ainda não foi integralmente implementada.

Em julho de 2016, o Conselho de Segurança da ONU (CSNU) adotou resolução (2303) autorizando o envio de missão policial, com mais de 200 agentes, para monitorar a situação de segurança no país e apoiar os observadores do Escritório do Alto Comissariado dos Direitos Humanos (OHCHR). O governo do Burundi rejeitou publicamente o envio de força policial da ONU e afirmou que aceitaria apenas o envio de cinquenta policiais, para treinamento da polícia local. Desse modo, a resolução não foi implementada.

Em março de 2017, o assessor especial do secretário-geral das

Nações Unidas para Prevenção de Conflitos Jamal Benomar apresentou relatório ao CSNU, em que manifestou preocupação com o agravamento da situação dos direitos humanos no Burundi e registrou a ausência de progressos no esforço de diálogo patrocinado pela EAC.

Economia

O Burundi é um dos países mais pobres do mundo, havendo ocupado, em 2015, a 184^a posição entre 189 países listados no ranking de desenvolvimento humano das Nações Unidas. A mais recente guerra civil (1993-2003), que resultou em cerca de 200 mil mortos, teve grande impacto negativo sobre a economia do país. Com o fim do conflito e com as eleições de 2005, o Burundi realizou reformas político-institucionais e econômicas profundas que viabilizaram a retomada do desenvolvimento. De 2006 a 2014, a economia burundinesa cresceu a uma taxa média de 5% ao ano.

Em 2015, com a crise política deflagrada pela decisão do presidente Pierre Nkurunziza de concorrer a um terceiro mandato, a economia passou novamente a sofrer processo de desaceleração. Naquele ano, o PIB do país registrou decréscimo de 3,9%, o que pôs fim a ciclo de crescimento econômico que durou por uma década (2005-2014). Em 2016, a economia permaneceu estagnada, com crescimento estimado em apenas 0,7%. O Investimento Externo Direto (IED) caiu de USD 47 milhões (2014) para USD 7 milhões (2015). A dívida externa, por sua vez, cresceu de US\$ 684,1 milhões em 2015 para US\$ 705,2 milhões em 2016. O valor total do PIB de 2016 foi estimado em US\$2,74 bilhões.

O principal setor da economia burundinesa é o da agricultura, que representa 45,8% do seu PIB e emprega mais de 90% da população. O segundo maior setor da economia burundinesa é o de serviços, com 37,1%, seguido pela indústria, com 17,1%. O Burundi depende fortemente de ajuda externa de doadores bilaterais ou multilaterais. Em 2015, as doações representaram 48% da receita nacional do país, mas o número diminuiu para 33,6% em 2016. A tendência para 2017 é de que este número diminua ainda mais, em função da redução e, em alguns casos, suspensão, de doações internacionais decorrentes da instabilidade política.

Como se encontra em grande medida vinculada à atividade agrícola, principalmente às culturas do café e do chá, a economia do Burundi é vulnerável a variações climáticas e à flutuação dos preços internacionais das commodities agrícolas. A inflação atingiu 5,5% em 2015, e passou para 6,5% em 2016. A arrecadação de impostos ainda possui uma estrutura precária, incidindo somente sobre 19,6% do PIB nacional em 2016.

No setor externo, as exportações do Burundi somaram US\$ 132,4 milhões em 2016, e as importações, 683,4 milhões. Os principais produtos de exportação são o café e o chá, que contabilizam cerca de 60% das vendas totais. Outros produtos importantes são o açúcar, o algodão e o couro. Em 2009, o Burundi passou a integrar a Comunidade da África Oriental (EAC, sigla em inglês).

Os principais mercados de destino para as exportações burundenses são:

Alemanha (12,9%); Paquistão (11,2%); República Democrática do Congo (11,2%); Uganda (8,5%); Suécia (8,2%); Estados Unidos (7,5%); Bélgica (6,6%); Ruanda (4,8%); e França (4,6%). As principais origens das importações do Burundi foram: Quênia (15%); Arábia Saudita (14%); Bélgica (10%); Tanzânia (8,4%); Uganda (7,4%); China (7,1%); Índia (4,9%); e França (4%).

A atual crise política tem imposto desafios à economia do país, principalmente quanto à renda advinda de doações estrangeiras. No entanto, o aumento da atividade econômica, que deverá incluir a exploração de novas minas de níquel e investimentos realizados pelo governo no campo da segurança interna e do aperfeiçoamento do sistema de arrecadação de impostos, poderá resultar em taxas de crescimento positivas ao longo dos próximos anos.

Cronologia histórica

1885	Congresso de Berlim, o território do Burundi fica sob domínio alemão.
1918	Com fim da I Guerra Mundial, o Burundi é administrado indiretamente pela Bélgica.
1955	Surgimento dos primeiros movimentos nacionalistas.
1959	A Bélgica concede autonomia ao território do Burundi.
1959	Início do acirramento dos conflitos étnicos entre tutsis e hutus.
1961	Realização de eleições legislativas.
1961	Assassinato do Príncipe Rwagasore.
1962	O Burundi, sob o domínio da Bélgica, torna-se independente.
1962	O Rei Mwambutsa torna-se Chefe de Estado.
1966	O Coronel Michel Micombero depõe Mwambutsa, proclama a república e institui regime militar.
1976	Golpe militar derruba Coronel Micombero e Jean-Baptiste Bagaza assume a presidência.
1987	Bagaza é deposto em golpe liderado por Pierre Buyoya.
1993	Eleições multipartidárias acabam com governo militar. Eleito presidente, Melchior Ndadaye (Frobedu) é assassinado quatro meses depois.
1994	Parlamento aponta Cyprien Ntaryamira para presidência. Ntaryamira é morto durante atentado ao voo que levava também o presidente de Ruanda. Parlamento aponta para a presidência Sylvestre Ntibantunganya, presidente do Parlamento.
1996	Ex-presidente Pierre Buyoya lidera segundo golpe e suspende a Constituição.
1998	Buyoya toma posse como presidente do Burundi com anuênciia do Parlamento
1999	Presidente da Tanzânia apoia negociações entre as facções rebeldes burundinesas.
2000	É estabelecido o Acordo de Paz de Arusha. Governo e três grupos rebeldes tutsi assinam acordo de cessar-fogo.
2001	Principal grupo hutu (FDD) e Presidente Buyoya iniciam negociações para cessar-fogo. Nelson Mandela lidera negociações que levam a instauração de governo de transição onde tutsis e hutus compartilharão o poder.
2002	Jean Minani, líder do principal grupo hutu, é eleito presidente do governo

	de transição.
2003	Domitien Ndayizeya sucede Buyoya como presidente do governo de transição. Ndayizeya é líder do FDD, Pierre Nkurunziza, assinam, em cúpula de líderes africanos na Tanzânia, acordo para terminar a guerra civil. Nkuruzinza e outros membros do FDD são incorporados ao governo do país.
2004	Forças da ONU tomam a frente do processo de pacificação, antes liderado por tropas da União Africana.
2005	Pierre Nkuruzinza é eleito presidente. Grupo rebelde Hutu, FNL, permanece ativo e recusa negociação de paz.
2006	FNL e o governo do assinam cessar-fogo, na Tanzânia.
2007	ONU encerra a missão de paz e focaliza suas operações de reconstrução, com a criação do Escritório Integrado das Nações Unidas no Burundi (BINUB). RDC, Ruanda e Burundi reavivam a Comunidade Econômica dos Grandes Lagos.
2008	Escalada de tensões e retomada do confronto levam a novo acordo de cessar-fogo.
2009	O Clube de Paris perdoa toda a dívida do Burundi, US\$ 134.3 milhões, com seus membros. O último grupo rebelde Hutu, FNL, transforma-se oficialmente em partido político.
2010	O Presidente Nkurunziza é reeleito com 92% dos votos válidos, em pleito boicotado por partidos da oposição.
Dez/2014	É concluído o mandato do Escritório das Nações Unidas no Burundi.
Abr/2015	Anúncio da candidatura do presidente Nkurunziza a um terceiro mandato presidencial leva à instauração de ambiente de crise política e deterioração do quadro de segurança.
Mai/2015	Após a tentativa fracassada de golpe de estado, a posição do governo recrudesceu, passando a apontar alguns grupos de oposição como "terroristas".
Jul/2015	Nkurunziza é reeleito presidente, com 69% de votos favoráveis, em pleito com 30% do total de votantes.
Dez/2015	A União Africana anuncia que enviaria missão de proteção e prevenção ao Burundi, rejeitada pelo presidente Nkurunziza.
2016	Manteve-se o clima de tensões e divisão política. A Comunidade da África Oriental (EAC) promove diálogo entre forças políticas no Burundi.
Abr/2016	O Tribunal Penal Internacional (TPI) anuncia a abertura de investigação

	preliminar sobre abusos de direitos humanos no Burundi.
Jul/2016	O Conselho de Segurança da ONU (CSNU) adota resolução (2303) autorizando o envio de missão policial, para monitorar a situação de segurança no Burundi e apoiar os observadores do Escritório do Alto Comissariado dos Direitos Humanos (OHCHR). O governo do Burundi rejeita publicamente o envio de força policial com outro objetivo exceto o treinamento da polícia local.
Ago/2016	O Burundi fecha sua fronteira com Ruanda, em decorrência do agravamento das tensões nas relações bilaterais.
Out/2016	O presidente Nkurunziza sanciona lei visando à denúncia do Estatuto de Roma pelo Burundi.

Cronologia das relações bilaterais

1980	Estabelecimento das relações bilaterais.
2007	Participação do Brasil na Mesa Redonda de Bujumbura para o Desenvolvimento do Burundi.
2008	Assinatura de Memorando de Entendimento entre o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Instituto de Desenvolvimento Econômico do Burundi (IDEC).
2008/abr	Viagem a Bujumbura do Dr. Paulo Galerani, do Escritório Regional da EMBRAPA em Acra, na qual manteve encontros com o ministro da Agricultura do Burundi.
2009/jul	Visita da embaixadora Ana Maria Sampaio Fernandes ao Burundi, acompanhando a equipe de futebol “Além-Brasil”, que manteve amistoso com a seleção sub-20 local.
2009/ago	Visita oficial do chanceler do Burundi ao Brasil. Assinado Acordo de Cooperação Técnica.
2011/jun	Encontro entre os então chanceleres Antonio Patriota e Augustin Nsanze, à margem da Reunião de Alto Nível da ONU sobre HIV/AIDS, em Nova York. Na ocasião, o Burundi manifestou apoio à candidatura do Professor José Graziano da Silva à Direção Geral da FAO.
2011/out	O Burundi foi incluído entre os beneficiários da Lei 12.429/2011, que autoriza o poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos para assistência humanitária internacional. Ao amparo da lei, o Brasil efetuou doação de 2 mil toneladas de arroz ao PMA-Burundi, em 2012.

2011/nov	Encontro Ministerial entre os então chanceleres Antonio Patriota e Laurent Kavakure, à margem da IV Reunião Ministerial da ASA, em Malabo.
2012/mar	Abertura da Embaixada do Burundi em Brasília.
2012/ago	Viagem a Bujumbura da embaixadora, não residente, do Brasil para o Burundi, para participar da inauguração de centro de saúde para detecção e prevenção de HIV/AIDS, construído no âmbito de cooperação prestada pelo Fundo IBAS. Encontro da embaixadora com o chanceler Kavakure.
2012/out	Participação de enviado brasileiro na Conferência de Parceiros do Desenvolvimento do Burundi. Na ocasião o governo brasileiro ofereceu apoio ao II Plano de Ação para a Redução da Pobreza no Burundi (2012-16)
2013/fev	Encontro da então presidente Dilma Rousseff com seu homólogo burundinês, Pierre Nkurunziza, à margem da III Cúpula ASA, em Malabo.
2013/abr	Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional do Burundi, Laurent Kavakure.

Atos bilaterais

Título	Data de Celebração	Vigência
Acordo de Cooperação Técnica	25/08/2009	Em vigor
Acordo sobre a Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço.	16/04/2013	Em vigor

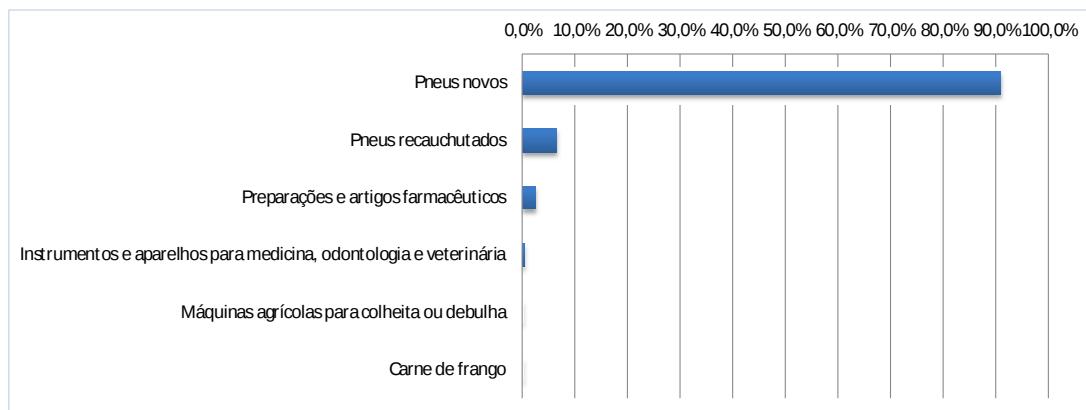
Dados econômico-comerciais

Composição das exportações brasileiras para Burundi (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2014		2015		2016	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Pneus novos	147,2	80,3%	112,0	97,1%	70,4	90,9%
Pneus recauchutados	2,5	1,4%	0,8	0,7%	4,9	6,3%
Preparações e artigos farmacêuticos	0,0	0,0%	0,0	0,0%	1,9	2,4%
Instrumentos e aparelhos para medicina, odontologia e veterinária	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,3	0,4%
Máquinas agrícolas para colheita ou debulh	0,7	0,4%	2,5	2,2%	0,0	0,0%
Carne de frango	32,3	17,6%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Subtotal	182,7	99,6%	115,4	100,0%	77,5	100,0%
Outros	0,7	0,4%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Total	183,4	100,0%	115,4	100,0%	77,5	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliweb.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2016

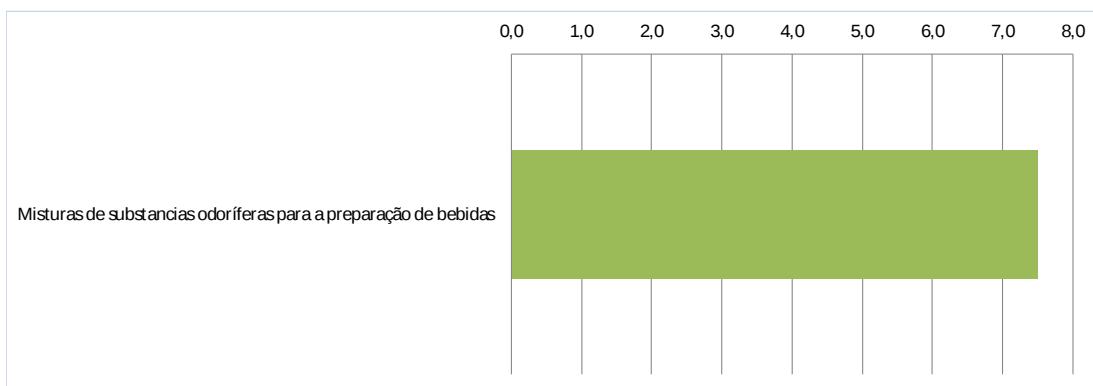


Composição das importações brasileiras originárias do Burundi (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2014		2015		2016	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Misturas de substâncias odoríferas para a preparação de bebidas	0,0	0,0%	7,5	100,0%	0,0	0,0%
Isoladores para uso elétrico	0,1	100,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Subtotal	0,1	100,0%	7,5	100,0%	0,0	0,0%
Outros	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Total	0,1	100,0%	7,5	100,0%	0,0	0,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliweb.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2015



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais) (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2016 (jan-abr)	Part. % no total	2017 (jan-abr)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados em 2017
	2016 (jan-abr)	Part. % no total	2017 (jan-abr)	Part. % no total	
Exportações brasileiras					
Pneus novos	23,8	87,0%	82,6	81,9%	Pneus novos
Aparelhos para aquecimento, cozimento, torrefação, destilação	0,0	0,0%	8,4	8,3%	Aparelhos para aquecimento, cozimento, torrefação, desidração
Máquinas para limpeza, seleção ou peneiração de grãos	0,0	0,0%	4,1	4,1%	Máquinas para limpeza, seleção ou peneiração de grãos
Máquinas para colheita ou debulha	0,0	0,0%	2,9	2,9%	Máquinas para colheita ou debulha
Pneus recauchutados	3,6	13,0%	2,8	2,8%	Pneus recauchutados
Subtotal	27,4	100,0%	100,8	100,0%	
Outros	0,0	0,0%	0,0	0,0%	
Total	27,4	100,0%	100,8	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliweb.

Não foram registradas importações no período de janeiro a abril de 2016 e de 2017.